



Amélia Duarte Machado, a Viúva Machado: a esposa, a viúva e a lenda na Cidade do Natal (1900-1930).



ARIANE LILIAM DA SILVA RODRIGUES MEDEIROS

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA – MESTRADO
ÁREA DE CONCENTRAÇÃO: HISTÓRIA E ESPAÇOS
LINHA DE PESQUISA: II

*Amélia Duarte Machado, a Viúva Machado: a esposa, a viúva e a lenda na Cidade do
Natal (1900-1930).*

ARIANE LILIAM DA SILVA RODRIGUES MEDEIROS

NATAL
2013

ARIANE LILIAM DA SILVA RODRIGUES MEDEIROS

Amélia Duarte Machado, a Viúva Machado: a esposa, a viúva e a lenda na Cidade do Natal (1900-1930).

Dissertação apresentada como requisito para obtenção do grau de Mestre no Curso de Pós-Graduação em História, Área de Concentração em História e Espaços, Linha de Pesquisa II, da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, sob a orientação do Prof. Dr. Raimundo Nonato Araújo da Rocha.

NATAL
2013

Catálogo da Publicação na Fonte. Universidade Federal do Rio Grande do Norte.
Biblioteca Setorial Especializada do Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes
(CCHLA)

NNBSE-CCHLA

Medeiros, Ariane Liliam da Silva Rodrigues.
Amélia Duarte Machado, a Viúva Machado: a esposa, a viúva e a lenda na Cidade do
Natal (1900-1930). / Ariane Liliam da Silva Rodrigues Medeiros – Natal, RN, 2013.

Ilustração de capa: Argemiro Lima, 1978.

126 folhas

Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes. Programa de Pós-Graduação em História. Área de Concentração: História e Espaços. Linha de Pesquisa.

1. Cidade – Natal (RN) – Dissertação. 2. Mulheres – Dissertação. I. Rocha, Raimundo Nonato Araújo da. II. Universidade Federal do Rio Grande do Norte.

RN/ BSE – CCHLA

CDU N°

Amélia Duarte Machado, a Viúva Machado: a esposa, a viúva e a lenda na Cidade do Natal (1900-1930).

Dissertação aprovada como requisito para obtenção do grau de Mestre no Curso de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, pela comissão formada pelos professores:

Dr. Raimundo Nonato Araújo da Rocha (Orientador)

Dr. Francisco Firmino Sales Neto (Membro Externo)

Dr. Helder do Nascimento Viana (Membro Interno)

Dr. Raimundo Pereira Alencar Arrais (Suplente)

Natal, 2013

À Paulo, meu filho, luz da minha vida.

Ao meu pai, minha mãe, minha irmã, e meu sobrinho meu suporte e minha fortaleza.

À Augusto, meu amado esposo, companheiro para todas as horas.

RESUMO

A pesquisa em questão analisa as representações elaboradas sobre Amélia Duarte Machado, imagens que foram construídas em um determinado espaço: a Cidade do Natal. Amélia, uma mossoroense de vida simples, passou a ter uma vida luxuosa ao casar com o rico comerciante português Manoel Machado, em 1904. Ela levou uma vida de dama da sociedade, residia em uma residência suntuosa, viajou para a Europa, frequentava o Teatro da cidade e cuidava da imagem social de seu esposo, abrindo as portas da sua casa para a promoção de jantares e recepções. Vivenciou as transformações ocorridas em Natal nas primeiras três décadas do século XX, quando por iniciativa de uma elite política e intelectual a cidade passou a incorporar valores burgueses e a dotar de uma estrutura técnica voltada para os melhoramentos trazidos pela Revolução Industrial. Em 1934, com a morte do marido, assumiu os negócios da família. Além de viúva, tornou-se também uma mulher empreendedora, sem filhos. A viúva Amélia Machado também passou a ser alvo de suspeitas da população, boatos sobre sua vida. A partir daí emerge uma figura amedrontadora em Natal, um ser que capturava e comia o fígado de crianças, o *papa-figo* da Cidade do Natal, a Viúva Machado. Na presente pesquisa, iremos relacionar diferentes imagens que circularam sobre essa mulher, que foi dama da sociedade, viúva arrojada e *papa-figo*, articulando essas representações com o discurso sobre o feminino que circulava na Natal das décadas 1900 a 1930. Ainda levantaremos hipóteses sobre a criação da Lenda da Viúva Machado.

Palavras-chave: Amélia Duarte Machado – Mulheres – Cidade do Natal

ABSTRACT

The research project examines representations elaborated about Amelia Duarte Machado, images that were built in a particular space: the Natal City. Amelia, one mossoroense that has a simple life, stated a luxurious life after marrying with a rich Portuguese merchant Manuel Machado, in 1904. She led a life of society lady, lived in a sumptuous residence, traveled to Europe, attending the Theatre the city and took care of the social image of her husband, opening the doors of your home to promote dinners and receptions. Experienced the changes occurring in Natal in the first three decades of the twentieth century, when the initiative of a political and intellectual elite of the city began to incorporate bourgeois values and to provide a technical framework focused on the improvements brought by the Industrial Revolution. In 1934, with her husband's death, took over the family business. Besides the widow, also became an enterprising woman without children. The widow Amelia Machado also became the target of suspicion of the population, rumors about his life. From there emerges a frightening figure in Natal, a being that captured and ate the liver of children, the *papa-figo* of Natal City, the Widow Machado. In this research, we relate different images that circulated about this woman, who was society lady, dashing widow and *papa-figo*, articulating these representations with the discourse on female circulating in Natal from 1900 to 1930 yet will raise hypotheses about the creation of the Legend of the Widow Machado.

Keywords: Amelia Duarte Machado-Woman- Natal City

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus que ilumina a minha caminhada.

Quero agradecer a meu filho Paulo. Desde que soube de sua existência e agora ao meu lado com o seu sorriso lindo ele, mesmo sem saber, me ajuda a ter obstinação.

À Augusto a pessoa que amo partilhar a vida, pela paciência, carinho, dedicação e ajuda incansável nessa pesquisa.

Aos meus pais que não mediram esforços para que eu chegasse até essa etapa da minha vida. Mãe, obrigada pela sua capacidade de me trazer paz diante da correria do dia a dia, sua sabedoria é um exemplo.

À minha irmã Adriane, minha amiga, pelo apoio incondicional.

Aos colegas da minha turma do mestrado pelas alegrias e tristezas compartilhadas, por dividirem essa experiência.

Aos professores das disciplinas do mestrado, em especial Durval Muniz Albuquerque Júnior por suas aulas inspiradoras.

Ao meu orientador Raimundo Nonato Araújo da Rocha, pela compreensão, apoio e confiança que tornaram possível a conclusão dessa dissertação.

Agradeço as contribuições que recebi durante a qualificação dos professores Raimundo Pereira Alencar Arrais e Helder do Nascimento Viana que ajudaram e influenciaram diretamente nas escolhas que tomei nesse trabalho.

À CAPES, por ter financiado essa pesquisa durante os dois anos principais de sua produção.

Aos entrevistados Vicente Serejo, Cláudio Galvão e Luiz G. M. Bezerra pela disponibilidade e educação com que me receberam para contribuir nessa pesquisa.

Agradeço também as professoras Francisca Aurinete Girão Barreto da Silva e Maria Emilia Monteiro Porto pelo enorme apoio ao longo da minha trajetória acadêmica, e a equipe do IHGRN, em especial Lúcia, Antonieta e Manoel pela amizade e ajuda com as pesquisas.

À todos aqueles que de alguma forma estiveram comigo nesse trajeto.

Lista de Ilustrações

Figura 01	Fotografia de Manoel Duarte Machado, publicada em 1978 no jornal <i>O Poti</i> .	33
Figura 02	Fotografia dos irmãos Cláudio Machado e Manoel Machado.	34
Figura 03	Publicidade do jornal <i>Diário de Natal</i> sobre o fornecimento da Despensa Natalense.	36
Figura 04	Publicidade do jornal <i>A República</i> da firma M. Machado e Cia.	36
Figura 05	Publicidade do jornal <i>A República</i> do regulador Sian.	55
Figura 06	Fotografia de Amélia Duarte Machado em sua casa, retirada por Argemiro Lima então fotógrafo do jornal <i>O Poti</i> , em 1978.	62
Figura 07	Anuncio na coluna Álbum do <i>Diário de Natal</i> noticiando o aniversário de Amélia em 1910.	65
Figura 08	Anuncio na coluna Vida Social do jornal <i>A República</i> noticiando o aniversário de Amélia em 1921.	65
Figura 09	Fotografia de Gago Coutinho e Jean Mermoz, publicada no jornal <i>Tribuna do Norte</i> em 1999.	69
Figura 10	Fotografia de pilotos que foram recepcionados no palacete da Praça Dom Vital, publicada no jornal <i>Diário de Natal</i> em 1999.	70
Figura 11	Convite para a missa de sétimo dia de Manoel Machado, anúncio feito pelos auxiliares de sua firma no jornal <i>A República</i> em 1934.	88
Figura 12	Desejos de felicitações aos fregueses pelas festividades de passagem de 1943 para 1944, feito pela firma Viúva M. Machado no jornal <i>A República</i> .	92
Figura 13	Publicidade feita pela firma Viúva M. Machado no jornal <i>A República</i> em 1948.	94
Figura 14	Fotografia da casa de Amélia Duarte Machado.	111
Figura 15	Fotografia do Clube Veneza: espaço para comemorações na casa de Amélia D. Machado.	113
Figura 16	Fotografia da estatua de bronze do jardim da residência de Amélia D. Machado.	113
Figura 17	Fotografia do gradil em frente à residência de Amélia D. Machado.	114
Figura 18	Fotografia da estrutura do abrigo subterrâneo da casa de Amélia D. Machado.	114

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	12
CAPÍTULO 1: A NATAL DE AMÉLIA (1900-1930)	25
1.1 - A MODERNIDADE E A CIDADE DO NATAL	26
1.2 - MANOEL MACHADO E O COMÉRCIO EM NATAL (1900 - 1930)	32
1.2.1- Um rico comerciante na Natal do início do século XX	32
1.2.2 - Manoel Machado e o progresso na aviação do Rio Grande do Norte	41
CAPÍTULO 2: ESPOSA E DAMA DA ELITE: O PRIMEIRO ROSTO DE AMÉLIA	46
2.1 - SER MULHER DE ELITE NA NATAL DE 1900 A 1930	46
2.1.1 - Esposas e mães	47
2.1.2 - A representação da mulher através dos anúncios publicitários	54
2.2- AMÉLIA DUARTE MACHADO, DAMA DA SOCIEDADE NATALENSE	59
2.2.1 - Amélia e seu casamento: a esposa	59
2.2.2 - Entre hóspedes, recepções, festas e jantares	66
CAPÍTULO 3: O MEDO SE ESPALHA POR NATAL: A LENDA DA VIÚVA MACHADO	76
3.1 - VIUVEZ E EMPREENDEDORISMO DE AMÉLIA	78
3.1.1 - Os olhares sobre as viúvas e as viúvas na Natal do início do século XX	78
3.1.2 - Amélia e a viuvez	86
3.2 - A VIÚVA MACHADO, UMA ENTIDADE ASSUSTADORA	96
3.2.1 - As hipóteses sobre a construção de um monstro: a Viúva Machado o <i>papa-figo</i> da Cidade do Natal.	96
3.2.3 – O medo da mulher <i>papa-figo</i>	103
3.2.4 – Espaço do medo: a casa de Amélia	107
CONSIDERAÇÕES FINAIS	115
REFERÊNCIAS	118

INTRODUÇÃO

A Cidade do Natal havia acompanhado sua trajetória a partir do seu matrimônio em 1904, com um importante comerciante português. Com o casamento, sua vida íntima passou a ser assunto público, os aniversários, as recepções, as práticas filantrópicas e até mesmo as tragédias, como foi o falecimento do seu marido, circularam oficialmente em periódicos ou na boca de boa parcela da população. Os dias haviam se tornado mais difíceis desde 1934 quando se tornou viúva. O luto ainda latente dividia espaço com as responsabilidades dos negócios que passou a assumir, com a ausência dos filhos biológicos que poderia ter tido após tantos abortos e com os boatos que circulavam na cidade sobre ela. Pouco saía às ruas, vivia da firma ao lar, ou ia para a igreja que ficava em frente a sua residência, mas percebia a hostilidade da população e o medo das crianças quando chegava mais perto. Da janela da sua casa sentia dor pelos olhares que lançavam em direção a sua residência, que como ela era apontada e evitada. Pensava que talvez tudo pudesse ser diferente, se não houvesse levantado a cabeça e assumido os negócios, se não tivesse sido casada com um homem tão popular, se não ficasse tão reclusa em sua pomposa casa, pensar assim a distanciava do papel de vítima. Mas ela não podia mudar quem era e quem foi e não tinha o poder que a cidade julgava ter, o de transformar sua face. Muitos ignoravam quem era antes de se casar, ignoravam suas dores e seus sentimentos, conheciam apenas uma mulher que se duplicou de esposa para viúva, de dama para *papa-figo*.

Podemos pensar a cidade como um palco onde é encenado o espetáculo da vida, em que diariamente os sujeitos vão traçando suas trajetórias. Enquanto alguns sujeitos vivem na cidade e morrem marcando apenas a memória de seus familiares e próximos, outros de uma forma coletiva marcam o espaço urbano com as feições de seus rostos, ultrapassando as barreiras do anonimato. Essas feições ganham relevo por motivos diversos, alguns deles são pintados por narrativas fantasiosas, narrativas que povoam o imaginário da população, transformando sujeitos em lendas urbanas que remetem aos mais diversos sentimentos humanos.

Na Cidade do Natal, uma mulher ganhou destaque em diferentes momentos de sua vida e por motivos distintos. O enredo elaborado acima se refere à vida de Amélia Duarte Machado (1881-1981) que nos anos em que esteve casada apareceu como dama

da sociedade natalense, promovia jantares em que recepcionava pessoas ilustres e era casada com um dos mais promissores comerciantes da cidade. Com a morte do seu marido, Amélia, sem filhos, viu-se impelida a tomar o comando dos bens e da firma do falecido, dando início a uma figura que permeou o imaginário da Natal da década de 1930 e nas décadas posteriores. Viúva Machado, termo que além de indicar sua condição, e o nome da razão social que Amélia adquiriu também após a morte do marido, passou a ser nome ainda de uma lenda que ganhou repercussão em Natal. Na década de 1970, a lenda serviu de motivação para uma entrevista sobre Amélia Machado que foi publicada em um dos principais jornais da cidade.

Após a morte do marido, Amélia tornou-se uma viúva e uma mulher sem filhos e que teve muitos abortos, além disso, era uma administradora, lidava com negócios financeiros. Essas condições possivelmente suscitaram muitas inquietações da população da cidade do Natal na época. Uma cidade em desenvolvimento, que passava por um processo de modernização física e social. Pela interferência de uma elite econômica e oligárquica, Natal passou por modificações com o intuito de dotar a cidade das inovações tecnológicas trazidas pela Revolução Industrial. A antiga cidade colonial deu lugar a uma cidade de hábitos modernos que seguiam práticas burguesas. A cidade passou pela intervenção de Planos urbanísticos, ganhou bondes, energia elétrica, praças e passeios públicos. Além das mudanças físicas, a sociedade natalense presenciou o surgimento de uma elite que passou a se reunir em diferentes espaços de sociabilidade da cidade como cafés, confeitarias, cinemas, teatro e clubes (ARRAIS; ANDRADE; MARINHO, 2008).

Essa nova configuração física, social e cultural da cidade do Natal impunha também outras regras e noções em relação ao comportamento de homens e mulheres. A elite natalense que passou a cultivar um modo de vida burguês delegava ao homem uma posição de chefe do lar, administrador, o homem era aquele que sustentava sua família e sua casa, um ser racional, detentor do poder e da técnica. Em uma sociedade burguesa das primeiras três décadas do século XX, a mulher era vista como um ser vinculado ao lar, ao âmbito doméstico. Para essa mulher parte da elite, dama da sociedade, era atribuída também uma vivência social fora do lar, quando acompanhava seu marido em bailes, cinemas, teatros. Era função da mulher os cuidados com a casa, com a criação dos filhos e com o seu marido, deveria ser o “anjo do lar”. Delicadeza, fragilidade, recato, a desvinculação de atividades ligadas ao dinheiro, essas eram as qualidades que

se esperava de uma mulher da elite burguesa, ao mesmo tempo essa mulher deveria tornar-se feroz em relação aos cuidados com a saúde dos filhos, pois ser mãe era sua qualidade natural. Desde o século XIX o feminino é visto por binarismos, a mulher era um ser ligado à natureza e ao instinto, por isso deveria ser domado, viviam em constante suspeita e controle social. É claro que todas as estruturas possuem elementos dissonantes, mulheres que não se contentavam ou não se enquadravam, por muitos motivos, a essas perspectivas. A essas muitas vezes eram reservadas as suspeitas, a difamação e a rejeição. Uma mulher que não cumprisse com suas qualidades naturais, poderia enlouquecer tornar-se histérica, ser uma ameaça para a sociedade (TELLES; D'INCAO; FALCI; LOURO; RAGO, 2011).

A partir da década de 1920 sentimos o desenvolvimento e a expansão do feminismo, a figura da mulher moderna, de cabelos curtos com roupas menos justas e cigarro na mão, passam a ser vistas pelas ruas das cidades europeias e em Natal, andando sozinhas. Representação dessas mulheres é a personagem Gizinha do livro de Polycarpo Feitosa, pseudônimo de Antônio José de Melo e Souza¹, o romance de mesmo nome foi publicado em 1930. Gizinha evidencia a inserção dos novos costumes inseridos na Natal moderna, apesar disso parece fazer uma crítica a esses costumes que de certa forma, invertem os valores. Essas mulheres modernas e dissonantes pretendiam ter uma vida sexual independente, criticavam o casamento e visavam seguir carreiras profissionais, sem seus maridos, mas é claro que essas mulheres não correspondiam à maioria, eram muitas vezes, vistas como sintoma de uma sociedade prestes a ruir (SILVA, 2006).

¹ O autor de *Gizinha* foi por duas vezes Governador do Estado, primeiramente de 23 de fevereiro de 1907 a 25 de março de 1908 e posteriormente governou entre os anos de 1920-1924. Também exerceu outras atividades de destaque como Procurador Geral do Estado (1900-1907) e Secretário Geral da Interventoria do Capitão-Tenente da Armada Herculino Cascardo (1931-1932). Além de atuar no campo político, Souza ainda foi jornalista e escritor, redator no Jornal *A República*, e sócio fundador do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte (IHGRN). Escreveu também os romances: *Flor do Sertão* (1928), *Alma Bravia* (1934), *Encontros do Caminho*, (1936), *Os moluscos* (1938), *Jornal da Vila* (1939), *Gente Arrancada* (1941), *Dois Recifes com sessenta anos no meio* (1945), *Quase romance, quase memória* (1967), utilizando o pseudônimo de Polycarpo Feitosa. (MEMORIAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO RN, 2008). Como podemos observar na exposição acima, Antônio José de Mello e Souza teve uma intensa atividade política e literária. Características essas, que são bastante comuns aos intelectuais do RN das primeiras décadas do século XX.

Para as mulheres o ideal ainda era o lar e os cuidados com a sua família. A década de 1920 e as ideias feministas também trouxeram novas posturas para a mulher burguesa conservadora. Essa passou a frequentar clubes e a participar de Associações esportivas, por exemplo. Apesar disso, essa participação deveria ser apenas um passatempo que não deveria desviá-la de suas reais obrigações. As competições esportivas que contavam com a participação das mulheres se assemelhavam mais a gincanas do que a competições.

A história de Amélia e as diferentes representações² criadas sobre essa mulher estão articuladas com discursos que circulavam em torno da ideia de feminino na sociedade ocidental burguesa, discursos que despontavam nos séculos XVIII e XIX e que influenciaram o início do século XX. Quando a mulher correspondia às expectativas criadas sobre ela, quando possuía marido e filhos, cuidava da prole, da sua casa e casamento, ela era compreendida como uma mulher que desenvolve as funções para o qual foi criada. Quando por algum motivo não desejava ou não conseguia corresponder às expectativas eram vistas com rejeição. Suponho que a criação da imagem da Viúva Machado como ser amedrontador está relacionada a esse incômodo social que Amélia causava. Amélia lidava com dinheiro, havia tido abortos, não possuía filhos e era uma viúva.

A lenda da Viúva Machado despertou o medo em muitas crianças e aguçou a curiosidade da população, além de ter sido elemento de interesse para intelectuais que passaram a registrar a narrativa fantasiosa como elemento referente à cultura urbana natalense. A Viúva Machado seria um ser que capturava e comia o fígado de crianças. O *papa-figo* em seus contornos gerais foi elemento analisado por autores que atribuíram definições para esse monstro, dentre eles: Gilberto Freyre e Luís da Câmara Cascudo³.

² Utilizamos a ideia de representação na perspectiva de Paul Ricoeur. Para Ricoeur a representação está ligada a ideia de imagem. A História trabalha com as representações dos documentos, enunciados e discursos e também em sua fase da escrita, que é também a parte literária da História, ela cria representações, momento que elabora as imagens do passado e as apresenta ao leitor (RICOEUR, 2007: 200- 277).

³ O *papa-figo* foi conceituado como um personagem lendário de um sujeito que comia fígado de crianças para sobreviver. A lenda é estudada pelo escritor Gilberto Freyre no livro *Assombrações do Recife Velho* (1955) que traz 27 histórias mal-assombradas e o inventário de 12 casarões e prédios habitados por almas-penadas na capital pernambucana, e pelo também pesquisador da cultura popular Luís da Câmara Cascudo em seu *Dicionário do Folclore Brasileiro* (1954), que traz a definição do *papa-figo*.

Essa pesquisa se dedica a trabalhar com as representações elaboradas sobre Amélia Duarte Machado, imagens dessa mulher que foram construídas sob perspectivas sociais, culturais e temporais e em um determinado espaço: a Cidade do Natal. Nessa pesquisa ao mesmo tempo em que as imagens elaboradas sobre essa mulher não estão deslocadas de um contexto mais amplo, elas também estão relacionadas com as particularidades e as ações do indivíduo, revelando tensões que foram lidas pelos diferentes sujeitos como elemento a favor da criação dessas imagens que nos propomos analisar.

Quando analisamos Amélia Duarte Machado nos deparamos com imagens múltiplas e contrastantes, ela possui identidades plurais, possui vários rostos, narram mulheres distintas⁴. Para um melhor desenvolvimento da pesquisa, bem como da escrita dessa dissertação, decidimos realizar certa compilação, iremos investigar quando ela aparece como *esposa* considerada uma dama da sociedade, a *viúva* empreendedora, ou a *lenda*, a mulher *papa-figo*, sendo conscientes de que essas imagens estão envolvidas por outras.

Na investigação da vida de esposa será possível vislumbrar elementos de Natal no início do século XX, tais como: as festas religiosas; a identificação das práticas filantrópicas dos ricos e a identificação dos miseráveis que recebem essas caridades; o encontro dos doadores e suas famílias com os pobres e suas mazelas. Por Amélia Machado chega-se a uma Natal ainda pouco conhecida.

Na investigação da vida de Amélia Machado, viúva e sucessora do marido, é possível conhecer as atividades econômicas da cidade. Assim, podemos descobrir o que era comprado, vendido, produzido, quem comprava e vendia e as relações desse

⁴ Perspectiva bastante semelhante ao trabalho biográfico do historiador Benito Bisso Schmidt intitulado: *Nunca houve uma Mulher como Gilda? Memória e gênero na construção de uma mulher "excepcional"*, artigo no qual o autor analisa a jornalista Gaúcha Gilda Marinho. Para Schmidt, Gilda se construiu e foi construída de diversas formas ao longo de sua vida, porém ele elenca fatores que contribuíram para um trabalho de *enquadramento da memória*, que consiste na construção de uma memória que cria ou concretiza pontos de referências a serem compartilhados pelos grupos ou pela sociedade, como se referiu Pollak (POLLAK, 1989: 9). O trabalho de enquadramento da memória construiu marcos referenciais que consolidaram a imagem de uma Gilda *excepcional*: exuberante, alegre, vestida de maneira espalhafatosa, precursora de modismos e transgressora de costumes. Essa imagem se incrustou na memória de Porto Alegre. Nesse sentido, o autor procura mostrar que as narrativas, se repetidas insistentemente, têm o poder de solidificar imagens que acabam pautando as lembranças registradas nas fontes orais e escritas a que a Gilda se referem (SCHMIDT, 2009: 155-171).

comércio com a vida das pessoas. Na busca da vida de Amélia Machado como personagem lendário é possível também vislumbrarmos as relações entre as lendas criadas pela população de uma cidade e a vida dessa população.

Diante dessa perspectiva, o objetivo desse trabalho é analisarmos, por meio do gênero biográfico, as imagens que foram construídas em torno de Amélia Duarte Machado. Identificando como a sua vida se relaciona a momentos específicos da história da cidade. Nessa perspectiva, pretende-se compreender de que forma as imagens construídas sobre Amélia fornecem subsídios para identificar práticas sociais, culturais, espaciais e temporais da sociedade natalense.

Lançaremos aqui alguns questionamentos tais como quem era Amélia Duarte Machado? Quais as imagens que circularam acerca dessa mulher? Quais as perspectivas particulares, sociais e culturais que fizeram com que fossem construídas representações sobre Amélia? De que maneira sua biografia nos fornece subsídios para refletir sobre determinadas práticas na Cidade do Natal?

Enquanto uma pesquisa que se propõe a trabalhar com as construções sobre Amélia Machado, iremos levar em consideração o momento em que a mesma começa a se firmar enquanto uma figura pública, quando passa a figurar nos jornais da cidade e a ser alvo da curiosidade da população natalense. 1904, quando Amélia se casa com Manoel Machado até 1934 quando se torna viúva. Assim iremos trabalhar principalmente com as primeiras três décadas do século XX. Apesar do recorte, iremos a muitos momentos ultrapassar essa circunscrição temporal seja para antes ou para depois desses períodos. Não queremos problematizando esses momentos da vida de Amélia, o casamento e a viuvez, compreendidos no presente recorte, reduzir a riqueza de análise que identificamos na vida dessa mulher que viveu quase 100 anos, mas procurar identificar como ela foi compreendida nesses momentos que consideramos marcos da sua vida buscando ainda analisar os ecos dessas imagens.

O interesse por estudar a Amélia Machado está diretamente associado a minha vida. Nasci em Natal e cresci ouvindo – com muita atenção – minha mãe afirmar que tinha conhecido uma mulher que a cidade toda dizia que era uma *papa-figo*. Uma mulher que pegava as crianças matava e depois comia o seu fígado. Ela não acreditava nessa lenda, pois nos contatos que havia mantido com a “viúva” – no tempo em que meu avô materno prestou serviços para ela – nunca achou nada de estranho no seu comportamento.

Durante a graduação em História fui instigada, em 2008, a produzir um trabalho para a disciplina História Oral. Naquela ocasião, lembrei-me das histórias acerca da “viúva”, e resolvi utilizar a lenda da Viúva Machado como tema para o trabalho da disciplina. Diante da imensidão do tema, posteriormente em minha dissertação de mestrado resolvi retomar as pesquisas sobre a vida dela.

Quando nos propomos a analisar as imagens construídas ao longo da vida de um indivíduo, estamos inseridos no que se convencionou chamar gênero biográfico. A escolha pela análise de diferentes rostos que Amélia adquiriu nos posiciona fora de uma perspectiva de narrativas lineares e tradicionais, preocupadas com a vida dos “grandes homens”. Amélia foi escolhida não apenas por ser uma mulher da elite, mas por ter sido alvo de criações do imaginário da população de Natal. A escolha de trabalhar com a vida de uma mulher, evidencia os aspectos temporais de produção da pesquisa. Durante muito tempo a História preocupou-se com os aspectos políticos e em dar foco aos homens, mas, sobretudo após a década de 1970 vem se estabelecendo no campo da História o que se convencionou chamar de História das Mulheres.

A História das Mulheres se baseia na prerrogativa de que a História durante muito tempo ignorou as mulheres em suas capacidades de agentes históricos. Iniciativas no século XIX são lembradas como as de Michelet, no entanto ele associa as mulheres à natureza e os homens à cultura, reproduz assim a ideologia dominante do seu século. Para Michelet as mulheres possuíam dois lados, o da maternidade e do doméstico e o da superstição, crueldade, loucura e histeria. Com o advento de uma história positivista e voltada para os documentos públicos e políticos, as mulheres, por não terem sido em grande medida registradas nesses documentos, somem, assim como desaparecem também as esferas do cotidiano. Na década de 1930 a Escola dos *Annales*, operaram novas perspectivas em prol do econômico e do social. A partir da década de 1970, a História passou a mostrar-se mais receptiva em relação à dimensão dos sexos. Para além da História foi a influência da Sociologia e posteriormente da Antropologia que trouxeram um novo olhar sobre as mulheres. A demanda por essa produção na década de 1970 se articula também com os movimentos feministas de postura mais radical. Estudos recentes, no entanto, passaram a compreender que a mulher era um ser de construção social e não natural, sua história se fazia também pela relação entre os sexos. Colóquios, eventos e pesquisas na área tiveram grande crescimento na década de 1980. Esse campo de pesquisa passou a investigar as prostitutas, as mulheres agredidas,

posteriormente surgem questões relativas ao corpo e as relativas às imagens das mulheres, suas representações (PERROT, 1995: 9-28)⁵.

A análise da vida de Amélia pretende manter-se longe de uma narrativa moralizante e preocupada em ressaltar apenas as virtudes do sujeito biografado. Iremos também fugir a ideia de que foi apenas vítima, compreendendo como suas ações contribuíam para aumentar o apetite das pessoas em relação a sua vida.

Apesar de tentar analisar diferentes pontos de vista sobre a personagem, não temos a pretensão de saciar os “apetites *voyeuristas* dos leitores”, enfatizando apenas os segredos íntimos do biografado, aqui iremos a partir da vida do indivíduo abordar aspectos mais amplos acerca do momento em que o biografado viveu (SCHIMDT, 2004: 20-21). Iremos nos preocupar, portanto, em trabalhar a vida de Amélia como temática histórica, perpassando, além da vida da mesma, também um momento histórico vivenciado por uma coletividade. O estudo de vidas também deve levar em consideração o sujeito em sua esfera social, suas relações com os demais sujeitos, o que pode conectar-se também a elementos culturais que são partilhados.

O uso do gênero biográfico pelos historiadores é um movimento internacional aparente em várias correntes recentes, tais como a nova história francesa, o grupo contemporâneo de historiadores britânicos de inspiração marxista, a micro-história italiana, a psico-história, a nova história cultural norte-americana, a historiografia alemã recente e também a historiografia brasileira atual (SCHIMDT, 1997:5).

Nas últimas décadas assistimos a um crescimento da produção de biografias no campo da história. A escolha dos sujeitos a serem biografados acompanha as novas tendências e diálogos referentes ao campo historiográfico. Se uma História tradicional deu atenção aos grandes heróis, nas últimas décadas volta-se para os sujeitos comuns e para o cotidiano. A história recente não se preocupa apenas com os fatos, mas com

⁵ Sobre as relações de sociabilidade e de gênero, bem com a construção de uma biografia feminina ver: BORGES, Vavy Pacheco. *Em busca de Gabrielle: séculos XIX e XX*. São Paulo: Alameda, 2009. Assim como Amélia Duarte Machado, que teve sua imagem associada ao *papa-figo*, Gabrielle, em meados do século XIX e início do século XX, também viúva, sem filhos e em posse de uma enorme herança, precisou lutar para administrar seus bens, pois teve sua imagem ligada à loucura. Essas duas mulheres tinham uma postura diferenciada para a época, não tinham filhos e herdaram grandes somas monetárias. Vavy Pacheco Borges na biografia de Gabrielle tenta mostrar que construção da dita “*loucura*” de Gabrielle está atrelada visivelmente a questão de gênero. Perspectiva que pretendo trabalhar nessa pesquisa, que conecta a questão de gênero as hipóteses sobre a construção da Lenda da Viúva Machado.

significados, o estudo de biografias pelos historiadores acompanha esse caminho, assistimos a um crescimento da produção de biografias referentes a sujeitos anteriormente compreendidos como anônimos, mas que passam a ser iluminados pela escrita biográfica. A motivação de estudar a vida desses sujeitos está articulada também com interesses temáticos da História na atualidade como o imaginário, por exemplo.

As discussões teóricas acerca das biografias em História acompanham discussões que estiveram em pauta nas últimas décadas acerca da escrita da história. Esses elementos se referem às qualidades narrativas da história, tais como a relação entre História e Literatura, e a ideia de realidade e ficção. Essas ideias permearam o campo da História desde fins da década de 1960, com a produção de historiadores e filósofos que passaram a refletir sobre a escrita da História, momento também conhecido como virada linguística (ALBUQUERQUE JÚNIOR, 2007: 43-51).

Os historiadores passaram a compreender que são construtores de biografias, sujeitos responsáveis por elaborar um rosto para os biografados por meio das diferentes representações. Compreendendo o biógrafo como aquele que constrói a vida do indivíduo pelo texto biográfico admite-se que se utiliza também de ficção e que sua posição social e cultural afeta a forma como constrói a vida de um sujeito.

Passou-se também a compreender as limitações da escrita biográfica em sua pretensão de escrever a vida de um sujeito. Em biografia não é possível abarcar toda a vida do sujeito, pois a escrita biográfica é uma escrita representacional, utiliza-se de elementos retóricos. Como também é uma impossibilidade da biografia alcançar um sujeito real. A biografia enquanto uma escrita que quer possuir legitimidade tem a pretensão de aproximar-se do real, porém compreende-se que o real para o biógrafo é elemento almejado, mas nunca alcançado.

A ideia de impossibilidade de um sujeito real em biografia trouxe para o campo das discussões desse gênero em História a relação com a Literatura à medida que a Literatura tem sido um campo que tem se dedicado a construir também biografias. Nessa perspectiva é comum reflexões sobre aproximações e distanciamentos entre a biografia em História e em Literatura como se referiu Giovanni Levi. Para Levi as biografias elaboradas na Literatura são modelos que influenciaram as biografias históricas principalmente em aspectos referentes aos esquemas de ordem psicológica e comportamental dos indivíduos, do cotidiano dos mesmos e da noção da fragmentação da identidade (LEVI, 1996: 168-169).

As biografias na História tradicional não apenas davam atenção aos grandes homens, como também aos seus aspectos políticos. Era também outra característica a construção de sujeitos homogêneos de identidades fixas durante toda a vida. É para essa tendência de construir um sujeito como linear que Bourdieu alertou para o que denominou de “ilusão biográfica”. Para Bourdieu existe uma ausência de unidade e de identidade lógica no estudo de vida, por isso para ele seria necessário perceber o contexto em que o indivíduo está inserido como um espaço social em que ele, o indivíduo, está sujeito a modificações. (BOURDIEU, 1996: 189).

É também um aspecto presente nas discussões teóricas de biografia em história a relação indivíduo/contexto. Bourdieu ao considerar a interferência do espaço social na vida de um sujeito, admitindo que é no espaço social que o indivíduo está sujeito a modificações, levantou um ponto relevante para pensar a maneira como os historiadores escrevem a vida de seus personagens, apontando que os personagens biografados pelos historiadores não podem ser considerados como um todo coerente e orientado. Sobre a relação entre indivíduo e contexto, Schmidt ressalta que na historiografia contemporânea um número significativo de historiadores estabelece um diálogo entre o indivíduo como possuidor de autonomia individual, peculiaridades e singularidades, e seu contexto (SCHMIDT, 1997: 15).

Para construir a biografia histórica de Amélia Duarte Machado pesquisamos em livros, poemas, artigos, reportagens de jornais e textos memorialistas. Esses enunciados se referem a diversos momentos de sua vida, como quando ela esteve casada com Manoel Machado (1904-1934), momento em que ela aparece quase sempre associada ao marido e construída dentro de uma ideia de mulher da elite, imagem promovida, sobretudo pela imprensa. Para ajudar a compreender o significado dessa mulher na Cidade do Natal também pesquisamos como as mulheres aparecem no jornal *A República* especialmente nas primeiras três décadas do século XX. Entre os documentos pesquisados, ganha destaque a matéria de Vicente Serejo para o jornal *O Poti*. O texto publicado em 1978 evidencia três vidas que Amélia teve, tem como título *Dona Amélia, Duarte dona Amelinha: a Viúva Machado*. O texto ganha relevo na pesquisa por se tratar da primeira publicação que tratou da lenda e por ser a única conversa que Amélia teve com um jornalista. O texto além de possuir informações passadas pela própria Amélia sobre sua vida, conta com o depoimento da mesma e informações sobre sua casa. O texto inspirou e foi referência para várias pesquisas sobre

Amélia e sobre seu esposo. Acreditamos assim, que o texto de Serejo contribuiu para reforçar imagens a respeito dela.

Buscando compor esse trabalho, também utilizaremos narrativas orais. Empregamos por isso, a metodologia da História Oral. A respeito da História Oral, Alessandro Portelli informa que os historiadores orais não devem buscar nos relatos a objetividade do que ocorreu, pois não estamos lidando com fatos concretos, mas com subjetividade, interpretações, crenças, sentimentos, criações e emoções. Por vezes erros e mentiras (PORTELLI, 1997:25-26).

Faz-se necessário que as narrativas desses depoentes sejam problematizadas pelos historiadores como nos aponta Portelli, para que possam funcionar como uma ferramenta de análise dos objetos. Na problematização dessas narrativas orais é importante não compreendê-las apenas em seu aspecto informacional, mas como produto de seus narradores. As imagens que essas narrativas produzem se relaciona com a posição social e cultural dos mesmos assim como nos apontou Walter Benjamin acerca do narrador. Para Benjamin o narrador imprime na narrativa a sua marca, *“como a mão do oleiro na argila do vaso”* (BENJAMIN, 1993: 205).

Realizamos entrevistas com pessoas que conviveram com Amélia D. Machado e que me forneceram informações mais particulares das atividades e da intimidade dessa mulher. As entrevistas tiveram um caráter temático, foi elaborado um roteiro de perguntas flexível e abrangente direcionadas ao nosso problema de pesquisa. Porém, algumas questões surgiram de forma natural no ato da entrevista, pois segundo Sônia Maria de Freitas: *“Cada entrevista tem a sua própria dinâmica, e cada entrevistado mostra-nos diferentes interesses na abordagem de determinadas questões”* (FREITAS, 2006: 89).

Gostaríamos de ressaltar que os familiares de Amélia não aceitaram contribuir com a pesquisa, apesar das tentativas de realizar entrevistas, visitar e analisar a residência e explorar um possível arquivo familiar. Chegamos a entrar na residência e conversamos com a neta de Amélia, Elisabeth Micussi, filha de Humberto Micussi seu filho adotivo já falecido. Também estava na casa Joana D’arc Micussi, esposa de Humberto. A neta e a nora são as atuais moradoras da casa onde viveu Amélia. A senhora Elisabeth Micussi justificou a não participação na pesquisa ao fato da enorme exposição e repercussão da lenda acerca de sua avó, motivos que contribuem para a

associação de memórias negativas para ela e para o restante da família. Dessa maneira, respeitamos e entendemos o posicionamento da família.

Forneceram suas contribuições para essa pesquisa três depoentes, foram eles: Vicente Alberto Serejo Gomes, nascido em 29.04.1951, Cláudio Augusto Pinto Galvão, nascido a 29.08.1937 e Luiz Gonzaga Meira Bezerra, nascido a 21.06.1923. O primeiro entrevistado conhecido também como Vicente Serejo foi o único jornalista para quem Amélia concedeu uma entrevista, o texto de sua reportagem teve grande repercussão e como já citado serviu para outros estudos sobre Amélia Duarte Machado. Jornalista, Serejo começou sua carreira como redator noticiarista de pequenas notícias na Rádio Rural em 1970, portanto há 41 anos. E no final de 1971 ingressou no Diário de Natal. Em 1978 ingressou no quadro de professores da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, foi professor do curso de jornalismo durante 32 anos. Há 14 anos assina uma coluna no Jornal de Hoje (SEREJO, 25.10.2011).

Nosso segundo depoente, Cláudio Galvão era afilhado de batismo de Amélia, sua mãe que era enfermeira, aplicava injeções na família, auxiliava nos procedimentos de enfermagem. Cláudio Galvão tem formação em História pela então Faculdade de Filosofia da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, na década de 1960. Também na UFRN foi professor fundador das disciplinas História Medieval e História da Arte. Lecionou ainda História Geral e do Brasil no Atheneu Norte Rio-Grandense e no Instituto Municipal João XXIII. Pesquisador tem vários trabalhos publicados em livros e periódicos (GALVÃO, 05.06.2012). O terceiro depoente é conhecido como Luiz G. M. Bezerra, ou “Seu Luizinho”. Possuía estreitos laços com Amélia e sua família, sua mãe era amiga de Amélia. O ex-comerciante ainda se destacou na cidade como pesquisador, sobretudo quando o assunto é esporte, contribuindo para vários jornais do Estado (BEZERRA, 26.10.2011).

Biografia, História e Espaços são três elementos que estão aqui misturados. A questão do espaço também compreende um referencial teórico que se mistura com a análise do objeto, Amélia D. Machado.

O espaço na biografia em questão está presente de diferentes maneiras e proporções. O espaço da cidade e suas nuances temporais fizeram emergir as diferentes imagens sobre Amélia, essas imagens por sua vez podem servir de referencial para pensar as transformações espaciais que ocorriam com a Cidade do Natal no início do século XX, transformações que possuem aspectos físicos, sociais e culturais. O espaço

na presente pesquisa também surge pela instituição do “*espaço do papa-figo*”, lugares que foram afetados pela lenda da Viúva Machado como sua casa ou a rua em que residia. Assim quando refletimos sobre a lenda da Viúva Machado pensamos nas práticas discursivas construindo espaços. Ao tratar de espacialidades, Certeau aponta a participação de relatos que possuem uma função importante, pois demarcam e fundam espaços, e nesse sentido esclarecem a formação dos mitos. (CERTEAU, 1999: 202-208).

No primeiro capítulo iremos analisar as condições que deram popularidade a Amélia na cidade do Natal. Essas condições são históricas e também individuais. O primeiro capítulo está fundamentado em dois eixos: o espaço da cidade do Natal e a popularidade do casal Machado. A popularidade de Amélia ocorreu em um momento em que a cidade estava se modernizando, passando por intervenções urbanas, sendo alvo do investimento de indústrias e empresários estrangeiros e com a afirmação de uma elite que tinha o seu cotidiano noticiado também por uma imprensa crescente.

O segundo capítulo abordará as imagens de Amélia como uma dama de elite, esposa, gestora do lar e companheira do marido, ela promovia recepções e jantares em sua residência. A vida conjugal de ambos abarca as transações econômicas de Manoel Machado e sua relevância para a cidade do Natal. Essa posição social fazia com que o casal ganhasse destaque na cidade e figurassem como membros da elite natalense. Amélia enquanto esposa e mulher rica da cidade possuía uma vida doméstica, e promovia recepções em sua residência, aqui a casa de Amélia aparece como um espaço para exercer as práticas referentes à posição social do casal conectada com os rituais adotados pela elite natalense do período em questão.

O terceiro capítulo abordará um segundo marco na vida de Amélia, a viuvez. Nessa parte iremos trabalhar os diferentes papéis assumidos por Amélia quando passou a ser viúva. Esse capítulo também irá abordar os significados atribuídos à viuvez na época, fazendo associações com a conjuntura da Cidade do Natal. Além disso, vislumbraremos as expectativas que se tinham em relação às mulheres, expectativas que nem sempre foram incorporadas por Amélia já que foi uma mulher que passou a assumir os negócios do marido. Com a viuvez, Amélia passou a restringir as recepções em sua casa e a passar o maior tempo reclusa. Esse capítulo também irá problematizar a relação de Amélia com a figura do *papa-figo*.

CAPÍTULO 1: A NATAL DE AMÉLIA (1900-1930)

Esse capítulo dedica-se a abordar o que chamamos de “A Natal de Amélia”, ou seja, a Natal em que Amélia vivenciou um período de grandes transformações em sua vida. Tratando-se de transformações, podemos compreender a cidade também nessa perspectiva. As perspectivas históricas pelo qual passou a cidade de 1900 a 1930 dizem respeito às mudanças em relação aos hábitos da população e nas configurações espaciais. O processo de modernização pelo qual a cidade passou teve a interferência atuante de uma elite natalense, essa elite desejou equipar a cidade de aparelhos técnicos equivalentes às descobertas trazidas pela Revolução Industrial, no mesmo momento, os modelos e valores burgueses passaram a fazer parte do cotidiano da população no âmbito privado e público, possibilitando inclusive a compreensão dessas duas esferas. Para Serejo Amélia foi:

testemunha de um momento de expansão urbana na cidade, momento de desenvolvimento da cidade. Veja bem, primeiro porque o marido foi um investidor com uma visão de futuro muito grande, ele foi investidor de terras urbanas, investiu em terras urbanas, ele percebeu a expansão da cidade e era um alto comerciante de secos e molhados e ele percebe isso, que a cidade caminharia para aquele lado, teve grandes glebas para o lado de Parnamirim que era o lado em que a cidade poderia se expandir, porque do outro lado era o mar, do outro lado o morro, e do outro lado o rio. (SEREJO, 25.10.2011).

Nesse sentido, a Natal de Amélia é um espaço que se reestruturava, que abria as portas para as ambições comerciais de empresários estrangeiros que viam a cidade como espaço de potencial comercial pela demanda de uma elite que emergia ansiosa por consumir produtos de luxo e industrializados. Assim, aqui nesse capítulo também inserimos na análise a presença do português Manoel Duarte Machado, esposo de Amélia que se destacou dentro dessa Natal por seus investimentos comerciais e pelo incentivo a aviação, símbolo dos tempos modernos. É nessa cidade que nossa personagem Amélia irá encontrar um chão fértil para o desenrolar de sua história.

1.1– A MODERNIDADE E A CIDADE DO NATAL

O início do século XX significou importantes mudanças nas feições da Cidade do Natal, o espaço da cidade teve suas configurações modificadas por iniciativas, por práticas e por discursos que se preocupavam em elaborar a imagem de uma cidade moderna.

Devemos entender os espaços como construções históricas e humanas e não como recortes naturais que preexistem à sociedade, pois é o homem inserido em seu contexto histórico que colabora em sua construção ao se apropriar dele e ao organizá-lo de acordo com suas relações sociais e cultura que compreende comportamento, valores e crenças. A estrutura de Natal passou por intensas modificações e as elites da cidade apoiavam-se no exemplo de cidades europeias, na capital do país, o Rio de Janeiro ou em cidades próximas como Recife que passou também por um processo de modernização.

Em *O Pântano e o Riacho*, Raimundo Arrais tratou do espaço da cidade do Recife como um espaço urbano criado e moldado pelos interesses e ideais de uma elite. O autor concebe o espaço como elemento de transformação, de modernização e disputa de interesses, quando Recife mergulha nas relações do mundo capitalista. A cidade passou a ser tomada por uma série de discursos de progresso e por medidas de planejamento de acordo com as normas higienistas, foi aí então que se desejou o rio deslizando em suas águas claras e brilhantes, ao invés do pântano onde as raízes podres e os detritos eram o símbolo da proliferação das pestes e dos miasmas. O espaço demonstrado no livro não é inerte, não é apenas suporte para as relações, mas é parte delas na medida em que incorpora usos e significados (ARRAIS, 2004).

A Cidade do Natal nas primeiras três décadas do século XX passou por mudanças físicas e culturais com o aperfeiçoamento do aparelho urbano e as mudanças no modo de vida da população. Nesse período, a cidade passou a ser dotada de invenções tecnológicas trazidas principalmente pela II Revolução Industrial. A cidade recebeu as linhas de Bonde, luz elétrica, os primeiros telefones. Para, além disso, as elites buscaram reestruturar a malha urbana visando em grande medida as preocupações com aspectos sanitaristas e com a existência de espaços públicos de interação e trânsito como os passeios públicos, as praças e espaços privados como as confeitarias, teatros e cafés.

Para além de seus aspectos físicos, no espaço da cidade se equilibram ações e interesses que transformam os espaços públicos e privados da cidade. Os espaços são materializações da subjetividade humana. Em Natal, o sonho das elites era fazer com que Natal alcançasse um grau de civilidade típica de uma capital. Deu-se início a construção de muitos prédios que sem as práticas sociais seriam desprovidos de qualquer sentido. Essas práticas sociais davam sentido aos espaços da cidade. Nesse período os clubes, bares, cafés, cinemas, jardins públicos e clubes esportivos representavam espaços de um lazer polido e civilizado (ARRAIS; ANDRADE; MARINHO, 2008).

Analisando as primeiras décadas do século XX, Márcia Maria Fonseca Marinho reafirma o papel das elites desse processo de modernização vivenciado por Natal, a cidade teria passado por um processo civilizatório que se refletiu na estrutura, no comportamento, nos hábitos e na moda da população. A palavra modernizar significa dotar a cidade de estruturas materiais correspondentes aos padrões do século XIX proclamado pela sociedade burguesa industrial europeia. Diante dessa perspectiva a autora analisa as formas de sociabilidade referentes a uma elite política, econômica e intelectual. Tratar da sociabilidade desses sujeitos e a forma que se constituíam enquanto grupo é abordar também os códigos e os elementos referentes aos diferentes segmentos que compunham essa elite.

De acordo com Marinho, a parte mais abastada da população foi tomada por um desejo de ver o progresso técnico se instalar na cidade. Primeiramente surgiu uma preocupação em conectar economicamente Natal com as outras cidades maiores, foram construídas estradas carroçáveis desde o final do século XIX e melhoramentos no porto de Natal. Baseando-se em discursos sanitaristas Natal passou a ser vista como um organismo vivo, as ruas seriam as artérias por onde circulava a vida da cidade. Essas ruas deveriam, portanto ser saneadas, limpas, arborizadas, surgia os planos urbanísticos que visavam gerir e projetar a cidade que deveria conter calçadas, bancos, praças, espaços agradáveis, ordenados, asseados e convidativos ao trânsito.

A preocupação com o progresso passou a estar presente nos discursos de intelectuais como Henrique Castriciano, por exemplo, sujeitos que escreviam para jornais como *A República*, *A Gazeta do Comércio* e o *Diário de Natal* (MARINHO, 2011).

As ações sistematizadas do Estado na produção do espaço urbano da cidade foram também uma característica desse período. Essas ações podem ser medidas pela criação de uma rede de distribuição de água, saneamento, pela implantação da energia elétrica, coleta de lixo, pela implantação de bondes como transporte urbano, pelo embelezamento de praças e avenidas. Essas modificações faziam com que a cidade colonial se tornasse obsoleta, insalubre, atrasada e desordenada. Uma cidade remodelada era o desejo das elites, elaborada a partir da racionalidade técnica da época. Surgiam também novas preocupações com o embelezamento da cidade e a higiene da mesma. As melhorias afetaram o modo de vida da população e o espaço urbano, a implantação de uma linha de bonde que conectada os bairros centrais da Cidade Alta, Ribeira, Cidade Nova e Alecrim, encurtou as distâncias e facilitou o trânsito entre os espaços da cidade.

Nas primeiras três décadas do século XX Natal teria vivenciado uma *Belle Époque*, ou seja, época em que os ideais e o imaginário de uma elite natalense afloraram em prol de uma ideia de avanço e progresso técnico e cultural. Assim Arrais, Alenuska e Marinho em *O Corpo e a Alma da Cidade*, apontam esse processo de transformação física e simbólica da cidade. Os ideais da elite natalense da época eram difundidos em jornais. Os autores destacam o periódico Oásis, publicação que contava com textos de Augusto Severo e Henrique Castriciano, intelectuais, ligados a oligarquias e que tinham contato com cidades como Paris e que carregavam seus ideais modernos. Por meio da revista Oásis vislumbra-se o otimismo intelectual da época, conectando Natal “*num conjunto de idéias, valores e sentimentos que se espalhavam por todo o Globo, entre o final do século XIX e o início do século XX*”. Esses intelectuais além da experiência de suas viagens pela Europa, em muitos casos para ter uma educação fora do país, também recebiam no Brasil, ideais europeus por meio da educação formal. Natal não estava desconectada das ideias que se passavam na Europa e nos Estados Unidos, um período agitado para a história do Ocidente, repleto de “*ideias, conceitos, conhecimentos científicos, imagens, máquinas, mercadorias*”. Na cidade distante dos bombardeios da Primeira Guerra em 1914, o otimismo prevalecia, “*sem os grandes dramas que dominaram a consciência dos europeus*”. Esse período foi marcado pela entrada na cidade das mercadorias e dos valores burgueses. Chapéus importados, roupas, alimentos enlatados, ferramentas, livros, cartões-postais, perfumes, eram incorporados ao cotidiano da população (ARRAIS; ANDRADE; MARINHO, 2008).

De acordo com Souza, a Natal em fins do século XIX e no início do século XX teria crescido rapidamente em termos geográficos e em todos os setores da vida urbana. A implantação da República teria despertado a autonomia das elites regionais para tomar iniciativas em prol da modernização das diferentes cidades, essa modernização incluía também um disciplinamento do espaço urbano por meio de iniciativas como a prisão de animais soltos nas ruas, o controle dos carregadores de mercadorias, o controle sobre o abastecimento de carnes e peixes, o controle sobre o embarque e o desembarque de mercadorias. Em 1908 Natal teria adquirido os seus primeiros bondes primeiramente puxados a burro, e em 1911 teriam sido inaugurados os bondes elétricos por iniciativa do governador Alberto Maranhão que teria feito empréstimos para implantar na cidade além dos bondes a luz elétrica e os primeiros telefones da cidade. Inicialmente circulavam 8 bondes que ligavam os bairros da Ribeira e da Cidade Alta. Em 1912 foi inaugurada uma linha Petrópolis e depois Alecrim. Em 1913 os bondes chegavam a Tirol.

Além dessas iniciativas Souza cita também a preocupação com os planos urbanísticos nas primas décadas do século XX. Esses planos eram iniciativas das elites dirigentes em prol de um racionamento do espaço. O primeiro teria sido o Plano Polidrelli, em decorrência do nome do engenheiro italiano contratado, Antonio Polidrelli. O plano incluía uma reorganização dos bairros da Ribeira, Cidade Alta e Cidade Nova, este último atual Tirol e Petrópolis que começou a ser demarcado em 1901. Em 1929 a cidade ganhou um novo plano urbanístico denominado de Plano Palumbo com o arquiteto Giacomo Palumbo, esse plano era oficialmente conhecido como Plano Geral de Sistematização de Natal e possuía muitas influências europeias e norte-americanas em suas bases. O próprio arquiteto era formado pela Escola de Belas Artes de Paris. O então prefeito Omar O'Grady que havia contratado Palumbo era também engenheiro e havia tido contato com as diferentes teorias urbanísticas da época por ter estudado nos Estados Unidos.

Durante as primeiras décadas do século XX Natal também passou a ter um Teatro, espaço muito desejado pelas elites da cidade. O Teatro Carlos Gomes iniciado já no final do século XIX no governo de Ferreira Chaves e inaugurado no primeiro governo de Alberto Maranhão em 1904, foi também Maranhão em seu segundo governo (1908-1913) que promoveu uma reforma na fachada do prédio lhe atribuído às feições

da arquitetura “*art nouveau*” muito apreciado na época, com influências europeias. A nova fachada foi inaugurada em 1912.

Além dos espaços de sociabilidade a cidade crescia economicamente promovendo também melhorias em relação às vias de comunicação com outras localidades, essas vias é que possibilitavam uma maior intercomunicação de Natal com outros centros, fazendo com que se intensificasse a entrada de mercadorias. Podemos destacar desde o século XIX a importância do Porto de Natal que passou por melhoramentos em 1918 por iniciativa de Augusto Tavares de Lira então Ministro da Viação e Obras Públicas. O engenheiro contratado na época Manoel Carneiro de Souza Bandeira teria traçado medidas de melhoramento como a construção de um cais de atracação, três armazéns, sendo dois de 80 metros e com largura de 150 metros, dentre outras melhorias físicas em termos de reformulações naturais. Além do porto, em 1904 foi construído o percurso ferroviário que se estende de Igapó a Ceará-Mirim. As estações que ligavam essa ferrovia foram inauguradas em 1906, elas foram traçadas pelo engenheiro Sampaio Correia (SOUZA, 2008: 67-321).

O Teatro Carlos Gomes seria a mais expressiva obra pública realizada pelo governo estadual nesses primeiros anos da República. O teatro era um espaço desejado pela elite e possuía também um modelo pedagógico em relação a civilidade e apreciação das artes. Era também exemplo de espaço de sociabilidade o Recreio Juvenil de 1919, um clube coordenado pelo professor Luís Soares e vinculado ao grupo escolar Frei Miguelinho. O clube era voltado para o público infanto-juvenil, mas possuía também atração para os pais como um café chamado Café Familiar, anexo ao prédio da casa de diversão juvenil. No século XX principalmente os bairros da Ribeira e da Cidade Alta passaram a receber muitos bares e cafés que possuíam serviços de bilhares.

Em Natal os clubes também tiveram grande destaque na vida social da cidade, essas casas recreativas funcionavam como espécie de sociedades fechadas, era nesses locais que a elite definia sua imagem. Entre os clubes existentes em Natal destacou-se o Natal Club, fundado em 1906 e que em 1909 passou a funcionar em prédio cedido por Alberto Maranhão localizado na Avenida Rio Branco. Para se filiar a um clube como esse era necessário a aceitação dos demais sócios honorários em uma Assembleia Geral e pagar mensalidades em dinheiro e joias. No final da década de 1920, em 1928 o reinado supremo do Natal Club foi abalado pelo nascente Aero-Club no bairro do Tirol. Esse novo clube reunia o charme dos salões, a competitividade dos esportes e as

aventuras da aviação. Unindo luxo e esporte. Era naqueles espaços que as elites delimitavam seus espaços e por suas práticas de interação fincavam a distinção entre as parcelas menos abastadas da população, as classes populares.

Além desses clubes se proliferavam em Natal os clubes esportivos que caíram no gosto das elites por meio do esporte enquanto remédio para os vícios e mazelas da sociedade moderna. Destacou-se o Sport Club Natal. O esporte estava atrelado a noções de educação e moral dos jovens. As práticas de esporte, suas competições, auxiliavam na criação de outros espaços de interação. Durante as competições, o público poderia desfrutar da apresentação da banda do Batalhão de Segurança que tocava nos intervalos dessas provas. Em 1910 Natal contava com diversas associações esportivas como o Velo-Club-Natal, o Derby-Club-Natalense, Sport-Club-Natalense, Natal-foot-ball –Club (ARRAIS; ANDRADE; MARINHO, 2008: 140-155).

Ao mesmo tempo em que a população assistia ao crescimento da cidade, encontrava nos jornais uma proliferação das crônicas que eram produzidas por intelectuais acerca desse crescimento. Essas crônicas narram à cidade, suas mudanças, seus conflitos, apresentam diferentes posicionamentos, ao mesmo tempo em que evidenciam o nascimento de uma nova Natal, deixam transparecer uma cidade antiga em processo de modificação. Alguns cronistas possuíam uma postura mais progressista, enquanto outros se posicionam entre a tradição e a modernidade, foi o caso de Cascudo. Arrais situa Cascudo dentro de uma tradição intelectual que se manifesta em Natal, sublinhando também os nomes de Manoel Dantas, Eloy de Souza e Henrique Castriciano. Esses intelectuais assumiriam o papel de porta-vozes da cidade, caberia a eles documentar o passado e as mudanças nos hábitos e na fisionomia pelo qual a cidade estava passando. Nas crônicas cascudianas, porém ao mesmo tempo em que o progresso aparece, surge a modernidade como elemento perturbador da harmonia e da quietude que havia se estendido em uma Natal antiga. Em alguns pontos Cascudo se distancia dos intelectuais que saudavam o progresso, Cascudo apresenta as modificações na cidade como algo que dissolvia as relações sociais, as opiniões emitidas pelo intelectual sugerem uma orientação urbanística anti-industrial, buscando equilibrar duas posturas. As crônicas de Cascudo evidenciam o ponto de vista do autor, mas também um momento vivenciado pelo mesmo, em seus textos, de acordo com Arrais, *“pressentia-se uma mudança acelerada que originava uma cidade nova ao mesmo tempo em que ia*

fazendo desaparecer a cidade velha". Essas crônicas anunciavam o nascimento da cidade pela iniciativa municipal e pelo governo do estado a partir da década de dez.

Nas três primeiras décadas do século XX o pensamento sobre a evolução da cidade e o rumo que ela iria tomar se move em uma tensão dual. De um lado a cidade enquanto paisagem natural e de outro a cidade artifício como produto da operação técnica e dos melhoramentos materiais como calçamento, iluminação, água encanada e transportes como os bondes. Equipamentos instalados desde fins do século XIX pela iniciativa de ingleses e franceses (ARRAIS, 2005: 7-79).

1.2 - MANOEL MACHADO E O COMÉRCIO EM NATAL (1900 - 1930).

1.2.1- Um rico comerciante na Natal do início do século XX.

Amélia Duarte Machado, ou mesmo Viúva Machado, esses são os dois nomes pelo qual Amélia ficou conhecida na Cidade do Natal, diante disso chama atenção o sobrenome Machado em ambos e a vinculação constante com o marido. Os rostos de Amélia e de seu marido estão fortemente relacionados. Analisando as imagens de Amélia e os fatores que possibilitaram sua popularidade na Cidade do Natal, torna-se inevitável falar sobre Manoel Machado, seu cônjuge, um comerciante de destaque daquela Natal do início do século XX.

Não é nosso intuito posicionar Amélia enquanto figura secundária ao seu marido, como uma marionete que agia apenas em função do mesmo, mas não podemos ignorar dentro das particularidades da vida dessa mulher e dentro da perspectiva social e cultural da cidade do Natal das primeiras três décadas do século XX, os significados da figura do seu esposo para a sua trajetória e para a sua visibilidade dentro da Cidade do Natal.

Manoel Machado era um europeu dentro de terras natalenses, em uma cidade que tinha como inspiração a Europa, os filhos daquele continente símbolo do desenvolvimento e do progresso eram muito bem vindos e admirados.



Figura 1: Fotografia de Manoel Duarte Machado, publicada no jornal *O Poti* com a seguinte legenda: “*Manoel Machado foi um precursor do mercado imobiliário e dos supermercados*” (SEREJO: 1978: 23).

A fotografia de Manoel Machado com a legenda do jornalista Vicente Serejo é somente uma amostra da imagem de homem rico e distinto que o marido de Amélia deixou na memória e na História da Cidade. Assim, a sua posição na alta sociedade natalense, também possibilitava a excelente posição social de sua esposa.

Teria aportado em terras natalenses juntamente com seu irmão Cláudio Machado. Vieram para Natal no final do século XIX, enriqueceram no comércio e se destacaram também pelo investimento na compra de terras. Segundo Luiz G. M. Bezerra⁶ os irmãos portugueses Manoel e Cláudio Machado nasceram na cidade de Santarém, Manoel em 21 de junho de 1881 e Cláudio em 15 de Janeiro de 1884. Ambos vieram para o Brasil em 1894, Manoel com 13 e Cláudio com 10 anos para companhia do seu tio José Maria Machado que possuía um armazém na Ribeira. Manoel trabalhava

⁶ Informações cedidas pelo pesquisador Luiz G. M. Bezerra a autora no momento da entrevista concedida em 26/10/2011. Essas informações fazem parte de sua pesquisa sobre os irmãos Machado, pesquisa essa que não foi publicada.

ao lado do tio e Cláudio no armazém de modas do comerciante Matheus Petrovich, conhecido por trazer à moda de Paris para Natal, também na Ribeira⁷.

“Armazem de Modas” de Matheus Petrovich. Este importante estabelecimento acaba de receber novo sortimento de fendas e fantasias de alta novidade, Capotas, Chapéos e Chapelinas, “Moda Parisiense”. Uma infinidade de galões de Vidrinho pretos e decore. Cortinados brancos para portas e janellas. Panno próprio para mosquiteiros, com 4 e 6 metros de largura [...] (A REPÚBLICA, 04/01/1901).



Figura 2: Fotografia dos irmãos Cláudio Machado (à direita) e Manoel Machado (à esquerda). Essa fotografia foi reproduzida pelo então fotógrafo do jornal *O Poti*, Argemiro Lima, em 10/12/1978, a partir de uma fotografia que decorava a casa de Amélia Machado. **Fonte:** acervo de Luiz G. M. Bezerra.

⁷ A partir da segunda metade do século XIX, o bairro da Ribeira consolidou a sua função comercial, pois o mesmo era povoado de grandes armazéns, onde eram guardadas as mercadorias importadas ou para exportar para o exterior (SOUZA, 2008:234).

Os irmãos Machado, após a experiência na atividade comercial, decidiram montar seu próprio comércio. Paulo Viveiros em seu livro *História da aviação no Rio Grande do Norte*, fala sobre o caminho de Manoel e Cláudio Machado, irmãos portugueses que por possuírem um estabelecimento comercial enriqueceram em Natal:

No comércio, fundaram uma firma comercial - M. Machado & Cia – que mantinha e explorava o estabelecimento denominado Despensa Natalense, situado na atual Rua Chile, antiga do Comércio, esquina da Av. Tavares de Lira, com os fundos para o rio Potengi. Ao seu tempo, foi um grande estabelecimento comercial. Enriqueceram (VIVEIROS, 2008: 195).

A Despensa Natalense estava localizada na Rua do Comércio nº 133, atual Rua Chile. Nessa rua encontravam-se as maiores empresas comerciais, industriais e exportadoras que atuaram diretamente no processo de desenvolvimento da cidade, dentre elas a firma *João Galvão e Cia* que se dedicava ao ramo de tecidos no atacado, com venda em todo estado; a firma *Gurgel Amaral e Cia*, que atuava no ramo das representações de madeiras e artigos para agricultura; a empresa *S. A. Whardon Pedrosa*, que trabalhava com a compra, beneficiamento e exportação de algodão; a firma *Tobias Palatinick e Irmãos* proprietária da fábrica de mosaicos, e outras firmas importantes, além da Alfândega antes de ser transferida para o prédio na Rua Silva Jardim e do Banco do Natal, antes de ser transferido para o prédio na Tavares de Lyra, já com o novo nome de Banco do Rio Grande do Norte (ANDRADE, 1989: 42-52).

O estabelecimento vendia os mais variados artigos e a firma M. Machado logo ampliou seus negócios. Cláudio Machado era também agente geral em Natal da *Vitalícia Pernambucana* uma sociedade mútua de pensões vitalícias: “A única no Brasil que dá pensões em vida e por falecimento do mutuário. A única no Brasil que estabelece o pagamento das pensões mensalmente. O melhor monte-pio⁸ ao alcance de todos” (A REPÚBLICA, 16/12/1910). Os irmãos enriqueceram com o comércio e se integraram a vida social da cidade.

⁸ **Montepio:** Instituição em que, mediante uma cota, e satisfeitas outras condições, cada membro adquire direito de, por morte, deixar pensão pagável a alguém de sua escolha. Definição encontrada em: HOLANDA, Aurélio Buarque de, *O Novo Dicionário Aurélio da Língua Portuguesa*. 3ª edição, Rio de Janeiro, Editora Positivo, 2004.

O esposo de Amélia Machado aparece constantemente nas páginas dos jornais nas primeiras décadas do século XX, sobretudo quando essas páginas trazem a variedade de produtos que a firma *M. Machado e Cia* trazia de navio para a Cidade, demonstrando que a Natal do início do século XX já estava experimentando as contribuições provindas de um processo de modernidade, como é o caso da maior utilização do porto com o crescimento das casas comerciais.

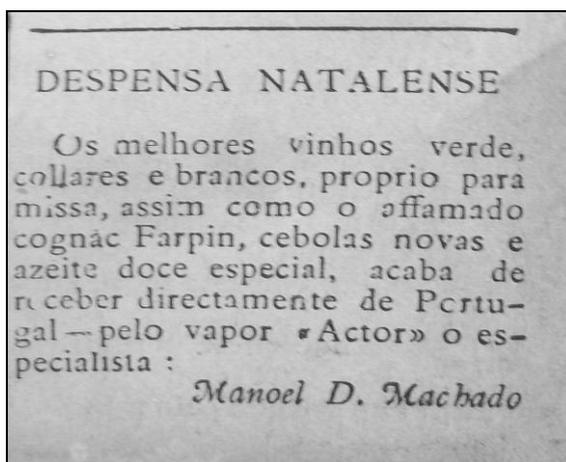


Figura 3: anuncio do jornal *Diário de Natal* sobre o fornecimento da Despensa Natalense de vinho importando, trazido de navio diretamente de Portugal. Fonte: Diário de Natal 22/10/1904.



Figura 4: anuncio do jornal *A República* da firma M. Machado e Cia no qual aparece representante de uma firma exportadora de madeiras. Fonte: A República 30/12/1921.

Como podemos perceber o comerciante investia na divulgação dos produtos na imprensa, quase que diariamente. Os artigos que chegavam para abastecer seu comércio eram anunciados e muitos desses anúncios recebiam destaque. É relevante identificar também o interesse do comerciante de trazer para a cidade produtos exclusivos do seu estabelecimento como podemos observar no anúncio do jornal *A República* de 02 de março de 1921: “*Champagne Vve. Chicquot acaba de receber a ‘Despensa Natalense’ e vende a preços sem competência. Únicos recebedores M. Machado e Cia*”. Para Serejo,

o papel da Despensa natalense foi esse aí, talvez fundar o gosto, o bom gosto, talvez o gosto refinado por certas coisas que não eram facilmente encontradas, não fosse a Despensa você não teria, você não compraria queijo do reino, você não compraria bacalhau português, um bom bacalhau português, onde senão na Despensa natalense, esse foi o papel esse foi a percepção a grande percepção do velho Machado (SEREJO, 25.10.2011).

Os anúncios da M. Machado Cia nos permitem também visualizar quais produtos já poderiam ser consumidos pela população na Cidade do Natal no início do século XX. São esses produtos dos mais variados e requintados, dentre eles: Bacalhau especial; batata inglesa; cervejas das marcas “Artactica”, “Teutonia”, “Serrana”, “Pilsen Elephante”, “Atlantica”; o vinho Rocha Leão; queijo tipo reino, moringas, redes, carne de charque e águas minerais das marcas “São Lourenço”, “Salutaria”, “Caxambú” e “Ouro Fino”. Os produtos que acabei de listar estão citados em somente um único anúncio da firma no jornal *A República*, que procura divulgar a chegada de todos esses artigos no estabelecimento (A REPÚBLICA, 02/06/1920). Os “melhores”, “especiais”, “excelentes”, “únicos”, eram assim, com esses predicados, que os produtos da firma eram anunciados. A maneira como os artigos eram divulgados nas páginas dos jornais em Natal contribuía para o sucesso da firma.

A casa comercial ainda não hesitava em investir na propaganda de produtos que fizessem menção a datas comemorativas, como é o caso dos artigos Carnavalescos divulgados no jornal *A República* do dia 17 de Janeiro 1923 que anuncia na M. Machado e Cia a venda de lanças-perfume de marcas: “Vlan”, “Paris”, “Royal”, “Brasil”, “Rodo” e “Rigoletto”, a venda a preço de fabrica com grandes descontos para

revendedores, bem como dos artigos juninos do São João e São Pedro anunciados também no jornal *A República*:

S. João e S. Pedro Na Avenida Tavares de Lyra, em frente ao Banco do Brasil, M. Machado e Ca. têm em exposição e a venda, o mais bello e variado sortimento de fogos diversos para as noites de S. João e S. Pedro, como sejam: ‘Craveiros de salão, Fogos de Bengala, Chuveiros electricos, Chuva de ouro, Morteirinhos de Salão, Pistolas multicores, Cambiantes e lagrimaes; Balõezinhos e lampejos; Estrelinhas, Traques e Buscapés sortidos. “Diabinhos, Fura Céus e Pulos de Velhas”, Mijões e tudo mais concernente a pyrothechnica para salões familiares’. Preços ao alcance de qualquer Zéninquem. Vendas exclusivamente a DINHEIRO. Artigos garantidos. Ver, Comprar, Queimar e Crêr (*A REPÚBLICA*, 14/06/1921).

A atuação do português em termos de atividade comercial não passou despercebida, sua firma atuava no ramo do atacado e do varejo, anunciava promoções para revendedores do interior e, além disso, fornecia produtos até mesmo para o governo do estado como consta na coluna “Parte Official” que divulgava as ações do Governo do Estado no jornal *A Republica*: “Despacho M. Machado e C^a. pedindo pagamento de 1:947\$000, proveniente de objetos fornecidos para Almojarifado geral do estado. Ao sr. Inspetor do Thesouro para mandar pagar. Expediente do secretario”. Na administração do então desembargador Joaquim Ferreira Chaves. (*A REPÚBLICA*, 03/01/1920).

Nesse momento, início do século XX, se inaugurava uma nova relação entre o cliente e a mercadoria por meio dos anúncios publicitários que se espalhavam pela cidade através dos jornais. Por meio dos anúncios os estabelecimentos atraíam sua clientela pelo desejo ou pela curiosidade. Além de atrair os fregueses, a publicidade auxiliava na implantação de alguns hábitos urbanos (ARRAIS; ANDRADE; MARINHO, 2008: 140). Os jornais da época além da divulgação dos produtos anunciavam também cobranças em relação aos devedores. A firma estabelecia prazos para os pagamentos. Essas cobranças poderiam vir com nomenclaturas como *Apelo justo* ou *Aviso oportuno* e revelam também velhas práticas de crédito que os comerciantes estabeleciam com seus fregueses, como é o caso da venda fiado, cada vez mais extinta, sobretudo nas grandes cidades.

Apelo justo Rogamos aos nossos bons freguezes que se achem em debito para com a nossa <Registradora>, por compras feitas no

Balcão, em coupons, o favor virem ou mandar pagar seus débitos. Outrosim, declaramos mais uma vez que, as vendas feitas no balcão, por coupons, são consideradas a “dinheiro”, e portanto não admitem praso. Se, porventura, permitimos por falta de troco, ficarem ditas vendas fiadas, é contando que sejam pagas no dia immediato. Contra os nossos desejos, isso não se tem verificado, pelo que avisamos a todos achar-se o sr João Fagundes, encarregado da referida <Registradora>, autorizado a fazer a cobrança dos ditos coupons. M Machado e C^a (A REPÚBLICA, 19/04/1921).

Através da Manoel Machado e Cia a população de Natal também poderia saber informações de valores para cargas, passagens e encomendas nos paquetes. Os paquetes eram navios geralmente movidos a vapor que faziam travessias regulares levando passageiros, encomendas e correspondências. Esse serviço também era anunciado no jornal sempre com a informação do dia que o paquete chegaria ao porto, como consta no anuncio da *República* de 27 de Abril de 1921 da chegada do Paquete Camocim da Companhia de Navegação a Vapor do Maranhão:

Esperado dos portos do Norte cerca de 28 do corrente, seguirá logo após a indispensavel demora directo do porto do Recife. Dispõe de boas accomodações para passageiros. Para cargas, passagens, encomendas, valores e mais informações, a tratar com os agentes: M. Machado e C^a Rua do Comércio n.40 (A REPÚBLICA, 27/04/1921).

Os nomes de Manoel Machado, de seu irmão Claudio Machado, e da firma M. Machado e Cia podem ser encontrados também na lista telefônica fornecida no jornal *A República* pela Empresa Tracção, Força e Luz Elétrica de Natal. (A REPÚBLICA, 09/11/1921). Constavam nessa lista outras firmas importantes na cidade, como A. dos Reis e Cia especializada em causados, localizada na Rua Dr. Barata e a João Galvão e Cia armazém de tecido no atacado que funcionou primeiramente na Rua Chile e depois foi transferido para também para Rua Dr. Barata, que assim como a Rua Chile também reunia também as principais casas comerciais da Ribeira, assim como a Rua Frei Miguelinho, a Travessa Aureliana e a Avenida Tavares de Lira (ANDRADE, 1989: 75-87).

O comerciante ainda fazia parte de duas associações comerciais. Manoel era membro da Associação Comercial do Rio Grande do Norte criada pelos empresários

locais em 1882 visando à defesa de interesses comuns e divulgando a mensagem da Defesa da Livre Iniciativa. Na sua fundação, a associação foi instalada em prédio situado na Praça Marechal Deodoro, tendo como primeiro Presidente Fabrício Gomes Pedroza. Em 1927 a associação mudou-se para Rua Dr. Barata e desde 1944 a Associação Comercial do Rio Grande do Norte, está localizada na Av. Duque de Caxias, antiga Rua Sachet, no local denominado antes de Palácio do Comércio, hoje, Casa do Empresário (ACRN, 01/07/2012).

Manoel Machado aparece como membro atuante da Associação Comercial do Rio grande do Norte como podemos perceber na notícia da coluna “Solicitadas” do jornal A República de 23 de setembro de 1922, na qual a Associação Comercial divulga a subscrição de cada sócio para as despesas nas festas do segundo dia – da Prosperidade – referente à semana comemorativa do Centenário da Independência Nacional na Cidade. Manoel ainda era membro da Junta Comercial do Rio Grande do Norte, fundada em 13 de setembro de 1899, órgão ligado ao Governo do Estado (JUCERN, 01/07/2012). A Junta Comercial tinha um espaço constante nas páginas do jornal A República, periódico que era vinculado na época a atividade política do Estado, através da publicação das atas das reuniões dessa instituição.

JUNTA COMMERCIAL Acta da sessão ordinaria do dia 18 de Março de 1920 [...] Uma petição dos comerciantes M. Machado e C^a, estabelecidos nesta praça com o negocio de generos de estiva e outros artigos, requerendo o arquivamento da alteração de seu contracto social, registrado nessa repartição sob numero setenta e nove, conforme os requisitos constantes dos exemplares juntos, na forma do artigo segundo do decreto numero quatro mil tresentos e noventa e quatro de dezenove de Julho de mil oitocentos e sessenta e nove. “Arquive-se” [...] (A REPÚBLICA, 28/04/1920).

A postura empreendedora do marido de Amélia está relacionada de intensificação comercial vivenciado pela própria cidade. A modernidade visava uma ampliação comercial, uma riqueza material e a inserção de novos produtos, benefícios trazidos pelas tecnologias industriais. A análise dos anúncios da firma de Manoel Machado permite compreender a entrada na cidade de produtos importados e industrializados, além disso, sinaliza a comercialização de produtos destinados a uma classe social e econômica privilegiada que passou a adotar um modo de vida semelhante aos modos europeus ou das grandes cidades brasileiras.

1.2.2 – Manoel Machado e o progresso na aviação do Rio Grande do Norte

Além do seu comércio, podemos identificar a presença do esposo de Amélia Machado dentro das pesquisas que tratam da modernização de Natal, por sua participação na História da aviação do Estado. Enquanto uma cidade moderna Natal precisava possuir uma estrutura que possibilitasse o pouso e partida dos aviões. A utilização dos aviões é algo que possibilitava o contato e a troca de mercadorias de forma mais dinâmica, a aviação era também símbolo do progresso do século XX.

No cinturão de dunas, tabuleiros e vales que circunda Natal, Manoel Machado adquiriu fazendas, sítios, engenhos e terras férteis, mas também áreas extensas e desabitadas que, para qualquer outro, pareciam representar um desperdício de dinheiro ou um capricho do português – saudoso da fome de terras que alimentou a cobiça dos ancestrais colonizadores – queria ter também sua sesmaria. Manoel Machado, olhando o futuro da cidade onde outros nada viam, ganhou fama de latifundiário (PEIXOTO, 2003: 41-42).

Como nos aponta Carlos Peixoto no seu livro “*A História de Parnamirim*”, Manoel Machado ganhou fama de latifundiário, pois além de dono da firma M. Machado e Cia e da Despensa Natalense, investiu também na compra de terras. Carlos Peixoto em sua obra também considera o comerciante português padrinho de Parnamirim. Manoel era dono da área dos quarteirões entre a Rua Nilo Peçanha em frente à Maternidade Januário Cicco até depois da Rua Potengi. De boa parte de terras entre Natal e Parnamirim. A partir de Neópolis de quase toda a faixa de terra nas margens direita do Rio Potengi, entre Natal e Macaíba. Manoel Machado adquiriu também o engenho Ferreiro Torto, um dos primeiros engenhos potiguares e adquiriu a salina Carnaubinha entre os mangues de Igapó e Redinha (PEIXOTO, 2003: 41-42). O bairro de Guarapes, região entre Natal e Macaíba também passou para as mãos de Manoel. A região se destacou por suas atividades comerciais. No século XIX Fabrício Gomes Pedroza, influente comerciante, ascendeu o tino comercial da região, construiu muitos armazéns. As terras de Guarapes passaram a fazer parte das propriedades de

Manoel Machado. Com a morte de mesmo, a área vizinha ao município de Macaíba, passou para as mãos de Amélia, sua viúva (CASTRO, 2003: 2).

O comerciante também comprou nas proximidades de Macaíba a propriedade denominada Pitimbu: “[...] um latifúndio na sua maior parte deserta, sem proveito e sem benfeitorias, como haviam estado há séculos aquelas terras. As vizinhanças povoadas mais próximas eram os sítios do Alecrim, limites da cidade do Natal, e o arruado do Taborda em São José do Mipibu”. As terras do Engenho Pitimbu, se estendiam dos limites com os Guarapes, Macaíba, ao norte, e ao sul as terras do Engenho Cajupiranga (PEIXOTO, 2003: 29). Essas terras merecem destaque, pois foram consideradas pelo comandante Paul Vachet, em julho de 1927, as melhores para a construção de um campo de pouso da companhia de aviação civil *Aéropostale* que faria a linha entre Europa e a América do Sul, e anos mais tarde, o mesmo campo de pouso teve um importante papel durante a II Guerra em Natal, pois, foi ocupado com a permissão do governo brasileiro pelos americanos.

O piloto Paul Vachet já estava no Brasil desde janeiro de 1925, a serviço da “*Société de Lignes Aériennes G. Latécoère*” companhia de aviação francesa fundada em 11 de novembro de 1918 por Pierre-Georges Latécoère. O momento pós I Guerra Mundial (1914-1918) foi propício para a fundação de companhias de aviação comercial, pois com fim da I Guerra Mundial as nações vencedoras (Estados Unidos, Inglaterra, França e Itália) passaram a estimular disputas comerciais internacionais, criando áreas de influência. Nesse sentido, seria vantajoso para os países estabelecerem mecanismos que promovessem a ampliação das redes de envio e troca de mercadorias com regiões cada vez mais distantes em um menor tempo. Dessa forma, grandes empresários decidiram investir no transporte área, meio de transporte em desenvolvimento, sobretudo depois da sua grande atuação na guerra, e que poderia ser mais barato e eficiente para cobrir grandes distâncias.

A missão da *Latécoère* no Brasil era abrir novas rotas e escolher áreas para a instalação de uma rede de aeroportos, entretanto o projeto foi adiado devido a dificuldades financeiras e no ano de 1927 93% das ações da “*Latécoère*” foram vendidas para o francês Marcel Bouilloux-Lafont e a companhia foi rebatizada como *Compagnie Generale Aéropostale*. A partir de outubro de 1933 a *Aéropostale* viria a ser absorvida pela *Air France* (PEIXOTO, 2003: 35-43).

Quando Paul Vachet chegou a Natal a procura de uma região para a construção do campo de pouso para a companhia que ele representava, agora *Aéropostale*, o mesmo foi auxiliado por dois northeriogridentes, o advogado Alberto Roselli e o coronel do Exército Luís Tavares Guerreiro, sendo o último bastante conhecedor da região (VIVEIROS, 2008: 197). Cascudo, nomeou o coronel Luís Tavares Guerreiro o “padrinho” de Parnamirim:

É um tabuleiro entre colinas em meias-laranjas, com a lagoa que lhe deu nome. Um oficial do Exército, o coronel Luís Tavares Guerreiro, velho conhecedor do local, levava para Parnamirim o batalhão sob seu comando para exercícios militares. Em 1927 indicou-o para o campo de pouso para aviões da Latecoére. [...] O coronel Tavares Guerreiro foi descobridor de Parnamirim, *o padrinho*, indicando-o para finalidade que o tornaria famoso entre todos os campos de pouso do mundo (CASCUDO, 1980: 399). (*grifo meu*).

Em carta enviada a Cascudo pelo coronel Luís Tavares Guerreiro, publicada no jornal *A República de 03 de outubro de 1943*, o coronel conta que foi procurado por pelo próprio Manoel Machado para que o mesmo guiasse Paul Vachet nas terras do Engenho Pitimbu. Na presente carta Tavares Guerreiro expõe a Cascudo que é leitor assíduo de sua coluna no jornal *A República*, bem como ele revela que escreveu a carta para ele com a intenção de fornecê-lo dados para o mesmo escreva sobre a Base aérea de Parnamirim.

Paul Vachet narrou em seu livro *Avant les jets*, edição francesa da Librairie Hachet, 1964, p. 159-160, como obteve as terras de Manoel Machado para a construção do campo de pouso de aeronaves (VIVEIROS, 2008: 197). Esta narração está transcrita na íntegra no livro de Paulo Viveiros “*História da Aviação no Rio Grande do Norte*”:

Tendo considerado a planície conveniente para a construção de um aeródromo importante, procurei o proprietário do terreno. Tratava-se de um português, grande comerciante em Natal, o Sr. Machado, que possuía uma imensa propriedade, na qual estava situado o terreno. Com uma surpreendente visão de futuro, dando-se conta imediatamente da valorização do restante de sua propriedade, pela construção de um aeródromo na parte que nos convinha, ele fez lavrar imediatamente uma escritura de doação do imóvel; insistiu mesmo que a escritura fosse lavrada com a transferência para o meu nome pessoal, como homenagem ao trabalho pioneiro que eu realizava. (VIVEIROS, 2008: 198).

Ainda sobre a relação do marido de Amélia com a construção do campo de Pouso de Parnamirim, o português em troca da doação de uma área de mil metros quadrados a Paul Vachet, que depois fez uma nova escritura para a *Aéropostale*, teve a sua empresa M. Machado e Cia contratada para desmatar, limpar, nivelar e cercar o terreno. De acordo com a escritura de locação de obras assinada em 21 de julho de 1927 o pagamento pelos serviços da firma seria de doze contos de reis (12.00\$000), que deveria ser pago de uma só vez no final do serviço. A firma se prontificou a fazer todo o serviço no prazo de 90 dias, a contar da assinatura do contrato⁹.

Também podemos identificar a notoriedade dada ao esposo de Amélia Machado conforme narra o jornalista e advogado Antônio Barroso Pontes no seu livro *“Mundo dos coronéis”* no qual ele dedica um capítulo ao português intitulado: *Deve-se ao Pioneirismo de Manoel Machado a existência de Parnamirim, o Trampolim da Vitória*. De acordo com Pontes, Manoel teria resolvido o problema de acesso que os franceses encontraram nas terras de Pitimbu. Os franceses ao se depararem com o problema de vias de acesso teriam contado com a ajuda do proprietário da fazenda Pitimbu, que teria ido com os técnicos franceses falarem com o então governador José Augusto Bezerra de Medeiros para pedir que o mesmo construísse a referida rodovia. Houve o compromisso do governador em realizar a obra, porém o governador não saudou e compromissou. Segundo o autor, o próprio Manoel Machado decidiu construir uma estrada ligando a sede da fazenda ao campo em construção (PONTES, 1970: 187).

A presença da *Aéropostale* nas terras de Pitimbu trouxe consequentemente desenvolvimento e infra-estrutura. Carlos Peixoto nos oferece a seguinte variante em relação à construção de uma estrada para facilitar o acesso dos franceses nas terras de Pitimbu:

O governador do Estado, José Augusto Bezerra de Medeiros, cumprindo promessa feita a Paul Vachet (o aviador francês foi levado à presença dele por Juvenal Lamartine, entusiasta da aviação, e o encontro foi em um bar de Natal), anunciou na mensagem, apresentada à Assembléia Legislativa em 1º de outubro, que já mandara construir “uma estrada de rodagem, ligando Natal ao campo de aviação em Pitimbu”, facilitando assim a instalação da *Aéropostale* no Estado. Essa estrada, na verdade, era uma estrada carroçável que saía do caminho que levava ao porto dos Guarapes, em Macaíba, passava pelo engenho Pitimbu e acompanhava a linha férrea

⁹ A escritura de doação das terras ao piloto Paul Vachet e a escritura de locação de obras, estão reproduzidas no livro de Paulo Viveiros *“História da Aviação no Rio Grande do Norte”*.

Natal/Nova Cruz, até o novo campo. Apesar das melhorias encomendadas pelo governo ao prefeito de Natal, Omar O'Grady, no inverno a estrada ficava praticamente intransitável. (PEIXOTO, 2003: 44).

Com a expansão das atividades da *Aéropostale* e a construção do campo de pouso, veio o povoamento e posteriormente a Cidade de Parnamirim. Depois outras propriedades, anexas, foram vendidas à *Air France*, antiga *Aéropostale*, para ampliação de suas atividades por Manoel Machado e por sua viúva, Amélia Machado. (VIVEIROS, 2008: 199-200).

Compreendemos, portanto a relação entre as figuras de Amélia com o seu marido Manoel Machado. Os dois sujeitos viveram juntos, frequentaram ambientes comuns, partilhavam amigos. Dentro do estudo da vida de Amélia e das imagens que foram elaboradas sobre essa mulher, os significados atribuídos também ao seu esposo participam dos símbolos atribuídos a ela ao longo de sua vida, pois a popularidade e a relevância de Manoel Machado na cidade do Natal das primeiras décadas do século XX teriam contribuído em grande medida para a popularidade e projeção da esposa Amélia e posteriormente da Viúva Machado.

CAPÍTULO 2: ESPOSA E DAMA DA ELITE: O PRIMEIRO ROSTO DE AMÉLIA

O capítulo em questão irá dedicar-se a trabalhar com que denominamos de primeiro rosto de Amélia, ou seja, aqui iremos vislumbrar uma Amélia que foi celebrada pela cidade do Natal, quando estava em seus “anos dourados”. Essa época é a que assumiu o papel de dama de elite, quando integrava os altos círculos sociais da Natal. Uma cidade possuidora de um frisson trazido pela modernidade. A elite natalense passou a dotar a cidade de um equipamento urbano, afetando o modo de vida de seus habitantes e principalmente das pessoas da elite econômica e intelectual que vivenciaram essas transformações de perto, que frequentavam os cafés, iam assistir aos espetáculos no Teatro Carlos Gomes e desfrutavam das festas no Natal Club ou no Aero Clube. Amélia nesse período assumiu uma posição de visibilidade na cidade, uma posição que inspirava admiração e ao mesmo tempo suspeita e vigilância da população da cidade que começava a seguir os modelos e ideias burguesas.

Aqui iremos perpassar os elementos que envolviam o ser uma mulher da elite natalense, os comportamentos sociais que eram impostos sobre as mulheres, bem como os discursos, crônicas produzidas por intelectuais ou os textos que figuravam nos jornais de grande circulação da cidade. Utilizaremos em grande medida as pesquisas realizadas sobre esse campo, bem como recortes de jornais pesquisados nos jornais *A República* no período do nosso recorte, 1900 a 1930.

2.1 – SER MULHER DE ELITE NA NATAL DE 1900 A 1930.

Inseridas em um conjunto de regras, normas, padrões e expectativas, as mulheres de elite viviam cercadas pelos olhares da população. Era esperado dessas mulheres resignação em relação aos cuidados com o lar e o marido, era também esperado descrição e polidez no trato com os diferentes sujeitos que recebiam em sua residência ou nos espaços públicos. Aqui iremos perpassar os diferentes elementos que envolviam o cotidiano dessas mulheres.

2.1.1 – Esposas e mães

Folheando o jornal *A República*, importante periódico que circulava em Natal na época, somos surpreendidos com um texto da *Alliança Feminina*, a publicação é de 05 de Novembro de 1921. O texto traz a notícia e as conclusões de três dias de palestras promovidas pela Aliança. Essas palestras visavam discutir a relação entre a moda e a igreja. Como as tendências da moda da época estavam causando constrangimento dentro de ambientes como as igrejas de Natal. Não se deveria dar a eucaristia e nem aceitar como madrinha de batizado ou de crisma aquelas que não se achassem convenientemente trajadas.

As palestras ocorreram na Catedral de Natal, e a motivação para o encontro foi o “*desagravo à Virgem SSma, pelas immodestias da moda actual*”. Na primeira palestra foi discutida as inconveniências da moda e a defesa da igreja em prol da moral cristã e o papel como emancipadora da mulher, mas “*dentro dos verdadeiros limites dos seus direitos, salvaguardando a sua dignidade, hoje, infelizmente, comprometida pelos costumes paganizados*”. No segundo dia de palestras o padre Manoel de Almeida Barretto teceu comentários acerca da virtude e enalteceu a pureza enquanto um tesouro e um brilhante ornamento das mulheres cristãs. No terceiro e último dia as palestras trataram do lar e os deveres da família. Antonio Cabral, o último conferencista repetiu as palavras do apóstolo São Paulo em sua conferência: “*A esposa deve obedecer o seu esposo como a Igreja obedece a Jesus Christo*”.

O texto revela o ponto de vista conservador de mulheres pertencentes a uma elite burguesa da cidade. Essas mulheres influenciadas pelo discurso religioso se reuniam para lutar a favor da moral e dos bons costumes que deveriam ser preservados mesmo em tempos em que muitas mulheres se empenhavam em ter atitudes modernas inclusive no vestir (A REPÚBLICA 05.11.1921: 2).

No ano seguinte, em 15 de Novembro de 1922 encontramos um pequeno poema de Juquinha das Mercês, o poema tem como título *A mulher e o voto*. O poema discute o direito de voto da mulher como “*qualquer burguez*”. O texto questiona o leitor e pede sua opinião para saber se a “*patricia gentil tem que votar ou não?*”. No final do poema o autor diz que é justo que a mulher vote, no entanto ressalta cuidados: “*Com tanto que não fure a chapa do marido!*” (A REPÚBLICA 15.11.1922: 2). As mulheres no início do século XX gradativamente também estavam buscando seu espaço

em atividades que antes eram somente destinadas aos homens, porém apesar das conquistas era mais admissível que ela permanecesse à sombra do marido.

A Mulher e o Voto/ Uma grande, uma séria, uma grave questão/
Venho agora exibir pela primeira vez:/ Uns dizem que a mulher deve ter na eleição./ Direito de votar, como qualquer burguês./Acham outro, porém, que a urna só se fez/ Para o voto engolir o ilustre cidadão.../ Respondam, por favor: que acham vosmecês?/ A patricia gentil tem que votar ou não?/ Se ela tira o diploma e, eleitora, de fato,/ Vai, sorrindo, afirmar, no gozo de um direito/ Nós sufrágios de Amor, qual é seu candidato./ E justo que a mulher, filiada a um partido,/ Dê também seu voto, em todo e qualquer pleito./ *Com tanto que não fure-a chapa do marido!*...(A REPÚBLICA, 15.11.1922: 2).

A partir da leitura de ambos os textos podemos identificar algumas modificações pelo qual a Cidade do Natal estava passando na época, principalmente na década de 1920, como o aparecimento de reivindicações feministas e a presença de novos hábitos propagados por mulheres modernas. Essas mudanças causavam conflitos com as ideias mais conservadoras referentes às mulheres burguesas. Analisar o incomodo com esses elementos dissonantes proporciona um olhar sobre o discurso dominante acerca da mulher e do seu papel na sociedade. Essas posturas em relação ao sexo feminino estão articuladas com um discurso moralizante, influenciado pelos preceitos religiosos, mas também pelo discurso higienista e psiquiátrico. Para as mulheres eram destinados o papel de mãe e esposa.

Como pudemos compreender no capítulo anterior, nas primeiras três décadas do século XX a cidade do Natal estava passando por um processo de transformação na estrutura da cidade e no modo de vida da população. A Proclamação da República que deu maior autonomia as elites locais, fez com que essas elites buscassem se assemelhar as elites europeias da época. Assim as teorias científicas, higienistas, psiquiátricas e os preceitos positivistas passaram a afetar o cotidiano da população, principalmente das elites que se esforçavam para seguir um modo de vida burguês.

Essa tendência vivenciada pela Cidade do Natal foi também vivenciada por outras cidades brasileiras como o Rio de Janeiro, capital da República, São Paulo e Recife. Natal era uma cidade pequena que incorporou esses ideais pela iniciativa de uma elite dominante e também pelos escritos de intelectuais que viveram ou estudaram em outras cidades brasileiras ou ainda fora do país.

De acordo com dados do IBGE apresentados por Souza a população da cidade cresceu vertiginosamente já nas primeiras duas décadas do século XX. Em 1900 Natal possuía 16.056 habitantes e em 1920 a cidade quase duplicou sua população passou para 30.696 habitantes, aumento ocasionado pela presença de estrangeiros, mas também de muitos habitantes do interior do estado que vinham para a cidade em busca de oportunidades de emprego. Nesse período Natal ganhou contornos de progresso equivalente a uma capital (SOUZA, 2008: 797).

As mudanças que ocorreram em Natal se estendem ao cotidiano da população, falar na cidade é também falar em sujeitos, em vidas, em papéis sociais, comportamentos e conflitos. Assim, a inserção de um modo de vida burguês na cidade passou a delegar também regras e comportamentos para os diferentes sexos. Os cafés, os clubes, cinemas e o teatro da cidade são palco para essas novas posturas e relações, além disso, os discursos circulantes na época como as crônicas, as matérias de jornais e os discursos publicitários que circulavam em diferentes periódicos podem ser compreendidos como representações e documentos relacionados ao modo de vida praticado na Natal das primeiras três décadas do século XX.

Entre o lar e os espaços de sociabilidade, assim viviam as mulheres na cidade do Natal de 1900 a 1930. Senhoras do lar, mães de família, esposas devotadas e ao mesmo tempo frequentadoras de eventos de clubes e cafés. A vivência pública e privada que a mulher da elite natalense passou a ter nesse período não está dissociada das regras de disciplinamento e vigilância que eram empregadas às mulheres no período. É evidente que enquanto parte de um círculo social, as mulheres costumavam acompanhar seus maridos em eventos sociais, isso faziam parte do engrandecimento da sua família e da posição do esposo, ao mesmo tempo essas mulheres passaram a abrir seus lares para promover festas e jantares. Porém os olhos da sociedade imprimiam nessas mulheres muitas expectativas, quando não correspondiam, elas eram alvo de condenação da própria sociedade.

O século XIX foi marcado por preocupações com a higiene, com a etiqueta social, com a saúde e com os rituais tipicamente burgueses que passaram a fazer parte da cultura europeia e foram difundidos também para outras partes do mundo por meio do imperialismo. Essas inquietações afetaram a elaboração do que podemos compreender como a idealização dos papéis sociais de homens e mulheres. As novas definições do papel da mulher dentro de uma sociedade burguesa visavam ajuda na

criação dos filhos, e na educação dos mesmos. A mulher também era aquela responsável pela administração da casa por meio da interferência no serviço dos empregados (TELLES, 2011: 401-403).

Para Viana, o período que compreende o início do século XX aos anos 1930, foi marcado pelo que ele denominou de o advento da “*mulher moderna*” na *Belle Époque* natalense. De acordo com Viana esse é um momento importante nas relações sociais e de gênero na Cidade do Natal, pois foi nesse período que as mulheres começaram a deixar de ficar somente reclusas ao ambiente doméstico e passaram também a apreciar o mundo urbano moderno com suas novas formas de sociabilidade e novos padrões de consumo. Foi nesse momento que as mulheres passaram a valorizar o ambiente doméstico, desenvolvendo uma “*moral familiar*”, e conduzindo estes preceitos do mundo privado para trama pública. (VIANA, 2008: 1).

Na cidade do Natal, desde cedo a mulher passava por um disciplinamento, uma educação precoce que a conectava aos afazeres do lar. Exemplo disso foi a implantação da Escola Doméstica de Natal. Além da presença das mulheres em espaços de lazer, passou a ser uma prática na cidade a matrícula das moças em escolas que eram especializadas na educação feminina de acordo com Marinho. Maior escola do estado e exemplo de escola de ensino secundário para as mulheres foi a Escola Doméstica fundada por Henrique Castriciano em 1914. As disciplinas de química, botânica e matemática eram alternadas com ensinamentos que visavam um bom funcionamento de uma casa burguesa. Esses ensinamentos eram relativos à jardinagem, culinária e trato com as crianças pelo ensino da puericultura. Além disso, era necessário que as meninas fossem ensinadas a se comportar em público e a falar a língua francesa.

Para Marinho, a Escola Doméstica representava a preocupação em definir o papel da mulher no mundo moderno enquanto uma esposa, dona de casa e mãe de família. A mulher era peça fundamental no modelo de família nuclear inaugurado no Brasil principalmente durante os primeiros anos da República. Cabia a mulher a manutenção e organização da casa, de atender as necessidades do marido e de lidar com as crianças (MARINHO, 2008: 73).

De acordo com Louro, em relação à educação, existiam diferenças em relação a que era destinada a homens e a mulheres. Enquanto ler, escrever, contar, saber os ensinamentos cristãos eram competências esperadas por ambos os sexos, algumas distinções eram feitas. As mulheres aprendiam também o bordado e a costura, os

meninos aprendiam noções de geometria. A preparação para a vida doméstica fazia com que o ensino feminino incorporasse o ensino dessas atividades. Dos meninos esperava-se que fossem os futuros homens, capazes de gerir financeiramente sua família. As meninas de grupos sociais privilegiados tinham aulas de escrita e leitura e noções básicas de matemática. Essas aulas eram geralmente complemento ao aprendizado de piano e francês, esse ensino, em muitos casos, eram feitos em ambiente doméstico pela visita de professores particulares. O bordado, a culinária e as habilidades de mando das criadas fazia também parte da educação das moças. As mulheres eram treinadas não apenas para ser uma boa companhia para o marido, mas para representá-los socialmente. Elas deveriam estar plenamente preparadas para lidar com os domínios da casa. A circulação por espaços públicos deveria ser restrita, notadamente dever-se-ia frequentar as atividades da igreja e seus eventos. Missas, novenas, terços e procissões eram atividades de lazer. Nas últimas décadas do século XIX a educação das mulheres estava ligada as perspectivas da modernidade.

Moças e rapazes frequentavam classes diferentes e destinadas aos seus sexos. Existiam turnos separados para os sexos e inclusive escolas. Apesar da atividade docente no Brasil ter sido iniciada por homens, elas passaram ao longo dos anos a ter um grande número de mulheres em sua composição, essas iam a busca do magistério, uma profissão associada a maternidade. Acreditava-se que as mulheres tinham uma vocação para o magistério em decorrência de sua natureza. Elas possuíam naturalmente inclinação para o trato com as crianças. Seriam elas as primeiras e naturais educadoras. O magistério era como uma extensão da maternidade, os alunos deveriam ser vistos como filhos. O magistério era enxergado como atividade de amor e doação. As moças que se consideravam retraídas e feias, aquelas que a função da maternidade parecia vedada, se concentravam no celibato ou no magistério. Ser professora as aproximava da maternidade, dando-lhes satisfação.

A escola possuía esse movimento de certa forma ambíguo. Se por um lado promovia uma ruptura com o ensino desenvolvido no lar, pela legitimidade com a qual se posicionava de ministrar os conhecimentos dedicados à mulher moderna, por outro, promovia sua conexão com a casa por cercar a formação docente de referências a maternidade. A escola, assim como a casa, deveria ser um espaço distante dos conflitos e desarmonias do mundo exterior, era um espaço fechado, local asseado e repleto de

investimentos, cuidados. A discussão e a polêmica não eram da natureza do feminino. (LOURO, 2011: 443-479).

Entre a esfera pública e a privada, assim viviam as mulheres do período, em Natal. Apesar do treinamento das mulheres em relação a vida pública era raro encontrar essas presenças nos cafés e bares da Natal das primeiras décadas do século XX. Elas só frequentavam esses estabelecimentos em noites de festas e bailes. Em Crítica de costumes, crônica de Henrique Castriciano de 1902 no *Jornal Gazeta do Commercio*, o autor critica uma posição provinciana da cidade do Natal pela escassez de mulheres em espaços públicos. O autor censura a sociedade natalense que entrando no século XX conserva hábitos arcaicos, pois a cidade não tem ainda teatro, existem poucos bailes e pouco se vê as mulheres nas ruas do comércio e praças da cidade. Em crônica de 1908, o mesmo autor critica mais uma vez os hábitos natalenses, para o autor, a educação católica rígida dada às moças na cidade seria um dos principais elementos que faria com que elas se conservassem em casa, se resguardando para não cometer nenhum pecado, elas observavam as ruas de longe. A presença de mulheres nas ruas era bem notada nos eventos religiosos.

Só no início da década de 1920 podemos perceber a presença maior de mulheres em espaços de interação social como os cafés, por exemplo, essas mulheres foram fotografadas pelo fotógrafo da *Revista Cigarra*. As fotos representam mulheres quando essas estavam em clubes e cafés desacompanhadas de seus maridos. Na literatura local, a personagem Gizinha emerge como representação dessa mulher moderna apreciadora das partidas de futebol, ouvinte de jazz e seguidora da moda parisiense. O livro foi escrito em 1930.

Além desses locais foram ressaltados também os jardins públicos. Em Natal o Jardim da Praça Augusto Severo na Ribeira aglutinava muitas pessoas que iam passear e ouvir as apresentações da Banda do Batalhão de Segurança. Essas apresentações musicais eram chamadas de retretas. Em crônicas da época como a de 1918 redigida por Pandessú Riola, colaborador de *A República*, nos bancos da praça próximo ao coreto podia-se perceber um pequeno número de moças nos bancos para assistir as apresentações. De acordo com a análise da crônica por Marinho, não era comum encontrar nas apresentações a presença de mulheres solteiras, as mulheres que apareciam em maior grau eram as senhoras casadas e as crianças.

A prática dos banhos de mar e da frequência nas praias também passou a ser utilizada em Natal, essa prática estava aliada a um discurso médico e higienista. Assim, podia-se verificar também a presença de mulheres nesses espaços de lazer (MARINHO, 2008: 42-74).

O processo de emancipação das mulheres passou a sofrer intensificações no início da década de 1920. Alguns anúncios, por exemplo, passaram a fazer apologia ao feminismo como os anúncios de filmes da década de 1920 do Jornal *A República*. Esses anúncios tinham impacto na vida dessas mulheres, levando muitas delas, a aderirem ou pelo menos, conhecerem as causas feministas. Esses filmes apresentavam para a sociedade natalense um novo ideal de mulher brasileira, essas mulheres, diante de um olhar mais tradicional e conservador pareciam adotar hábitos moralmente “impróprios”. (LIMA, 2005: 9-32).

Representação dessa mulher moderna, assim é a personagem Gizinha, do romance de mesmo nome, do autor potiguar Polycarpo Feitosa. Gizinha revela tensões sociais e o impacto das transformações sob a ótica do autor, tinha uma pretensão de disciplinar as moças, as mulheres deveriam cultivar sua honra que era o que tinham de mais precioso. Adalgiza, ou Gizinha se casa e abdica da vida de diversão que levava em prol dos cuidados com a casa e em prol de manter sua honra intacta pela instituição familiar. Gizinha possuiria um forte apelo educativo à juventude que se deparava com costumes que destruíam tradições. Os hábitos modernos ofereciam perigos, a modernidade deveria ser vivenciada com prudência, principalmente pelo sexo feminino.

Gizinha apelido de Adalgiza, era uma típica mulher moderna, filha de uma elite comercial e política da cidade. Era moderna em seu vestir e em suas ações, figura ousada, chegou no enredo a chocar a sociedade com um beijo trocado publicamente com um de seus namorados ocasionais. Era filha de Azevedo e Regina, casal que possui uma união de aparências. A harmonia entre os dois era algo mantido através da satisfação dos desejos de Regina, a mãe. Gizinha chega a casar-se com Julinho Silveira, amigo da família, após o casamento alguns conflitos surgem pela reputação de Gizinha e pela monotonia sentida pela personagem em relação a sua vida conjugal. Julinho, marido de Gizinha, passa também a desenvolver uma atitude agressiva e Gizinha aconselhada por sua mãe fica indiferente ao marido, passando a suportar os problemas. Gizinha chega a ser agredida fisicamente pelo seu marido, que tenta também matar seu suposto rival, Roberto Lima (SILVA, 2006).

A década de 1920 significou uma maior frequência das mulheres em clubes, cafés, cinemas e no teatro da cidade. Anteriormente os frequentadores dos clubes e bilhares eram normalmente rapazes, as senhoras e moças só entravam nesses estabelecimentos em noites de bailes e festas. Somente após a década de 1920 podemos perceber uma frequência feminina nesses espaços, por vezes desacompanhadas de seus pais e maridos (ARRAIS; ANDRADE; MARINHO, 2008: 140).

2.1.2 – A representação da mulher através dos anúncios publicitários.

Apesar da existência dessas mulheres modernas que eram contra o casamento como única opção de vida, elas não eram a maioria, o discurso dominante era voltado para a formação de mães de família, para os cuidados com a saúde dos filhos e com a conquista de um futuro marido. De acordo com Lima, ao analisarmos os textos que se referem ao feminino entre as décadas de 1910 e 1920 no jornal *A República* compreendemos as concepções moralistas atribuídas às mulheres. Esses discursos se dirigiam às mulheres para lhe indicar normas de conduta ética e para esclarecer as funções que deveriam assumir dentro de uma sociedade. Sua função primordial seria a de “rainha do lar”, elas deveriam sufocar suas intenções de seguir alguma carreira profissional, deveriam ocupar-se de afazeres domésticos.

Os anúncios que geralmente eram destinados às mulheres, eram aqueles de medicamentos, xaropes e vitaminas. A todo o momento se reafirmava os valores da família, as mulheres apesar de frágeis e delicadas, deveriam ser fortes apenas com os assuntos que eram referentes ao bem estar de sua prole. Esses textos reproduziam as posturas moralistas da elite intelectual da capital norte-rio-grandense e buscavam estabelecer um modelo ideal de mulher (LIMA, 2005: 9-32).

As páginas do Jornal *A República* estão repletas de anúncios de medicamentos destinados à saúde das mulheres. Era importante para uma mulher conservar-se saudável principalmente em relação ao seu sistema reprodutor. Remédios e tratamentos voltados para o útero e para os ovários são evidenciados nas páginas do jornal.

A modernidade era anunciada nas páginas dos jornais também em relação a postura das mulheres. Em um anúncio do Regulador Sian, o produto é anunciado como sendo uma solução para os problemas do útero e ovário da “mulher moderna”. Os

remédios que as avós tomavam já não serviam mais. A publicidade é um símbolo de uma modernidade moderada do ponto de vista de olhar as mulheres. Ao mesmo tempo que essa mulher era tida como “moderna”, deveria se preocupar com as doenças dos ovários e útero, pontos centrais de seu corpo, eram esses órgãos que garantiam a felicidade da mulher, pois eram eles que estavam relacionados a reprodução. Inaugurava-se um jeito moderno de se transmitir valores conservadores (A REPÚBLICA, 24.11.1934: 6).



Figura 5: Publicidade do regulador Sian Fonte: A REPÚBLICA, 24/11/1934.

Muitos outros produtos são anunciados nas páginas dos jornais, transmitindo valores e comportamentos. Nesse caminho, podemos encontrar no periódico a publicidade do “Fluxo-Sedatina”, esse medicamento prometia um rejuvenescimento da mulher. Trataria a mulher por dentro, regularizaria os incômodos, as “*dores mensais*” em menos de três horas. O medicamento regularizaria e vitalizaria os órgãos, garantindo a saúde da mulher e de seus órgãos reprodutores, “*cujo perigo tanto aterrorisa-a*”. Seria um calmante regulador das “*funções femininas*” (A REPÚBLICA, 20.07.1934).

Outro anúncio é o das Pastilhas McCoy de óleo de fígado de bacalhau. O anúncio começa questionando as mulheres, como elas tão pálidas e com o corpo cansado iriam conquistar o afeto dos maridos? Com as pastilhas as esposas iriam recuperar o peso e o semblante de 10 anos anteriores. O anúncio tem como *título* “*As mulheres abatidas recuperam as forças e a vivacidade*” (A REPÚBLICA, 09.09.1934). Outro anúncio das Pastilhas McCoy de óleo de fígado de bacalhau, trouxe no título a frase: “*Uma mulher magra perde o amor do seu esposo*”. O medicamento prometia revitalizar o corpo das mulheres para que pudessem continuar mantendo o interesse de seus maridos (A REPÚBLICA, 19.10.1935: 8). Além das mulheres, o anúncio das Pastilhas McCoy de óleo de fígado de bacalhau, poderiam ser ingeridas por crianças. O texto tinha como título: “*Como as crianças fraquinhas e doentias ganham o peso e as forças que precisam*”. Os jornais não eram publicações feitas para um público infantil, o anúncio seria, portanto destinado as senhoras, mães de família que deveriam zelar pela saúde de seus filhos. Assim as crianças dos preceitos de uma família burguesa seriam os futuros cidadãos, a saúde, portanto era um elemento fundamental para a vida. Era função da mulher, apesar de frágeis, serem fortes nos cuidados com os filhos (A REPÚBLICA, 15.10.1935: 8).

Enquanto o tônico Galenogal prometia revitalizar o corpo e cuidar das doenças venéreas (A REPÚBLICA, 28.07.1935: 8). A publicidade do Biotonico Fontoura trazia a ilustração de uma mulher em atitude esportiva, com uma raquete na mão. Essa publicidade está articulada com uma preocupação da saúde e com a prática de esporte que passou a conquistar muitas mulheres. O esporte estava associado aos cuidados com a saúde, incorporação de um discurso médico e higienista na época.

A publicidade informa que “*em corpo ágil, surgem idéias lúcidas*”. O Biotonico seria um fortificante que iria restituir a mulher de suas energias físicas, colaborando também para a memória (A REPÚBLICA, 17.11.1935: 4).

Se a magreza das mulheres era sinal de doença, a gordura excessiva também era. E para o excesso de peso das mulheres existiam medicamentos como o Leanogim, medicamento em drágeas. Além das doenças acarretadas pela obesidade, existiam as cobranças estéticas da sociedade. De acordo com o anúncio, “*uma senhora obesa, embora cercando-se de todos os recursos, sujeita-se sempre ao ridículo quando se expõe em publico*”. O anúncio traz uma ilustração de uma mulher obesa em situação constrangedora ao entrar em um veículo (A REPÚBLICA, 17.11.1935: 11).

Em meio aos assuntos sobre medicamentos para mulheres um deles chama atenção inclusive pelo nome do medicamento, o regulador gesteira. O nome do medicamento faz referência a gestação, “gesteira” se referia, portanto às mulheres. Ao mesmo tempo o nome possui ligação com o médico criador do produto, J. Gesteira, um brasileiro que possuía laboratórios nos Estados Unidos. Um dos anúncios do regulador gesteira, informam *“Sustos, raivas, molhar os pés, mulheres nervosas”*. O anúncio materializa no texto do anúncio as representações que envolvem o feminino na sociedade burguesa, um ser sujeito ao descontrole emocional e que necessitava ser domada. O regulador gesteira se propunha a auxiliar as mulheres a tratar dos transtornos, de acordo com o texto, um simples susto, o ato de molhar os pés, ou o nervosismo feminino poderia ocasionar graves danos relativos ao útero das mulheres. Ele era uma parte importante para a mulher, deveria ser preservado (A REPÚBLICA, 05.12.1935: 4).

Em outro anúncio do regulador gesteira, a saúde frágil das mulheres é evidenciada. De acordo com o anúncio as mulheres adoeceriam muito mais que os homens. Reafirmando a ideia de que o sexo feminino é frágil. O organismo das mulheres seria muito mais delicado e isso não era surpresa para os médicos. Um simples susto ou medo poderia afetar o organismo das mulheres. *“Algumas mulheres são tão sensíveis, os seus nervos são tão delicados, que basta às vezes a Leitura de um Romance comovente, um aborrecimento ou uma notícia inesperada, para que certos órgãos internos comecem a sofrer”*. Muitas mulheres poderiam estar sofrendo de doenças do útero sem saber. E doenças que comprometeriam essa parte do corpo feminino eram as mais graves. O anúncio cita diferentes sintomas que poderiam estar associados a doenças no útero, dentre esses sintomas cita a falta de ânimo e a vontade de chorar sem ter motivos (A REPÚBLICA, 18. 07. 1935: 4).

Além dos anúncios referentes às mulheres casadas, alguns eram destinados às mulheres solteiras. Essas deveriam tornar-se mais atraentes para atrair os olhares dos homens. Exemplo de publicidades como essa é a do creme dental Kolynos. A publicidade elabora situações com nomes de mulheres. O texto está articulado com a composição de ilustrações. Em uma dessas situações, Maria é alertada por uma amiga que os dentes mal tratados causam má impressão. Ela se informa sobre os benefícios de Kolynos e passa a ficar mais atraente para o sexo oposto (A REPÚBLICA, 14.07.1935: 7) Em outra publicidade Gylda se sente rejeitada por Nelson por ter os dentes feios.

Gylda começa a utilizar Kolynos e seus dentes de claros, passam a ficar brilhantes. No último quadrinho ela recupera a atenção de Nelson (A REPÚBLICA, 11.08.1935: 7).

A manutenção da saúde da mulher garantia o sucesso em relação a gestação. Garantindo também que a mulher desempenhasse sua função natural, o de ser mãe. A escolha de uma futura esposa pelo marido também levava em consideração a saúde daquela mulher, dessa forma uma mulher saudável e bem cuidada, tornava-se mais atraente para os homens. Essas mulheres passavam a ser mais desejadas, elevando-as a uma categoria superior, os investimentos em saúde e beleza talvez auxiliasse a conseguir um “bom partido”.

A saúde das mulheres também estava associada à prática de atividades físicas. No jornal *A República*, podemos vislumbrar reuniões da Associação Feminina de Atletismo. Essa Associação adquiriu sede própria em 1935, na Avenida Hermes da Fonseca, bairro de Petrópolis. Pela localização da sede e pelo anúncio da inauguração da mesma que informa que o evento contou com a presença de “*numerosas pessoas de nossa melhor sociedade*”, percebemos o nível econômico e social dos presentes na inauguração do prédio e das associadas. O evento contou com a distribuição de prêmios as vencedoras de uma prova. A distribuição se deu no teatro Carlos Gomes. A festa foi finalizada com um “*chá-dansante*”. As festividades contaram com a apresentação da banda de música do Batalhão Policial Militar (A REPÚBLICA, 05.09.1935:8).

A prática dos esportes para as mulheres não seguia a mesma lógica dos esportes para os homens. As mulheres praticavam esportes como medidas profiláticas, vinculada à saúde do corpo e a higiene. A competitividade, o exagero e a agressividade presente nas competições não caberiam a imagem feminina. Em 1919 foi organizada em Natal uma festividade esportiva feminina. Essas competições tinham mais o contorno de gincanas do que propriamente competições. O evento foi organizado pela Liga de Desportos Terrestres. As torcedoras de cada clube representaria seu clube nas provas. As provas eram corridas de argolas, entre garrafas, luta de corda. Essas festas mostram já uma participação ativa das mulheres no espaço público da cidade. Apenas em 1927 foi fundado o Natal- Tênis Club, primeiro clube esportivo que possuía quase metade de sócias. Ainda que de maneira segregada as mulheres passaram a participar ativamente a vida esportiva da cidade. (ARRAIS; ANDRADE; MARINHO, 2008: 154-155).

Por meio dos textos de jornais e dos anúncios publicitários destinados às mulheres como também das pesquisas diversas, pudemos compreender os diferentes

discursos que envolviam o feminino na cidade do Natal. A condição feminina em Natal não estava desconectada de uma perspectiva vivenciada pelo país. Os ideais de família burguesa impunham sobre os sujeitos padrões de comportamento e uma série de regras sociais. Acerca do papel da mulher vislumbramos por meio dos discursos um apelo vinculado principalmente à condição do lar e seus papéis de esposa e mãe. Ficou claro que a década de 1920 trouxe transformações em relação ao comportamento feminino, em Natal o personagem Gizinha de Polycarpo Feitosa é uma representação típica dessas mulheres. No entanto esses desvios no comportamento feminino eram alvo de ataques da maior parte da população em suas posturas conservadoras. Essas mulheres sinalizavam perigos, assim como todas as outras que não pudessem ou não quisessem seguir as expectativas impressas nelas pela sociedade, expectativas que tinham como suporte um discurso de ordem e progresso, ancorados em teorias filosóficas e políticas, mas também no discurso religioso, sanitarista e psiquiátrico.

2.2 – AMÉLIA, DAMA DA SOCIEDADE NATALENSE.

Amélia enquanto uma senhora da sociedade natalense levava uma vida de luxo e destaque ao casar com o rico comerciante português Manoel Machado. Ao mesmo tempo cresciam sobre ela os olhares atentos da sociedade. Amélia Duarte Machado emergiu na sociedade natalense, passou a figurar nos jornais, nos espaços requintados e abriu sua residência para receber hóspedes ilustres para a época. Iremos nos debruçar sobre esse período de sua vida.

2.2.1 – Amélia e seu casamento: a esposa

Alvo dos olhares da população natalense, Amélia depois de casada passou a assumir uma posição importante de senhora distinta, esposa de um dos mais promissores comerciantes da cidade do Natal. Amélia, antes solteira e denominada Amélia Maria de Carvalho, não era uma mulher de posses. Após 1904, ano de seu casamento, passou a assumir o nome de Amélia Duarte Machado. Anexou ao nome um

sobrenome português e bastante conhecido na cidade tendo em vista os empreendimentos comerciais de Manoel que chegou a Natal juntamente com seu irmão.

Manoel era senhor de muitas posses, era já um “bom partido”, que inspirou o desejo do pai de Amélia em realizar o casamento. A imagem do esposo de Amélia e sua importância na época foram elementos que afetaram as ações de Amélia e sua vida. Antes mesmo do casamento, a boa posição do português teria sido fator favorável à concessão da mão de Amélia em casamento. De acordo com Luiz G. M. Bezerra, sublinhando informações transmitidas pela própria Amélia, antes de casar, ela havia tido uma vida simples, sem luxos. *“Ela nasceu em Mossoró, gente pobre e veio morar em Areia Branca com os pais. Em Areia Branca era o que ela nos contava, o pai abriu um pequeno restaurante em casa”* (BEZERRA, 26.10.2011).

Nas palavras da própria Amélia em única entrevista que concedeu a Vicente Serejo na década de 1970, publicado no jornal *O Poti* de domingo em 10 de dezembro de 1978, intitulado *Dona Amélia Duarte Machado, A Dona Amelinha, A Viúva Machado*, havia um interesse de seu pai no casamento dela com o rico comerciante português: *“Aquele português ia sempre lá em casa, mas eu nunca conversava com ele. Meu pai me apresentava sempre, mas eu não simpatizava muito. Com um tempo conversamos e casamos no dia 22 de outubro de 1903”* (SEREJO, 1978:23).

O desejo do pai de Amélia em casar a filha com um homem financeiramente estabilizado possui referência com as preocupações da época em garantir o sustento das mulheres para que elas não necessitassem desempenhar ações relativas ao mundo do trabalho. Dessa forma, a mulher poderia dedicar-se aos seus instintos naturais de mãe e desempenhar com mais afinco a função de esposa e dona de casa. No interior da família o trabalho feminino era visto com hostilidade. Era desejo dos pais que as filhas encontrassem um “bom partido” para se casar e assim ter seu futuro assegurado. Esses desejos batiam de frente com o desejo do sucesso profissional das mulheres, isso reservava ao homem sua manutenção na esfera pública (RAGO, 2011: 578-592).

Em entrevista ao jornalista Vicente Serejo, Amélia relatou as suas primeiras impressões para com o Sr. Machado. Ela revelou que logo ao conhecê-lo não se interessou por aquele português, mas que o seu pai possuía interesse em uma união dos dois. Através dessa afirmação de Amélia podemos perceber que, pelo menos em um primeiro momento, a vontade de seu pai em aproxima-la ao português prevaleceu. Assim, a jovem Amélia decidiu deixar Manoel Machado a cortejar. Essa atitude de

Amélia, bem como a do seu pai, ainda no início do século XX era bastante trivial, diante da enorme preocupação que os pais tinham, às vezes desde o nascimento, de realizar bons casamentos para suas filhas, atitude que não foi diferente com Amélia. Era já sabido que o português era um comerciante bem sucedido na cidade.

A mossoroense Amélia era filha de agricultores e foi criada com a ajuda de seus tios Frederico e Maria de Carvalho. Amélia morou alguns anos de sua infância com os tios no Ceará, onde seu tio era dono de uma casa comercial, lá Amélia cursou o primário. Do Ceará retornou ao Rio Grande do Norte e foi morar em Areia Branca onde seus pais montaram uma pensão familiar. Seus pais decidiram mudar para Natal com as duas filhas, e na cidade instalaram um hotel na Rua das Virgens, atual Câmara Cascudo no bairro da Ribeira. (SEREJO, 1978:23).

Amélia conheceu seu futuro marido, o português Manoel Machado, por meio de um comandante amigo da família e que residia no hotel. Ele trouxe o Sr. Machado para ser apresentado ao seu pai. Manoel Machado já era um bem sucedido comerciante na cidade. Seu armazém estava localizado na atual Rua Chile, no mesmo bairro em que residia à posterior Sra. Machado. Ainda na mesma entrevista Amélia lembrou que seu casamento ocorreu na Igreja Bom Jesus das Dores, no bairro da Ribeira. A celebração teria ocorrido às quatro horas da tarde. Apesar da boa condição econômica os noivos teriam ido a pé para a casa que estava bem próxima à igreja, também na Rua das Virgens, próximo ao armazém do marido, a Despensa Natalense na Rua Chile e próxima a pensão da família de Amélia. Ela também relatou ao jornalista que seu casamento foi realizado no dia 22 de outubro de 1903 (SEREJO, 1978: 23). No entanto, na Certidão de Casamento consta que Amélia e Manoel Machado se casaram na data de 22 de outubro, mas do ano de 1904.¹⁰

¹⁰ A cópia da Certidão de Casamento do casal Amélia e Manual Machado é parte do acervo do desportista e pesquisador Luiz G. M. Bezerra e foi cedida para pesquisa.



Figura 6: Amélia Duarte Machado e ao fundo a fotografia de Manoel Machado, fotografia retirada por Argemiro Lima então fotógrafo do jornal O Poti em 1978, três anos antes de sua morte em 1981. Fonte: acervo de Luiz G. M. Bezerra.

Ainda de acordo com a Certidão de Casamento do casal, a mossoroense Amélia Maia de Carvalho, era filha de Ovídio Benevides de Melo e Ana Maia de Melo, casou-se em Natal no dia 22 de Outubro de 1904 com o português Manoel Duarte Machado, filho de João Machado e Isabel Rodrigues Duarte, perante o Juiz de Direito da comarca Luiz Manoel Fernandes Sobrinho. O mesmo documento também aponta que Amélia casou aos vinte anos de idade, informação que diverge com suas certidões de

batismo e de óbito¹¹ que indicam que Amélia nasceu em 1881, ela estaria, portanto em 1904, ano do seu casamento, com vinte três anos, a mesma idade de Manoel Machado que consta na certidão do casal.

Nesses documentos, há um desencontro também em relação ao nome dos pais de Amélia, pois na certidão de batismo consta que Amélia era filha de Ovídio Benevides Guilherme e de Cosma Brasileira de Paiva. Outro desencontro em relação aos nomes dos pais de Amélia foi percebido no artigo do jornalista Vicente Serejo. Consideramos esse texto um dos mais importantes registros de Amélia Duarte Machado, pois observamos que o artigo serviu de base para muitos outros textos, alguns nem mesmo citam o artigo, mas mesmo assim, é visível a utilização do mesmo. Como já citado no artigo à única entrevista conferida por Amélia, que só foi concedida a Vicente Serejo por intermédio do desportista e pesquisador Luiz G. M. Bezerra então amigo de Amélia, e que também estava presente na casa dela no momento da entrevista, assim como o fotografo do Poti Argemiro Lima (SEREJO, 2011). Segundo o jornalista, Amélia era filha de Ovídio Benevides de Melo e D. Maria Benevides. Os únicos documentos que concordam em relação ao nome dos pais de Amélia são a certidão de casamento e a certidão de óbito.

Além do ano de seu nascimento, e do nome de seus pais, também encontramos divergências em relação à data de seu nascimento. A maioria dos documentos que encontrei e que trazem essa informação dizem que Amélia nasceu em 8 de Dezembro de 1881.

Todos esses desencontros em relação a nomes e datas geraram inicialmente muita preocupação, pois quando se trata de uma biografia é comum que esses dados adquiram extrema importância, porém essas divergências me ajudaram a perceber que as biografias em História podem ir muito além dos nomes e datas. Podemos perceber que também é significativo observar que existem suposições em relação a essa falta de exatidão dos documentos. Começamos então a visualizar que na época em que Amélia nasceu final do século XIX, essa questão do registro em documento oficial como é o caso, por exemplo, das certidões de nascimento, era uma prática que ainda não tinha

¹¹ As certidões de batismo e óbito estão reproduzidas em: EUDES, João. Uma mossoroense valente que fez História em Natal. In: COLEÇÃO MOSSOROENSE. *Um vice Cônsul de Portugal, uma mossoroense valente que fez História em Natal, Exupéry, Diógenes, O Baobá da resistência e outros Baobás*. Mossoró: Fundação Guimarães Duque; Fundação Vingt-un Rosado, série C, vol. 1079, maio de 2000.

sido adotada pela maioria da população, sobretudo nas cidades do interior, no caso de Amélia a cidade de Mossoró.

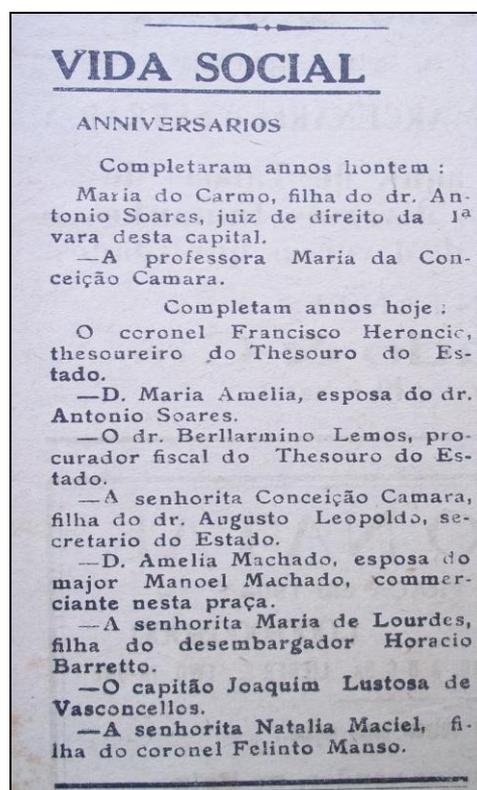
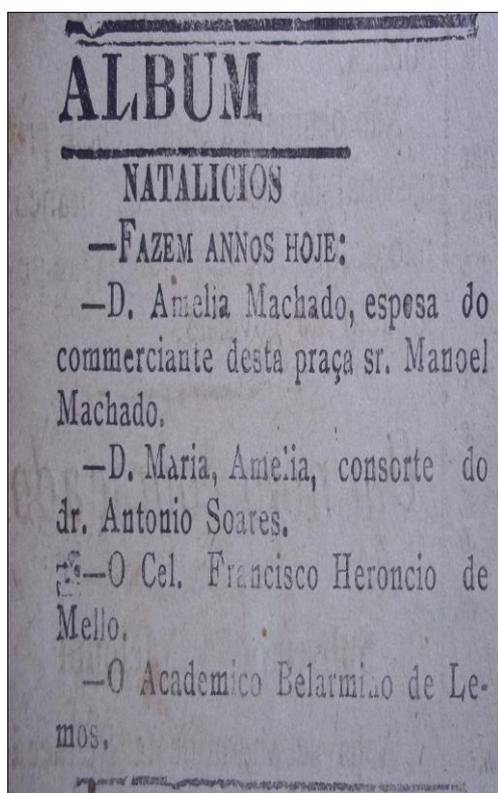
O Brasil enquanto estado independente a primeira manifestação estatal em Relação ao Registro Civil só ocorreu em 1870 com a lei nº. 1.829, destinada ao recenseamento da população do império, a organização dos registros de nascimento, casamentos e óbitos para a população em geral. Somente a partir dessa lei foi criado a Diretoria Geral de Estatística, responsável pelos trabalhos do censo e pela organização dos quadros anuais dos nascimentos, casamento e óbitos. Nesse momento também os registros paroquiais eram revestidos de todo o valor probante. Dadas as relações entre Estado e Igreja esses registros perduraram por muito tempo como forma de registro civil (MAKRAKIS, 2000: 28-29).

Muitos pais não faziam o registro de nascimento de seus filhos, não conhecemos se esse foi o caso de Amélia, mas o que sabemos é que o primeiro registro que temos de Amélia é referente ao seu batismo em 1882, certidão que em muitos casos era o primeiro registro de uma criança. Esse documento possui informações que diferem dos demais, principalmente quando falamos do nome da mãe dela que aparece totalmente diferente dos outros registros. Acredito que por Amélia ter nascido em uma época em que o Registro Civil não era tão praticado, contribuiu para a ocorrência desses vários desencontros de informações na pesquisa. De toda maneira, acho importante apresentar todas as descobertas da pesquisa, não adotando esse ou aquele documento como verdade.

Apesar de a certidão de batismo constar que Amélia nasceu em 7 de dezembro de 1881, o 8 de dezembro era a data oficial de celebração do seu aniversário. Depois de casada era noticiada em toda a cidade. Nas colunas dos jornais *A República* e também no *Diário de Natal*, colunas destinadas à divulgação dos aniversários, encontramos em grande medida a notícia do natalício de Amélia Duarte Machado.

Em colunas como essas as senhoras e as senhoritas, esposas e filhas eram sempre lembradas pela vinculação ao marido ou ao pai, as exceções eram para aquelas mulheres que haviam de destacado pelo seu trabalho. Os homens, quando solteiros e jovens eram também identificados por seu pai, mas a mulher quando nascia era filha, quando casava era esposa e quando perdia seu marido era viúva. Socialmente a mulher estava ligada à figura masculina.

Apesar das mulheres serem representadas socialmente pelos seus maridos, em um caminho avesso elas constituíam uma força simbólica importante. Assim podemos compreender os esposos necessitando de suas mulheres. De certa forma os homens eram dependentes da imagem que suas mulheres traduziam para o restante das pessoas. Essas mulheres significavam um “capital simbólico importante”, mesmo que a autoridade familiar estivesse nas mãos masculinas. *“Esposas, tias, filhas, irmãs, sobrinhas (e serviçais) cuidavam da imagem do homem público; esse homem aparentemente autônomo, envolto em questões de política e economia, estava na verdade rodeado por um conjunto de mulheres”*. Enquanto os deveres do pai estavam associados ao ganho financeiro, as mulheres estavam cuidando da domesticidade (D’INCAO, 2011: 228237).



Figuras 7 e 8: O aniversário de Amélia Machado noticiado na coluna Álbum do *Diário de Natal* de 8 de dezembro de 1910 e na coluna Vida Social do jornal *A República* de 8 de dezembro de 1921.

2.2.2 – Entre hóspedes, recepções, festas e jantares.

Como já pudemos compreender o modo de vida burguês urbano, dotou as cidades de espaços de sociabilidade. Eram nesses espaços que a burguesia se mostrava, esses locais eram espaços para a execução dos rituais sociais. A etiqueta, as conversas polidas, a contenção dos gestos, o bem vestir, faziam parte do bem viver, e eram elementos admirados por uma sociedade que prezava o refinamento e o prestígio social.

Apesar de ligada ao âmbito doméstico, as mulheres passaram a frequentar cafés, clubes e teatros, fazia parte também das normas sociais a abertura das casas para festas e reuniões familiares, amigos ou para sujeitos pertencentes à elite.

A mulher tinha importante papel dentro de uma família burguesa, era ela que organizava jantares e recepções. As casas mais ricas se abriam para espécie de apreciação pública para familiares, amigos e parentes. Salões e salas de visita possuíam aspecto intermediário, ficavam entre o público e o privado. Passou a ser uma prática frequente a abertura desses espaços aos saraus, festas e jantares. Eram nesses momentos que a mulher se submetia a opinião dos outros. Essa mulher de elite que passou a marcar presença em teatros, bailes, cafés e reuniões sociais, parecia ser mais “livre”, porém era submetida a uma vigilância maior, essa não se restringia ao marido, mas aos atentos olhares da sociedade. Cabia a mulher o sucesso da família, ela era responsável por ele, esse sucesso estava ligado à manutenção do seu elevado nível social também pelos rituais como reuniões sociais (D’INCAO, 2011: 228-237).

Era função da mulher, portanto, colaborar com o seu marido dentro de casa e também na imagem social que ele possuía. Era comum a realização de recepções aos chefes e sócios do marido, quando a esposa abria sua casa de forma elegante, abrindo seu espaço íntimo para a visualização pública. Assim mostraria seus dotes e como sua família era montada de forma a corresponder às expectativas sociais.

Como devotada esposa da elite natalense, esposa de um dos mais importantes empreendedores da cidade, Amélia auxiliava o seu esposo a firmar sua figura pública, podemos compreender que ela contribuiu assim com o sucesso do seu marido recebendo seus amigos em jantares e por vezes os hospedando.

Essas recepções além de sinalizarem o prestígio social do casal Machado, situam o casa e os personagens dentro da perspectiva da História da cidade, tendo em vista que fizeram parte desse momento de modernização. Manoel Machado foi um

comerciante português que investiu também na aviação, seja vendendo ou doando seus terrenos para a construção de campos de pouso, seja mantendo relações profissionais e de amizade com empresários do ramo e com pilotos brasileiros e estrangeiros.

Amélia tinha uma vida semelhante à vida de todas as damas da sociedade da época. Em 1910 teria ido à Europa de navio, a Portugal para conhecer a família do esposo. Ela cuidava da casa, mas também acompanhava seu marido em suas idas ao Teatro para assistir aos espetáculos das companhias europeias que vinham para Natal. Além disso, Amélia também costumava receber amigos da família e hóspedes.

Já em 1920 passou a ter uma vida social mais intensa quando passou a residir em sua casa, o luxuoso Palacete na Praça Dom Vital, no bairro da Cidade Alta. Amélia teria recebido os primeiros aviadores franceses que aqui chegaram. Teria sido Manoel que fez a doação do terreno à empresa Latercoère para a construção do primeiro campo de pouso para os aviões, antes Natal havia conhecido a fase dos hidroaviões que pousavam no Rio Potengi (SEREJO, 1978:23).

Em texto de Salésia Dantas publicado em 1999, a jornalista com propriedade de quem conheceu Amélia informa que no sobrado da família Machado, eram ostentados quadros com fotografias dos “banqueteados” pelo casal. O piloto Del Pret, e também Gago Coutinho. Além desses pilotos, frequentaram a casa famosos artistas estrangeiros, familiares e figuras expoentes que aportaram em Natal. Joana D’arc, viúva do filho adotivo de Amélia relembra Amélia como uma mulher “fidalga” e uma grande “anfitriã”, ela gostava de ter a casa cheia, a residência de acordo com a mesma se assemelhava a um “consulado”. A casa possuía um amplo salão de festas, o Clube Veneza, local em que ela e o filho adotivo Humberto Micucci promovia festas dançantes nos finais de semana (DANTAS, 1999:2). Gago Coutinho, importante aviador teria se hospedado no palacete do casal. Mermoz¹², outro aviador teria sido recebido no palacete. Mario Melo também teria se hospedado no palacete. Foi lá ainda que teriam se hospedado os engenheiros franceses que vieram para a construção do campo de pouso (SEREJO, 1978:23). Jean Mermoz e Gago Coutinho foram dois

¹² Acerca dos sujeitos recebidos pelo casal Machado em sua residência, podemos destacar o pioneiro da aviação Jean Mermoz, citado no livro História da Aviação no Rio Grande do Norte de Paulo Viveiros como sendo importante um aviador que nasceu em Aubenton na França, serviu na Sicília e na Síria entre 1921 e 1922, iniciou as atividades como piloto em 1920, empreendeu de acordo com Viveiros a primeira travessia em hidroaviões da África a Natal, seus feitos o fizeram admirado pelos franceses, após sua morte em 1936 teve emitido na França selos postais (VIVEIROS, 2008:119-121).

importantes aviadores franceses que estiveram em Natal no início do século XX. Amélia e Manoel Machado receberam também os engenheiros franceses que vieram para a construção do campo de pouso e para dar assistência aos aviões. Para Nesi: *“Pode-se afirmar que aquele casarão, do início do século dispunha de recursos de conforto semelhantes aos das residências européias de sua época. O valor da casa não está restrito apenas aos seus traços arquitetônicos. É também relevante o seu passado histórico”* (NESI, 1994: 69-70).

Em texto publicado na *Tribuna do Norte* em coluna intitulada *Jornal de WM*, o jornalista Woden Coutinho Madruga, informa que foi presenteado pelo historiador Ivoncísio Meira de Medeiros com uma cópia de convite de um jantar que Manoel e Amélia Machado promoveram para *“aos bravos aviadores do Jahú”*, na noite de 19 de maio de 1927. Em seu suntuoso palacete, recepcionaram os quatro tripulantes do Jahú, naquela noite de 19 de maio de 1927. O convite está redigido assim: *“Manoel Duarte Machado e Senhora têm a satisfação de convidar V. Exa. e Exma. Família para a recepção que, às 21 horas, oferecem em sua residência às pessoas de sua amizade, em honra dos bravos aviadores do “JAHÚ”. Natal, 19/5/1927”*. No verso do convite aparece o autógrafa do comandante do Jahú, o piloto paulista João Ribeiro de Barros. (TRIBUNA DO NORTE, 30.09.2011).

De acordo com Viveiros, o Jahu era o nome de um hidroavião pertencente ao paulista João Ribeiro Barros. Com seu hidroavião percorreu o espaço de Gênova e viajou o Brasil. Convidou para sua viagem os pilotos João Negrão e Newton Braga e o mecânico Cinquini. Partiu da Itália, chegou a Fernando de Noronha, fez escala em Natal. Na cidade houve uma passeata com músicas e discursos em louvor dos feitos dos brasileiros. Os aviadores foram aclamados por toda a cidade. Chegou a Natal em 14 de maio de 1927. De acordo com Viveiros a cidade entrou em delírios, iniciou-se um longo cronograma de festividades. Os aviadores foram recebidos pelo no Palácio do Governador. Foram homenageados também pelo Centro Operário Natalense, pelas lojas maçônicas, em uma das homenagens, Escola Doméstica, Escola do Comércio, Palmira Wanderley, poetisa recitou versos de sua autoria para os aviadores. Foram também recepcionados pelos escoteiros pelo discurso de Luiz Soares, e pela colônia portuguesa (VIVEIROS, 2008: 90-95). Amélia e Manoel Machado fizeram parte do cronograma de recepções a esses aviadores. Assim como os locais oficiais a residência do casal Machado se inseria como local importante dentro da cidade, um espaço de luxo em que

figuras importantes seriam bem recebidos. Sobre esse período da vida de Amélia, em entrevista Vicente Serejo afirmou:

a casa dela era um centro social, com um certo fulgor, para presenças americanas, empresários, pessoas importantes da cidade. Tudo isso era motivo de jantares, de banquetes, eu vi fotografias de banquetes, mesas enormes, o velho camarada recebendo aquelas pessoas, grandes comerciantes, empresários, pessoas que vinham de fora, viajantes, oficiais americanos, portugueses que por ai passavam [...] há uma suspeita até hoje, ninguém tem uma fotografia de Sant Exupéry em Natal, há um depoimento de que ela teria recebido Saint Exupéry, o velho Machado e ela, mas lá não tinha essa fotografia nem ninguém conhece essa fotografia, ficou como uma informação, até hoje Sant Exupéry é um dos mistérios, se ele teve ou não esteve em Natal (SEREJO, 25.10.2011).



Figura 9: Gago Coutinho (à direita) e Jean Mermoz (à esquerda) **Fonte:** T. do Norte 25/12/1999.



Figura 10: Fotografia de pilotos que cruzaram o Atlântico e que foram recepcionados no palacete da Praça Dom Vital, publicada no jornal *Diário de Natal* de 15 de dezembro 1999. Na presente fotografia conseguimos identificar o português Manoel Machado, como sendo o homem calvo e de bigodes que está em pé encostado à janela.

Dentro dos nomes de personalidades recebidos pelo casal Machado, um dos nomes se destaca e causa controvérsias. O nome de Amélia está vinculado a uma polêmica que envolve diferentes pesquisadores da cidade: a presença de Antoine Saint-Exupéry na Cidade do Natal.

A ausência de registros documentais sobre a presença do renomado piloto e escritor francês na cidade faz com que muitos acreditem que sua passagem pela capital potiguar não passa de uma lenda. Em contrapartida, o depoimento de diferentes sujeitos, incluindo aí o nome de Amélia Machado, reforça a crença de que Exupéry passou pelas ruas da cidade.

Em entrevista concedida a Vicente Serejo em 1978, Amélia teria afirmado que hospedou Antoine Saint-Exupéry em sua residência. *“Foi lá que Saint-Exupéry jantou numa das vezes que esteve em Natal”* (SEREJO, 1978:23).

A visita do então piloto e autor de *O Pequeno Príncipe* a Natal é contestada por algumas pesquisas, o trajeto do então piloto e escritor foi tema do livro de Pery Lamartine, intitulado *Saint Exupéry na América do Sul*, publicado por uma editora natalense, Sebo Vermelho, em 2008. O livro que tenta reconstruir as passagens de Exupéry pela América do Sul de 1929 a 1931. Algumas pesquisas e depoimentos indicam que o aviador francês de popularidade mundial por sua obra *O Pequeno Príncipe* esteve na cidade no ano de 1930, a presença na cidade teria feito parte da rota que o mesmo fez pela América do Sul. De acordo com Pery Lamartine, apesar de Natal ser uma das mais importantes escalas das empresas de aviação, não houve registro do piloto pela passagem pela capital. Cascudo que em 1930 funcionou como espécie de repórter, entrevistou muitos pilotos que por Natal estiveram de passagem, não houve, porém contato de Cascudo com Saint-Exupéry. Na época o campo de pouso de Parnamirim era privado e não deu acesso aos registros de entrada e saída dos aviões (LAMARTINE, 2008: 30).

Outras pesquisas informam que Exupéry teria marcado Presença em João Pessoa e em Natal, teria ele mensalmente escalado em Natal, de acordo com texto de José Rafael de Menezes em *Amizades Bibliográficas*, publicado em João Pessoa (MENEZES, 2000: 63-77). De acordo com Diógenes da Cunha Lima, Exupéry esteve em Natal, as viagens do mesmo pela América do Sul se estenderam de 1929 a 1931. O aviador trabalhava para a empresa Latercoère como diretor da Aeropostal Argentina. Teriam existido fotos de Exupéry com Amélia Machado, fotos feitas pelo diretor de comunicação da Latercoère. Outras senhoras da elite também teriam confirmado a presença do aviador em Natal como as senhoras Nair Tinoco e Nati Cortez. Outra senhora, Dona Lair teria lembrado inclusive suas subidas à torre da Matriz para admirar o pôr-do-sol. Para alguns teria sido em Natal que o aviador produziu os desenhos do seu mais famoso livro, *O Pequeno Príncipe*. Os baobás do livro teriam sido inspirados no baobá de Natal, localizado na Rua São José, o elefante do livro teria sido inspirado no mapa do Rio Grande do Norte. As Dunas e as estrelas seriam símbolos de Natal. No texto Lima reafirma a presença de Exupéry como hóspede da residência de Amélia Machado (LIMA, 2000: 78-79).

Exupéry era representante da empresa Latercoère em Buenos Aires. Assim, trabalhando na Argentina, era possível que ele tivesse passado em Natal com muita frequência. Natal era uma das principais bases, a base de Natal hospedava tripulações

completas e pilotos que faziam escala. A tripulação convivia com a população natalense. Pela posição de Exupéry possuía na empresa ele possivelmente esteve em Natal mais de uma vez, porém não existem registros de sua passagem pela cidade. O Sr. Rocco Rosso, italiano e encarregado do setor de comunicação da empresa, confirmou a presença de Exupéry. Informou que ele havia pousado para fotos feitas por ele. O jornalista Nilo Pereira informou ter conhecido Exupéry por interferência de Jean Mermoz, também piloto e amigo de ambos.

Controvérsias à parte o que importa mais para a nossa pesquisa é a força simbólica da presença de Exupéry e os significados de sua visita na casa do casal Machado do que uma suposta verdade sobre a sua presença. Naquela época Exupéry não possuía ainda uma fama mundial enquanto escritor, porém ocupava um alto cargo dentro da empresa de aviação. Apesar disso, os depoimentos narram um Exupéry já conhecido, um nome ligado a uma carga simbólica. A citação do nome do mesmo por Amélia enquanto informação para Vicente Serejo está articulada com a construção que a mesma desejou fazer de sua casa e de seu papel enquanto anfitriã, uma prática que era louvada dentro da sociedade burguesa, ações que estavam conectadas com o papel de uma boa esposa.

Amélia tinha espaços de atuação bem definidos, eles não se retingiam apenas ao espaço privado, da casa, mas também a espaços que compreendem os seus compromissos enquanto uma dama sociedade. Durante os anos em que esteve casada Amélia teve uma vida de privilégios, acompanhava o marido em festas sociais e religiosas. As aparições nesses espaços, bem como suas atitudes, contribuíram para sua imagem de esposa exemplar, sempre atrelada a figura do seu marido Manoel Machado, imagem essa que aparece em muitas das narrativas que tratam desse momento de sua vida.

O casal, na figura de Manoel Machado, também aparece nas páginas dos jornais realizando obras de caridade, como quando o mesmo doou a quantia de 200\$000 para o Fundo de irrigação também denominado Caixa das Secas¹³: “*O sr. Manoel Machado, chefe da firma M. Machado e C^a, desde praça, solidário com o movimento*

¹³ A Caixa das Secas foi uma medida destinada a enfrentar o flagelo da seca teve origem em um amplo projeto de irrigação para o plantio de algodão no Nordeste apresentado pelo então deputado Eloy de Souza à Câmara dos Deputados no Rio de Janeiro em 11 de agosto de 1911, mas somente se tornaria lei no governo de Epitácio Pessoa, a 25 de dezembro de 1919. Depois de anos e reformulações, foi criado o Departamento Nacional de Obras Contra as Secas (DNOCS) (CARDOSO, 2011: 13).

philantropico creado em torno da “Caixa das Seccas”, veio hoje ao nosso escriptorio trazer-nos com esse destino o importante donativo de 200\$000” (A REPÚBLICA, 21/02/1920).

Mulher católica, ela frequentava assiduamente a da Igreja do Rosário dos Pretos que fica bem em frente a sua casa, e que recebia de Amélia: [...] *“a doação de gordos dizimos provenientes da caridade cristã de católica fervorosa [...]”* (DANTAS, 1999:3) A sua bem feitoria em relação às atividades religiosas também podem ser vistas no jornal *A República de 22 de julho 1923* que divulgava uma lista enorme dos participantes da organização Festa da Padroeira de Natal, em sua coluna, *Solicitadas*. Além de Amélia Machado, esposas de homens ilustres da cidade também participavam da organização, como por exemplo, as esposas do médico potiguar Januario Cicco, do desembargador Felipe Guerra e do jurista Sebastião Fernandes de Oliveira (A REPÚBLICA, 22/07/1923).

A participação em festas de caridades e quermesses era frequente. O casal aparece nas paginas do jornal *A República*, como responsáveis por uma quermesse em favor de arrecadação de fundos para a Caixa das Seccas, de acordo com o jornal a festa beneficente seria *“o grande acontecimento na vida de Natal”* pelo caráter humanitário da festa e pela alta importância social dos diretores e auxiliares (A REPÚBLICA, 30.03.1920).

Amélia e seu marido também aparecem como responsáveis da Barraca Portuguesa da Festa de Caridade que ocorreu na Avenida Tavares de Lyra em 04 de abril de 1920. A festa possuía barracas vinculadas a cada nacionalidade. Contava com barraca brasileira, americana, francesa, portuguesa. O casal Machado fazia parte da barraca portuguesa.

Pouco teremos a acrescentar ao que o público já conhece sobre a festa de caridade de domingo último na Avenida Tavares de Lyra, que foi muito concorrida e brilhante. [...] Hoje, a comissão central teve a fineza de agradece-nos o concurso que prestamos ao bom êxito da festa e comunicar-nos que foi de 2:348\$000 a renda bruta, assim distribuída: barraca brasileira, dirigida pelo coronel Alexandre dos Reis e senhora, 834\$000; *barraca portuguesa, dirigida pelo coronel Manoel Machado e senhora*, 700\$000; barraca francesa dirigida por Mr. A. Will e senhora, 434\$000; barraca americana, dirigida por Mr. Wharton e senhora, 380\$000 (A REPÚBLICA, 07/04/ 1920). (*grifos meus*).

A festa também contou com música dos escoteiros do Alecrim cedido pelo professor Luiz Soares. Ainda possuía uma comissão própria que também era responsável por divulgar os resultados e os devidos agradecimentos aos participantes. (A REPÚBLICA, 19.04.1920).

Fazia parte da popularidade de um casal burguês à contribuição com as festividades da Igreja Católica. A participação nesses eventos religiosos e a doação de somas monetárias destinadas a Igreja faziam com que o casal tivesse o respeito e o apoio da Igreja, bem como aumentava o prestígio social do casal. É importante lembrar a importância da Igreja e do discurso religioso dentro da sociedade do início do século XX, esse discurso afetava as concepções de família e de gênero. Juntamente com o discurso médico e higienista, a igreja disseminava seus ideais de maternidade, sua moral e sua vigilância em relação ao sexo.

A sociedade estava pautada no discurso da valorização da maternidade. Esse discurso estava associado à Igreja e também à formação da identidade nacional. A Igreja Católica tem como um importante símbolo a imagem de Santa Maria. Essa imagem e os ideais referentes a ela são amplamente valorizados. Essa figura religiosa se opunha a figura da mulher fatal que se expandia nas artes. Imagens dissonantes que estavam ligadas à concepção de feminino. No teatro as atrizes costumavam encenar Salomé, Dalila, Cleópatra. Nas décadas de 1920 e 1930, a imagem da “mãe cívica” passou a ser exaltada como aquela responsável pela preparação física, moral e intelectual do futuro cidadão da pátria que iria posteriormente contribuir para engrandecer a nação. (RAGO, 2011: 578-592).

Ao longo do capítulo pudemos vislumbrar o que era ser mulher nas primeiras décadas do século XX e na cidade do Natal. Pudemos compreender que Natal estava conectada com ideias e comportamentos partilhados também por outras cidades brasileiras, como também com a Europa tão imitada em relação às práticas sociais e valores.

Os valores burgueses e seus ideais de família e lazer traziam implicações para homens e mulheres, afetando o seu cotidiano. A cidade passou a ser dotada de estrutura e de espaços de sociabilidade, fazia parte do papel da mulher de elite acompanhar seus maridos em eventos artísticos, de lazer e religiosos, bem como abrir as portas de sua casa para oferecer festas e recepções.

Amélia enquanto esposa de um comerciante rico da cidade buscava corresponder ao que a sociedade esperava dela. Ela circulava pelos melhores ambientes da cidade, recebia personalidades ilustres em sua casa, fazia viagens como quando em 1910 viajou com seu Mario Manoel Machado de navio para conhecer os parentes dele em Portugal (SEREJO, 1978: 23). Cumpria suas obrigações de esposa, nos cuidados com a casa e com o seu marido, era uma figura importante e popular na cidade, anualmente sua data de aniversário era lembrada nas páginas do jornal, bem como eram divulgadas no jornal as obras de caridade que ela participava junto com seu marido Manoel Machado.

O rosto de esposa dedicada, de dama refinada e de mulher devota são os primeiros contornos de Amélia. São as linhas primeiramente projetadas sobre a cidade do Natal. Esses contornos, porém, juntamente com as mudanças que ocorreram com sua vida, irão se modificar, a face angelical de Amélia dará espaço para outras projeções.

CAPÍTULO 3: O MEDO SE ESPALHA POR NATAL: A LENDA DA VIÚVA MACHADO

A Lenda da Viúva Machado

Do fundo de minha casa
 vejo navios que partem
 e estou intacta
 Os dias são os mesmos na província
 mato crianças e como
 e guardo os restos em arcas
 Homens feridos me tocam
 quando passo
 vestida de luto sob o sol
 Mandei construir as estátuas no jardim
 Serei eu mesma as crianças que
 degolo?
 É a mim que bebo e brindo?
 Não pedirei perdão a esta cidade
 não sei a que vim, eu que sou
 monstro,
 Não sei porque matei
 nem o que buscava
 Do fundo de minha casa
 vejo navios que partem
 e estou intacta
 Não sangro nem singro
 sagro em silêncio
 minhas impossibilidades.
 (MACEDO, p.59, 2000)

O poema de Iracema Macedo escrito no ano 2000 tem como título *A Lenda da Viúva Machado*. O texto de linguagem poética projeta no leitor a imagem de um monstro, um ser macabro e sobrenatural que vivia nas sombras de sua casa, isolado do resto da cidade. O texto possibilita pensarmos na hostilidade que a cidade possuía acerca da Viúva Machado, um ser que matava crianças e também as devorava, guardando os restos mortais em arcas. Além desses aspectos, o texto revela conflitos e tensões entre a Viúva Machado e a cidade, esses seriam as causas de seu isolamento? O comportamento do monstro seria espécie de vingança contra a cidade? “*Não pedirei perdão a esta cidade*” é o que pensa a Viúva.

O texto de Macedo é uma representação do século XXI sobre a lenda da Viúva Machado, uma representação construída sobre Amélia e que se resignificou durante décadas. O artigo de Vicente Serejo, da década de 1970, expressa em muitos momentos uma preocupação em informar que a mesma não possuía doença alguma e deseja reafirmar que era uma mulher comum. O texto de Serejo deseja tirar um véu escuro sobre uma representação que se propagou por Natal de geração a geração. Lançar luz sobre uma mulher e sua casa que por muito tempo foram cercados por imagens sombrias criadas pelo imaginário. Se não tivesse sido avisado na introdução, um leitor poderia se surpreender com as mudanças de imagem que Amélia passou a adquirir, de senhora da elite para monstro. Amélia Duarte Machado teve sua vida modificada após tornar-se viúva em 1934.

Aqui iremos nos preocupar em investigar e levantar suposições acerca da criação dessa lenda, tendo em vista a impossibilidade de se trabalhar com certezas no campo do imaginário e no caso da vida de Amélia e da imagem da lenda Viúva Machado. Apesar disso, analisaremos os fatores sociais e culturais que envolveram a vida de Amélia e a condição de viuvez na década de 1930, quando Amélia tornou-se Viúva. Acreditamos que essas representações criadas sobre essa mulher possuem ligação com as concepções culturais e os discursos referentes ao seu tempo. Iremos articular a criação da Viúva Machado com os comportamentos e expectativas lançados pela sociedade burguesa em relação à mulher. As mulheres estavam relacionadas a questões de maternidade, aos cuidados com o marido, de preferência elas não poderiam pegar em dinheiro, exercer funções administrativas. Além desses aspectos, alguns elementos são somados a condição de viuvez. As viúvas eram vistas com suspeita pela sociedade burguesa ocidental, mulheres em condição de desamparo e ao mesmo tempo com potencial para desenvolver distúrbios como a histeria.

O capítulo pretende abordar esse outro rosto de Amélia, as feições da Viúva Machado, trabalharemos a relação entre viuvez, maternidade e o empreendedorismo de Amélia Duarte Machado após a morte do marido e em um segundo momento iremos trabalhar a lenda da Viúva Machado, a relação com a ideia de *papa-figo* no nordeste brasileiro e a constituição de espaços do medo. No presente capítulo utilizaremos documentos circunscritos ao nosso recorte cronológico, 1900 a 1930, como também documentos de décadas posteriores, registros, crônicas e textos de memória acerca do medo da Viúva Machado.

3.1 – VIUVEZ E EMPREENDEDORISMO DE AMÉLIA

Além da ausência de seu rico e bem sucedido marido, a viuvez para Amélia significou uma situação de vulnerabilidade perante a sociedade do Natal na década de 1930. Esse novo momento significou maiores vigilâncias e especulações sobre sua vida. Amélia viu-se sem a sombra protetora do esposo e tendo que administrar uma fortuna nas mãos, mesmo sabendo que não era olhada com bons olhos aquelas mulheres que exerciam funções comerciais ou lidavam com dinheiro. Além disso, Amélia era uma mulher sem filhos que havia tido vários abortos durante o casamento.

Todos esses fatores podem ser somados ao peso simbólico da condição de viuvez. Essa situação já trazia para a mulher muitas suspeitas em relação a sua conduta moral, a viuvez agravava a posição da mulher que era situada entre a fragilidade e o descontrole histérico. Essas perspectivas fazem parte das suposições acerca da construção da lenda Viúva Machado.

3.1.1 – Os olhares sobre as viúvas e as viúvas na Natal do início do século XX.

Ao longo do texto abordamos que ser mulher na sociedade burguesa compreendia diferentes expectativas. Quando enviuvava a mulher perdia o apoio e a proteção do marido diante da sociedade, porém a figura de seus cônjuges, mesmo falecidos, as acompanhava socialmente, além disso, era bem vista aquela viúva que cultivava a memória do seu marido, aquela que não desonrava a figura do seu esposo, mesmo após a morte.

Ao ficar viúva em 1934, Amélia passou a ser conhecida como tal, era não mais a Sra. Amélia, mas a Viúva do Sr. Manoel Machado. Em 1935 em coluna dedicada à notícia das festas e aniversários, o aniversário da mesma era noticiado da seguinte forma: “*Amélia Machado, viúva do senhor Manoel Machado, e proprietária da firma << Viúva M. Machado, Successora >>, desta praça*”. (A REPÚBLICA, 08.12.1935: 12).

Analisando a coluna do jornal *A República* dedicada à notícia de aniversários da década de 1930, mesma década em que Amélia ficou viúva, percebemos que as mulheres eram vinculadas à figura masculina. Os meninos na infância e na puberdade

eram vinculados socialmente à figura de seus pais, porém esses meninos seriam aqueles futuros homens que iriam conduzir a pátria, que iriam sustentar e comandar seus lares, seus filhos e suas esposas. As meninas nasciam filhas de um homem, e eram preparadas não para a independência, mas para viver sob a sombra de um esposo. E quando esses maridos morriam elas continuavam a viver carregando a imagem dos mesmos, era isso que a sociedade esperava.

Assim como Amélia, era comum que as viúvas fossem caracterizadas de acordo com sua condição. O termo viúva passava a acompanhar e a preceder o nome da mulher, isso é claro se não se casasse novamente. Na coluna *Vida Social*, encontramos a notícia do aniversário da viúva Idalina Bezerra (A REPÚBLICA, 09.07.1935). Também encontramos Erotides Toselli, viúva do Sr. João B. Toselli (A REPÚBLICA, 25.01.1936:), Stella Cicco, filha da viúva Maria Julieta Cicco Machado (A REPÚBLICA, 13.09.1935), Maria Amelia Cesar Leite, viúva do major Augusto Leite (A REPÚBLICA, 29.09.1935), Maria Amelia Garcia, viúva do sr. Odilon Garcia (A REPÚBLICA, 18.10.1935), Adelvina Coelho, viúva do sr. Miguel Coelho (A REPÚBLICA, 01.09.1935: 2), Aurelia Medeiros, viúva do sr. Joel Christino de Medeiros (A REPÚBLICA, 10.08.1935: 2). Esses são exemplos de como as viúvas tinham sua condição evidenciada socialmente.

Em Natal, algumas firmas com o nome de Viúvas também foram encontradas. A firma Viúva Morais & filhos que comercializava calçados, roupas e chapéus, enfeites, perfumaria, artigos masculinos, femininos e infantis, além de tecidos como sedas. A firma promovia liquidações e investia na divulgação (A REPÚBLICA, 28.12.1921: 3; 14.02.1920: 4). Ainda encontramos a firma Viúva Themoteo & Cia que anunciou seu fim publicamente em 1935, informando a quitação de suas dívidas. (A REPÚBLICA, 03.09.1935: 4). No jornal *A República* em fins do século XIX, no ano de 1896, localizamos uma situação semelhante a da Viúva Machado. O jornal noticiou em vista da “*dolorosa perda*” do marido, de nome José Paulino de Castro Medeiros, negociante de tecidos em Natal e que possuía uma razão social de nome J. Medeiros & Cia, passou a chamar-se Viúva Medeiros & Cia (A REPÚBLICA, 20.08.1896: 4). Encontramos também uma abertura de firma em Santa Cruz no Rio Grande do Norte. A firma se chamaria Viuva José Pedro Bezerra & Filho. O comércio era destinado à venda de artigos variados, retalhos, calçados, bengalas e vidros (A REPÚBLICA, 23.09.1921: 2).

As viúvas costumavam assumir socialmente sua condição, de certa forma essas mulheres perdiam sua identidade. As viúvas carregavam as marcas da ausência dos seus maridos isso fazia com que eles continuassem a ser lembrados à frente de seus rostos individuais. Amélia, ao tornar-se viúva, assim como outras viúvas, adotou o nome Viúva M. Machado para a firma que passou a conduzir.

As viúvas aparecem nos jornais não apenas nas colunas que anunciam aniversários. A ideia e a imagem sobre as viúvas circulam também através de representações literárias ou mesmo cinematográficas. No Jornal *A República* de novembro de 1935, a publicidade do filme *A Viúva Alegre* convocava a população para assistir a película no cinema São Pedro (A REPÚBLICA, 15.11.1935: 10). Em outra publicidade, o filme é descrito como “*a maior produção do anno de 1935*” (A REPÚBLICA, 09.11.1935: 6).

Na cultura ocidental a figura da viúva estava associada à fragilidade e a inconstância. A viúva era aquela mulher sozinha que precisava ser conduzida pela mente de algum homem. Elas estavam entregues aos perigos de seus instintos e de suas ações. A ópera *A Viúva Alegre* de Franz Lehár, um dos compositores prediletos de Hitler, representa a condição de viuvez. O próprio título da peça, associando a viuvez à alegria, é contraditório com a tristeza associada à viuvez. A alegria, porém estaria ligada aos instintos perigosos que aquela viúva apresentava.

Em 1934, *A Viúva Alegre* foi adaptada ao cinema, a ópera de Lehar, porém entrou em cartaz em Viena no ano de 1905. Trata-se de uma história acontecida em Pontevedrino, um país tão pequeno que não pode ser encontrado em mapa algum. O governo de Pontevedrino teme que a viúva alegre gaste sua fortuna em Paris ou caia nas mãos de um usurpador, o que provocaria a falência do principado. Para que o dinheiro permaneça no país, é preciso que um pontevedriano seduza e se case com a viúva. Trata-se da tarefa perfeita para o charmoso conde Danilo, que conhece todos os truques para conquistar as mulheres (CHAMBEL, 2013). A ópera de 1905 e a divulgação do filme em 1935, demonstram a circulação da representação sobre a viuvez feminina no final do século XIX e início do XX, representações que eram significadas pela sociedade da época e pela sociedade natalense, afetando a forma como as viúvas eram vistas.

A Literatura brasileira também representou a imagem da viúva através de suas páginas. Nos livros de fins do século XIX e início do século XX as viúvas aparecem em

textos de autores como Júlia Lopes de Almeida e Aluísio Azevedo. Essas representações estão conectadas também com os valores e significados relativos ao tempo em que as obras foram produzidas. As viúvas aparecem como entidades que vivem em conflitos constantes em relação à castidade e a sensualidade, entre a sanidade e a histeria.

O livro de Júlia Lopes de Almeida é intitulado *A Viúva Simões*. Júlia Lopes de Almeida (1862-1934) ganhou reconhecimento entre a elite do início do século XX. De acordo com Guimarães, os textos de Júlia Lopes de Almeida costumam abordar diferentes aspectos sociais, dentre eles podemos citar a educação feminina, o casamento e o espaço da mulher na sociedade. Almeida também escrevia sobre o amor, a traição, a infelicidade da mulher no matrimônio e a viuvez. Esses textos produzidos no século XIX em alguns momentos parecem concordar as noções de esposa e mãe que se tinha na época, e em outros se percebe um impulso em transgredir. Em *A Viúva Simões*, o personagem se entrega a paixão e concorre com a filha pelo amor do mesmo homem. O volume teve sua primeira publicação em 1897. A maior parte da narrativa se passa no interior da casa da viúva, um chalé em Santa Teresa, Rio de Janeiro. A cidade é o plano de fundo para o desenrolar da narrativa. O foco da narrativa parece ser os conflitos vivenciados pela personagem principal, Ernestina, viúva, que fica dividida entre a vivência de um novo amor, o que significaria a quebra do luto por seu marido e o papel de mãe e viúva devota.

De acordo com Guimarães a condição de viuvez para a mulher, exigia dela um comportamento rigidamente controlado pelas normas sociais. Mesmo viúva, a mulher carregava consigo a imagem do marido atrelada a ela e ao seu nome. É pelo reencontro com o seu próximo amante, Luciano Dias, seu primeiro e único amor, quando a viúva teve seu nome evidenciado, Ernestina, a marca da individualidade. Até então no romance era apenas a viúva, uma condição que significava uma coletividade (GUIMARÃES, 2011).

Apesar de moça e de rica, a viúva Simões raras vezes saía; dedicava-se absolutamente à sua casa, um bonito chalet em Santa Tereza. Vivia sempre ali; inquirindo, analisando tudo num exame fixo, demorado, paciente, que exasperava os seus cinco criados [...] Em vida do marido freqüentara algum tanto a sociedade; mas depois que ele partiu sozinho para o outro mundo, ela encolheu-se com medo que se discutisse lá fora a sua reputação, coisa em que pensava numa obsessão quase neurótica. (ALMEIDA, 2013)

No trecho do livro de Lopes, a personagem principal, uma viúva, dedica-se a reclusão em sua residência. Essa postura da viúva, seu luto, se contrapõe ao modo de vida que levava enquanto mulher casada. Quando possuía a companhia do marido, assumia a identidade de esposa e tinha uma vivência social. Com a morte do cônjuge, Ernestina adquire a imagem de Viúva e passa a ser alvo da vigilância da sociedade, torna-se uma mulher extremamente preocupada com sua reputação. Os receios da personagem estão articulados com os olhares que a sociedade da época lançava sobre as viúvas, essas passavam a ser alvo de suspeita. Os motivos para tal suspeita ficam evidenciados quando a viúva reencontra um amor do passado, a mesma passa a se cuidar, se olhar de forma sensual. As suspeitas em relação à reputação das viúvas possuía também uma forte conotação sexual.

Em fins do século XIX e início do XX, as mulheres eram vistas como um ser de virtude ou “anjo do lar” quando seguiam esses comportamentos esperados dela e impostos pela sociedade, ao contrário, quando transgrediam esses comportamentos, as mulheres adquiriam o contorno de “potência do mal”, ou “demônio”. Para Telles, a cultura burguesa funcionava a partir de binarismos e oposições. Essas noções associavam a mulher ao natural, ao instinto, era aquele ser inferior que seria dominado pelas rédeas da razão, que eram masculinas. Os discursos construía a imagem da mulher como aquele ser maternal, delicado, caberia à mulher a reprodução da espécie e sua nutrição. A mulher era tida como um ente de veneração e temor. Passaria por constantes vigilâncias. E teria sua imagem modificada quando por algum motivo “usurpava” atividades que não eram atribuídas culturalmente. A imagem da mulher estaria sempre transitando entre extremos entre o “anjo” e a “bruxa” (TELLES, 2011: 401-403).

Os discursos da época posicionavam as viúvas como elementos suspeitos. As elites intelectuais do começo do século XX, ancorados em Rousseau, por concepções religiosas e pelo pensamento médico, essas elites buscavam redefinir o lugar das mulheres na sociedade, em um momento em que as cidades cresciam e tornavam-se urbanizadas e as fábricas abriam novas perspectivas de trabalho. Em sua pesquisa sobre a prostituição no Rio de Janeiro o médico português Ferraz de Macedo enumerou profissões que ameaçavam a integridade das mulheres. Essas profissões eram as de

floristas, modistas, costureiras, figurantes de teatro. Apresentavam atributos perigosos às viúvas, divorciadas ou solteiras (RAGO, 2011: 578-592).

Além do personagem de Júlia Lopes de Almeida, outras viúvas fizeram parte da literatura brasileira. No romance de Aluísio de Azevedo intitulado Casa de Pensão, a viúva Nini tem sintomas de histeria. Os remédios seriam banhos frios, passeios a pé e em casos extremos a manipulação do clitóris pelos médicos. A sexualidade feminina era algo perigoso. Mary Del Priore analisando as diferentes condições femininas apresenta que as viúvas eram vistas como elementos suspeitos, pois a mulher que fosse introduzida nas práticas sexuais e posteriormente fosse abandonada, ficaria degenerada. Uma vez conhecedora do sexo, a mulher não poderia deixar de exercê-lo. (DEL PRIORE, 2006). O personagem Nini de Aluísio Azevedo passou a apresentar sintomas de histeria depois de ter se tornado viúva e também perdido o filho. A relação da viuvez com a histeria se dá pela ideia de que uma vez iniciada nas práticas sexuais, as mulheres não poderiam deixar de exercer práticas sexuais. Engel lembra que *“de acordo com alguns alienistas a continência absoluta após o abuso ou o uso racional dos prazeres venéreos – decorrente de uma viuvez prematura, por exemplo – constituía uma das principais causas da histeria”* Além da ausência de filhos, a viuvez também era uma condição ligada a loucura e a histeria. Mais uma vez a literatura se debruçou sobre essas perspectivas.

A loucura e a histeria estavam atreladas e estavam associadas à mulher. A histeria pode ser compreendida como espécie de exacerbação dos traços que já eram atribuídos às mulheres, ou seja, uma imaginação desregrada, uma hipersensibilidade, a leviandade, emotividade. Essas manifestações históricas também estavam associadas às perversões sexuais tais como atitudes eróticas, práticas de masturbação e a ninfomania (ENGEL, 2011: 338-354).

Além da Literatura de projeção nacional como a de Júlia Lopes de Almeida e Aluisio Azevedo, em Natal Polycarpo Feitosa em seu romance Gizinha de 1928, constrói uma representação sobre as viúvas. Feitosa em seu livro nos põe diante de uma perspectiva diferente em relação às viúvas, a relação entre viuvez feminina e trabalho. A personagem Nair, uma moça que buscava casar com um homem rico, diferente de boa parte dos personagens do livro não era uma menina rica, pois sua *“mãe viúva apenas possuía duas casinhas, numa das quais moravam, na rua S. Antônio”*, o aluguel da

outra casa era destinado ao pagamento de dívidas deixadas pelo falecido marido (FEITOSA, 1965: 40).

Nair e sua mãe vivem em situação de necessidade pela ausência do pai, é essa necessidade que faz com que Nair busque um homem de posses. Sua mãe para sustentar-se e também a filha, sobrevive do aluguel de uma de suas casas, atividade financeira e trabalho praticado por uma mulher que sem a proteção do esposo, estava sujeita as intempéries do mundo do trabalho. O trabalho feminino era visto como algo degradante para a mulher. Essas não deveriam se dedicar ao trabalho a não ser que isso fosse sua única e última alternativa para sobreviver, como no caso da viúva representada por Feitosa.

Sobre a relação das mulheres e atividades para arrecadar renda, Falci nos informa que as de classe mais abastada não tinham muitas atividades for do lar. Elas eram treinadas para ser mães, orientar os filhos, bordar, costurar e dar as ordens na cozinha. Falci nos fornece subsídios para pensar a relação entre trabalho e viuvez, quando nos informa sobre certa marginalização daquelas mulheres que se encontravam na situação de viúvas. Essas eram vistas como desgraçadas, estavam sozinhas no mundo, sem a proteção de seus maridos muitas delas tinham que se dedicar ao trabalho fora do lar, algo que não era bem visto naquela época. De acordo com o texto, mulheres menos “*afortunadas, viúvas, ou de uma elite empobrecida*”, se dedicavam a fazer doces por encomenda, ou produzir enfeites com flores, além dos bordados e aulas de piano. Dessa forma, conseguiam ajudar sua prole. Atividades como essas, porém, não eram valorizadas e nem bem vistas perante a sociedade. Por isso, essas mulheres se tornavam “*facilmente alvo de maledicência por parte de homens e mulheres que acusavam a incapacidade do homem da casa*”, ou mesmo a ausência deles. “*Na época, era voz comum que a mulher não precisava, e não deveria, ganhar dinheiro*” (FALCI, 2011: 249).

Para uma mulher, a viuvez era uma situação temida, tendo em vista que além da dor da perda do cônjuge, a mulher cairia em desgraça, essa era a noção difundida culturalmente. No Brasil veículos de comunicação como a *Revista Feminina* destinada às mulheres da elite, divulgavam seus valores através de suas páginas. A *Revista feminina* foi uma das mais importantes publicações destinadas às mulheres brasileiras do início do século XX. Essa revista visava a distração das mulheres, mas possuía também forte caráter pedagógico, visava transmitir valores e normas de comportamento

referentes ao sexo feminino. Lima chama atenção para compreender os produtos dessa imprensa como importantes documentos históricos. No século XX, com o crescimento da grande imprensa e o aumento de leitores, as mulheres passaram a ter colunas em jornais destinadas a elas. Destacam-se também revistas como a Fon-Fon e Cigarra que embora não fossem apenas destinadas ao público feminino, traziam informações dirigidas às mulheres. A *Revista Feminina* veio suprir a demanda de um público de mulheres leitoras. Essa revista foi criada no início do século XX (1914-1936) e visava a educação moral das mulheres da época, tinham como alvo principal as esposas e mães. Sua criadora Virgilina de Souza Salles, pertencente a uma família da elite paulistana, por sua posição, incentivou a inserção do volume no seio da elite. As matérias versavam sobre moda, saúde, decoração do lar, educação dos filhos e trazia poemas e pequenos conselhos. A revista também informava sobre um feminismo que se dizia “não revolucionário” informando sobre congressos e reuniões sufragistas. As matérias de moda chamavam atenção para o recato das roupas, a culinária era destinada ao reparo dos pratos para o marido. A autora destaca uma pequena crônica sobre a viuvez, chamando atenção para o luto, e para a manutenção da memória do falecido marido:

“Viúva”... Eis a palavra mais triste... Para a mísera que sobreviveu, nada mais resta senão a solidade, o isolamento, o vácuo... Quanto mais firme era o braço que a sustentava, mais querido o ser que viveu ao seu lado... Já não o vê, já não lhe ouve a voz, aquela voz de timbre meigo e ao mesmo tempo severo... Passam-se os anos... e a viúva não cessa de visitar aquele santuário. Os filhos cresceram, casaram-se, afastaram-se, mas o lugar que ele ocupava nunca será ocupado por ninguém...(LIMA, 2007).

Enquanto conteúdo de lazer e informação para as mulheres, mas também de caráter pedagógico, a *Revista Feminina* introduzia nas residências, e na vida das leitoras, certos valores ligados a comportamentos morais e a regras que deveriam ser seguidas e louvadas pelas mulheres, aquelas senhoras distintas, casadas, mães e que se preocupavam e dedicavam suas vidas aos cuidados com a casa e com o marido.

A viuvez deveria ser para essas mulheres uma tragédia, a palavra viúva era tida como “palavra mais triste”, era uma palavra vista com terror e rejeição. Para as viúvas deveria restar a solidão. Essas deveriam dedicar-se ao cultivo da memória do marido que faleceu, visitando seu túmulo durante anos a fio, permitindo que o vácuo se

instaurasse no lugar do homem que se foi fosse um vazio eterno que jamais seria preenchido. A viúva sofria pela ausência do marido que a sustentava em vida, essa afirmação reforça os papéis do homem enquanto provedor da casa e da esposa aquele anjo do lar que se preocupava apenas em servir sua família, nunca com o trabalho e com o dinheiro.

O tópico em questão elaborou um panorama acerca da situação de viuvez feminina na cultura burguesa e na cidade do Natal do início do século. A análise dos discursos sobre a viuvez nos auxilia a compreender noções e imagens associadas a essa condição. Além disso, pensar sobre a forma como as viúvas são representadas nos jornais, no cinema da época e na literatura nos permite fazer associações com a situação de Amélia Duarte Machado e nos conecta com as suposições da criação da Lenda da Viúva Machado.

3.1.2 – Amélia e a viuvez.

Manoel Machado foi se desligando dos negócios que administrava em 1933, a causa era um tratamento de um câncer na boca que realizava no Rio de Janeiro na casa do Dr. Eiras. Morreu no ano seguinte, deixando sua esposa Amélia Machado à frente de seus negócios (SEREJO, 1978: 23). O seu sócio e irmão Cláudio Machado já havia falecido em 1928. Em menos de um mês após a morte de Manoel Machado o novo nome da nova firma já estava escolhido: *Viúva M. Machado* (A REPUBLICA, 07/12/1934: 2).

A missa de sétimo dia de Manoel Machado foi anunciada no jornal *A República* de 24 de novembro de 1934 pela firma M. Martins & Cia. Manoel Machado era também sócio da firma M. Martins, assim como ele o dono da firma era português, eles eram amigos¹⁴. O anúncio da missa de sétimo dia evidencia a tristeza e a comoção com que os sócios, amigos e familiares receberam a morte de Manoel Machado. O texto descrevia a morte de Manoel Machado como “*rude golpe do desaparecimento do seu presado e saudoso sócio Manoel Duarte Machado, ocorrido no dia 20 do corrente, na Capital Federal*”. O texto convida amigos e admiradores do empresário para assistir a

¹⁴ A firma M. Machado e a M. Martins & Cia eram firmas associadas (A REPÚBLICA, 25.11.1934: 2).

missa de sétimo dia celebrada na “segunda-feira, 26 deste, às 7 horas, na Igreja do Bom Jesus das Dores, na Ribeira” (A REPÚBLICA, 24.11.1934: 6).

A missa de 7 dias da morte de Manoel Machado também foi anunciada pelos auxiliares da firma M. Machado. No anúncio, os mesmos se diziam estar “*profundamente compungidos com o falecimento do seu querido e saudoso chefe MANOEL DUARTE MACHADO*”. O falecimento como já informado ocorreu no Rio de Janeiro, a missa foi celebrada na Catedral de Natal (A REPÚBLICA, 24.11.1934: 6). A missa de 30 dias foi anunciada por Amélia Duarte Machado, Carolina de Vasconcellos Machado¹⁵ e João Machado. A missa ocorreu na Igreja do Rosário (A REPÚBLICA, 19.12.1934: 8).

A morte de Manoel Machado rendeu uma nota explicativa. No texto o jornal evidenciou com pesar a perda do comerciante. “*Essa dolorosa notícia lançou a consternação no seio de toda a sociedade natalense, repercutindo em todo o âmbito do Estado*”. A repercussão se daria à personalidade do falecido. Manoel Machado era, de acordo com o texto, “*magnífico, singular temperamento de organizador, militante expontaneo da actividade, quasi um fanático do trabalho, homem que sempre valeu por muitos*” (A REPÚBLICA, 25.11.1934: 2).

Firmando-se como administradora dos negócios do falecido esposo, com o nome da firma já escolhido, o anúncio da missa de aniversário de morte foi feito já pela viúva. “*Amelia Duarte Machado convida a todas as pessoas de sua amisade para assistirem à missa que será celebrada na Igreja do Rosário [...] Desde já apresenta seus sinceros agradecimentos aos que comparecerem a este ato de caridade*” (A REPÚBLICA, 19.11.1935: 6).

¹⁵ Carolina Machado era esposa de Cláudio Machado morava com Amélia em sua casa. Elas eram muito amigas. Carolina era mãe de João Machado, sobrinho de Manoel Machado (GALVÃO, 05.06.2012). João Machado radialista e cronista esportivo, costumava se referir à Amélia no rádio. “*fazia aqueles comentários brincalhões, ele dizia dona Amelinha eu passo hoje por ai e tal era a tia dele*” (SEREJO, 25.10.2011).

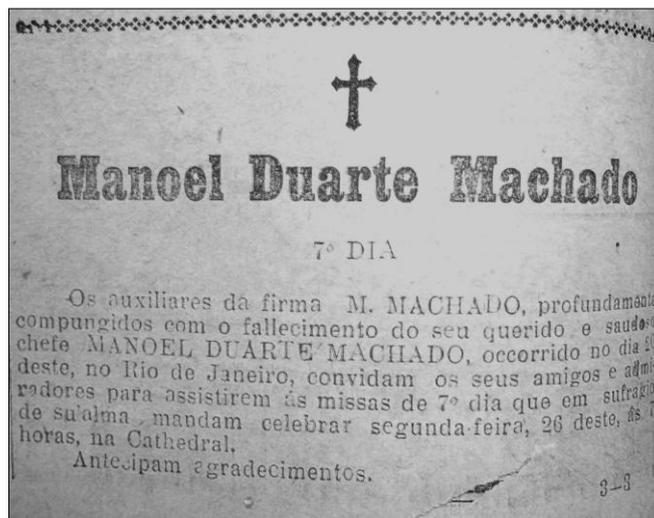


Figura 11: Convite para a missa de sétimo dia de Manoel Machado, anúncio feito pelos auxiliares de sua firma Fonte: A REPÚBLICA, 24/11/1934.

Após a morte de Manoel Machado, Amélia viu-se impelida a assumir o comando dos negócios. De acordo com depoimento de Luiz G. M. Bezerra, Amélia possuía uma postura empreendedora, era uma mulher empenhada em não apenas manter o patrimônio deixado pelo marido, mas torná-lo ainda maior. Amélia era uma mulher que acompanhava de perto os procedimentos comerciais realizados na firma, acompanhava tudo com olho vivo, mantendo o controle sobre os bens e os empregados. A própria Amélia teria confidenciado ao depoente que sua postura empreendedora teria sido elemento aprendido pela observação do marido, o falecido e empenhado empresário.

Ela me contava Luiz meu marido era um homem seguro amarrado, e ele me dizia coisas incríveis e eu tomava isso como uma aula, você não venda nada do nosso patrimônio, se eu morrer não venda, compre mais, ela disse como eu vou comprar, e foi crescendo o patrimônio e ela se tornou a primeira dama de Natal [...] a gente chegava e ela estava em pé com o lápis aqui, ela era muito simples, baixinha, assim como eu, ali comandando tudo, aqueles empregados vinham do tempo do marido (BEZERRA, 26.10.2011).

A mesma teria informado que sua postura era resultado da observação do marido, apesar disso, suas ações foram resultado de suas escolhas, da forma como decidiu levar seus negócios. A postura de Amélia após a viuvez, fez com que aquela

mulher de antes, aquela dama que auxiliava seu esposo, fosse adquirindo outras opiniões, outras feições. De dona de casa doce e acolhedora, ela passou a ser olhada como uma mulher rígida, forte e firme na administração dos negócios.

Embora apenas acompanhasse os negócios do marido, Dona Amélia na verdade não sabia que teria de assumir a administração de tudo tão cedo. Aí nasce a Viúva Machado, austera, dura como administradora, correta como comerciante e desenvolvendo a mesma capacidade de investimento do marido tendo sob os seus olhos dezenas de empregados [...] a Viúva Machado foi deixando de ser a dócil dama da sociedade para ter uma imagem de mulher difícil, que só pensava em dinheiro e lucro (SEREJO, 1978:23).

Com a morte de seu marido, Amélia Duarte Machado passou a administrar os negócios, assumindo uma importante posição de mulher viúva independente dentro da provinciana sociedade natalense dos anos 1930. Apesar da gerência dos negócios, para a cidade Amélia seria sempre a viúva. De acordo com depoimentos, ela fazia questão de manter uma posição de luto, vestindo-se com descrição, sobriedade e recato. De acordo com Galvão em entrevista:

Ela estava sempre bem vestida, de meia. Engraçado que naquele tempo as viúvas de Natal. Aliás, isso era muito comum na cidade do Natal, as viúvas vestiam roupas escuras, em geral a manga ia até o pulso, colarinho praticamente fechado, quase até em cima, saia a baixo do joelho, meias pretas, sapato preto, e o mínimo possível, em geral o cabelo não se fazia mais do que um Totó, sabe o que é um Totó, fazia aquela trança um bolinho aqui atrás e metia um, então ficava aquilo ali atrás (GALVÃO, 05.06.2012).

Vinte e três anos após a morte de seu marido Manoel Machado, Amélia continuou a aparecer em colunas sociais como a de Veríssimo de Melo. Na coluna intitulada *Acontecimentos da cidade*, Melo informa: “Aniversaria hoje a exma. sra. d. Amélia Machado, viúva do sr. Manoel Machado, e figura de relevo na sociedade natalense. A ilustre dama deverá receber as felicitações do seu vasto círculo de amizade” (A REPÚBLICA, 7.12.1957). Chama atenção no anúncio de aniversário de Amélia a referência ao seu marido e a viuvez, mesmo após mais de duas décadas de seu falecimento. Mesmo ainda vinculada à imagem do falecido esposo, conseguiu adquirir relevo social por seus méritos, enquanto administradora.

Nas mãos de Amélia, a Despensa Natalense enfrentou problemas. A presença desses obstáculos exigiam uma maior atenção e empenho da viúva. Em sua recente posição de administradora, Dona Amélia passou por algumas dificuldades em seus negócios durante a Intentona Comunista de 1935¹⁶, quando teve saqueado o seu armazém. O levante comunista de 1935 que surpreendeu a cidade afetou muitos estabelecimentos comerciais na cidade dentre eles a Dispensa Natalense pertencente a firma Viúva M. Machado dentre outros tantos estabelecimentos. O ataque aos estabelecimentos de gêneros alimentícios fez com que a cidade passasse por dificuldade em relação ao acesso a alimentação (A REPÚBLICA, 28.11.1935: 1). Cláudio Galvão relatou na entrevista que entre os manifestantes que saquearam a Despensa Natalense, muitos eram conhecidos de Amélia e que a mesma presenciou o ocorrido:

Tinha uma parte da casa dela que era um primeiro andar todo feito em madeira, um trabalho lindo, que eu acho que existe hoje. Então tinha uma espécie de uma varanda, onde se via todo o Potengi até o porto, se via praticamente a cidade toda, era um negocio lindo [...] lá de cima de binóculo vendo a casa machado, lá em baixo na Rua Chile, dava para ver o armazém dela, olha estão arrombando, arrombaram o armazém dela, arrombaram, encostaram, estão tirando as coisas de dentro, saqueando a casa machado, eram os ricos da época, e ela dizendo: olha fulano de tal daqui eu to vendo, eu conheço fulano daqui eu estou vendo ele, o nome das pessoas que estava fazendo isso, que estava capitaneando tudo isso. Eram pessoas de certa amizade (GALVÃO, 05.06.2012).

¹⁶ Durante o governo Vargas, a Aliança Nacional Libertadora reunia pessoas das mais diversas camadas políticas como socialistas, anarquistas e comunistas. Dentro da ANL destacou-se o Partido Comunista e Luís Carlos Prestes. A ANL defendia a nacionalização das empresas estrangeiras sediadas no país, a suspensão do pagamento da dívida externa e uma reforma agrária. Pelo rápido crescimento da ANL, Vargas apoiado pelos conservadores, apoiou sua ilegalidade e iniciou a prisão dos seus principais membros, dando início ao levante comunista intitulado Intentona Comunista em 1935. Esse movimento disseminou rebeliões em quartéis do Rio Grande do Norte, Pernambuco, Rio de Janeiro, rebeliões que foram sufocadas pelas forças do governo. Nesse episódio intensificou-se a perseguição aos comunistas e foram presos Luís Carlos Prestes e sua esposa Olga Benário. Prestes ficou preso enquanto sua esposa, judia, foi extraditada para a Alemanha, estava grávida e morreu após o parto em uma câmara de gás, no campo de concentração nazista em 1942. Em 25 de novembro de 1935 a Insurreição Comunista eclodiu em Natal, antes mesmo do que fora planejado. Em Natal começou no 21 Batalhão de Caçadores, por iniciativa de cabos, soldados e sargentos. O levante foi favorecido pela notícia de que muitos militares seriam dispensados, ficando pois desempregados, a cidade já estava passando por uma onda de desemprego dos cargos públicos com a tomada de poder do governador eleito Rafael Fernandes Gurjão assumiu. Em nome da ANL os revoltosos, dentre eles algumas mulheres, organizaram caminhada para pontos estratégicos da cidade, foram ocupados o palácio do governo, a estação ferroviária, a central de usina elétrica, a central telefônica e o aeroporto. A cidade ficou sob poder dos revoltosos que organizaram um Governo Popular Nacional Revolucionário (MONTEIRO, 2007: 158-163).

Em entrevista Amélia descreveu sua visão do saque ao seu armazém. *“Daqui de cima da casa eu fiquei vendo os homens carregando os sacos de cereais na cabeça. Uma menina que morava comigo chorava muito e dizia: Não chore. Isso não é nada. Nunca tive medo de nada, nem desespero”* (SEREJO, 1978:23). A descrição da reação que teve pelas palavras da própria Amélia, ressalta as qualidades de uma mulher forte, firme. Ela se dizia uma mulher sem medo de nada, possuidora de uma coragem para enfrentar qualquer obstáculo. Amélia também se descreveu como uma mulher que nunca se desesperava, uma personalidade racional e prática.

Em relação à administração dos negócios, Amélia adquiriu na cidade a fama de uma administradora rígida. Sobre esse momento de sua vida, Serejo informou: *“De cima de um lastro de madeira, debruçada sobre uma escrivaninha, a Viúva Machado controlava toda a movimentação de compra e venda do seu grande armazém, a Despensa Natalense, que vendia absolutamente tudo”* (SEREJO, 1978:23).

Amélia conseguiu manter a Despensa Natalense em pé. A popularidade de Amélia fazia com que até mesmo os que trabalhavam na firma tivessem lugar na coluna *Vida Social*. Luiz Serrano dos Santos Lima, auxiliar da firma Viúva M. Machado Sucessora na comemoração de seu aniversário (A REPÚBLICA, 22.10.1935: 2). Outro funcionário da firma teve o nascimento do filho anunciado no jornal. O Sr. Francisco Candido Figueiredo, auxiliar da firma M. Machado foi pai de um menino, seu primeiro filho, nascido em Natal (A REPÚBLICA, 17. 08.1934: 2). João Machado, seu sobrinho também figurava nos jornais, tinha seu aniversário anunciado (A REPÚBLICA, 11.07.1934: 2). Em relação aos funcionários, Luiz G. M. Bezerra informou que eles também adquiriram sucesso em Natal, assim como a firma possuía destaque. Os *“empregados tornavam-se ricos em Natal, tem filhos deles médicos, Antonio Correia, era o pai dele era funcionário antigo lá, [...], todos famosos, independentes, e assim todos os empregados dela ela dava cobertura”* (BEZERRA, 26.10.2011).

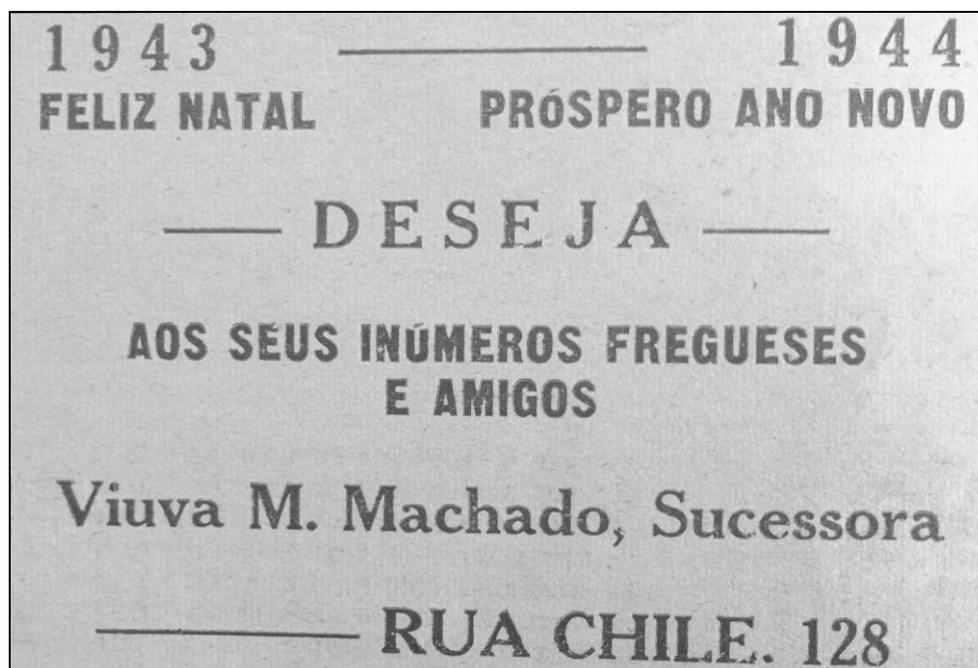
A viúva contava com a ajuda de auxiliares, funcionários e sócios. Um dos sócios era o seu sobrinho João Cláudio de Vasconcellos Machado¹⁷, filho de Cláudio

¹⁷ João Machado, além de colaborador nos negócios da tia, foi um conhecido desportista do Estado, sendo o patrono do principal Estádio desportivo de Natal. Teve um popular programa esportivo na Rádio Cabugi “Curruchiando” e uma coluna na Tribuna do Norte. Ainda fez parte de diversas entidades esportivas. BEZERRA, Luiz G. M. João Machado. In: *O POTIGUAR*. Natal, RN, ano VI, n° 40 agosto-setembro de 2004.

Machado, que fazia parte da Comissão de contas da Associação Comercial de Natal (A REPÚBLICA, 15.02.1950: 5).

A firma conseguiu manter-se em decorrência do posicionamento firme de Amélia, muitas vezes, as cobranças feitas na época utilizavam os jornais. Amélia não escapava a essa postura. Ao fazer uma cobrança para Prefeitura, uma cobrança relativa aos materiais fornecidos, foi publicada no jornal uma nota em coluna referente aos despachos da Prefeitura Municipal de Natal: “Viúva M. Machado, sucessora requerendo o pagamento da quantia de 162\$, de materiaes fornecidos conforme conta junta” (A REPÚBLICA 18.02.1936: 5).

Não apenas as cobranças eram feitas nos jornais, eles eram veículos para a empresa estreitar a relação com clientes por meio de felicitações, gentilezas. A administração de Amélia não descansava em termos de publicidade da Despensa Natalense, as festividades de final de ano eram momentos propícios para desejar Boas Festas aos clientes, para reforçar os laços entre firma e clientela (A REPÚBLICA, 24/12/1943).



Figuras 12. Desejos de felicitações aos fregueses pelas festividades de passagem de 1943 para 1944, feita pela firma Viúva M. Machado, Sucessora **Fonte:** A REPÚBLICA, 24/12/1943.

Sob a administração de Amélia o armazém conseguiu ainda muito relevo na cidade e em importantes momentos. De acordo com a reportagem de Serejo de 1978, sob o seu comando, o armazém também abasteceu os quartéis americanos durante a II Guerra Mundial em Natal, fazendo crescer a influência de D. Amélia dentro da cidade, *“era ela que indicava para os americanos e para as firmas que construíam a Pista de Parnamirim, durante a guerra, as pessoas que deveriam ser contratadas como empregados”*. Poder e influência eram qualidades vinculadas a Amélia, isso não se poderia negar, de acordo com depoimento de Luiz G. M. Bezerra, costumava se locomover pela cidade com conforto, ostentando um carro dirigido por um motorista particular. Assim como já citado por Serejo, Amélia era a mulher forte em termos de indicação para o trabalho na Base Aérea de Parnamirim, durante a II Guerra em Natal.

Carrão bonito, muito rica, poucos tinha um automóvel como ela, motorista e tudo, não tinha filhos, o marido morreu era riquíssimo. Ela foi convidar a minha mãe, disse: Olha sinhasinha - como a minha mãe chamava - se um dos seus filhos quiser, os americanos são meus amigos. Estão chegando aqui agora. [Amélia teria então falado à mãe do depoente:] Meu marido tinha doado um terreno lá em Pitimbu, [...] para fazer uma pista de avião, a primeira, e agora eles chegaram para fazer uma base, um suporte nosso aqui, uma base americana. Ela disse que queria saber se algum de seus, ela sabia que ela tinha muitos filhos, se queria trabalhar, os americanos queriam saber, eles querem uma pessoa de confiança. [Teria dito Amélia:] Eu quero 50 jovens! Eu não tava fazendo nada então eu quero. Fui trabalhar por lá em uma terceirizada para os americanos (BEZERRA, 26.10.2011).

O depoimento de Luiz G. M. Bezerra e a afirmação de Serejo posicionam Amélia como uma mulher ligada as estratégias do mundo do trabalho. Possuía vínculos com os americanos que vieram para Natal durante a II Guerra Mundial, utilizava-se das vantagens que possuía por ter sido seu esposo o doador do terreno para a construção da base aérea e utilizava-se dessa influência para indicar para os trabalhos na base, pessoas de sua confiança.

Em um dos anúncios sobre estabelecimento vinculado à firma Viúva M. Machado, Sucessora, o estabelecimento, agora uma casa destinada à venda de azulejos e

pedras de alvenaria, foi descrito como “o maior e mais bem montado estabelecimento no genero” (A REPÚBLICA, 13.06.1948).

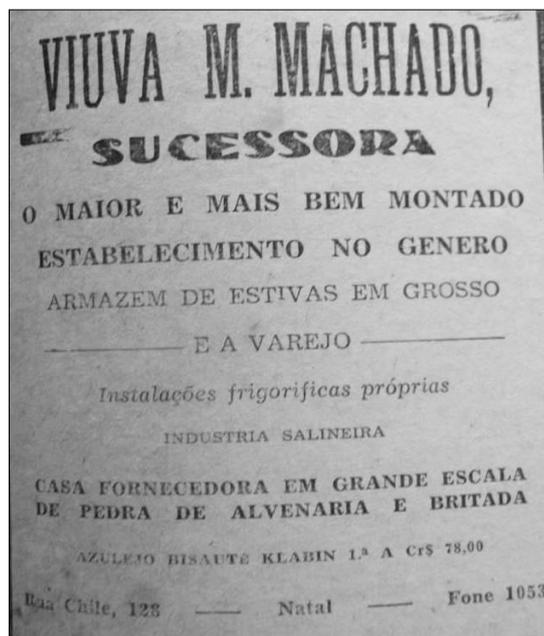


Figura 13: Anúncio feito pela firma Viuva M. Machado, Sucessora **Fonte:** A REPÚBLICA, 13/06/1948.

Amélia Duarte Machado aparece ainda atuante na década de 1950, a mesma já com mais de 60 anos assina, em 25 de junho de 1953, um contrato de constituição da Sociedade Mercantil de Responsabilidade Limitada, por quotas, denominada Auto Comercial LTDA. A presente sociedade visava explorar “o comercio de automóveis, jeeps, caminhões, tratôres, peças e acessórios, maquinas e motôres em geral, produtos de petróleo, representações e conta-propria nacionais e estrangeiras e todo e qualquer negocio que convenha aos interesses da sociedade”. Amélia era a única mulher que fazia parte dessa sociedade ¹⁸.

Apesar de por muitos anos possuir visibilidade e reconhecimento na cidade pelas suas atividades com os negócios, a viúva Amélia D. Machado tinha uma postura de recato e reserva. Mesmo reclusa para boa parte da cidade, a mesma continuou a

¹⁸ O presente contrato social pode ser encontrado no arquivo da Junta Comercial do RN.

receber seus amigos em suas festas de aniversário no Clube Veneza. Amélia teria também sido cercada por poucas pessoas mais próximas e por familiares. Sobre essas festas Galvão relatou: *“fui algumas vezes a aniversário na casa dela, era casa cheia, aniversário dela 8 de dezembro, dia de Nossa Senhora da Conceição, sempre em dezembro era muita gente, adultos, pessoas bem vestidas lá, e agente sempre ia, meus pais iam”* (GALVÃO, 05.06.2012).

Para os que a conheceram Amélia seria uma protetora da família. Não teve filhos, mas ela educou sobrinhos e pessoas que não eram propriamente de sua família, afilhados, filhos de empregados. Amélia, já com idade avançada, viveria no casarão com o filho adotivo Humberto Micussi. Sobre a sua postura acolhedora, Galvão nos informou que algumas *“pessoas viviam na casa dela, como agregadas eram pessoas, eu alcancei duas pessoas que eram como fossem filhas de criação dela, que moravam na casa, que se alimentavam lá, que trabalhavam com costura, eu me lembro de duas máquinas de costura”* (GALVÃO, 05.06.2012).

Mesmo na velhice Amélia teria sido uma mulher lúcida, mantinha-se informada através da leitura dos jornais da cidade, conhecia a política local, ela conseguia afastar-se de tudo, sem ficar longe de nada. A lucidez dela se estenderia também aos seus negócios, sabia sobre a situação de seus imóveis, administrados já pelo seu filho adotivo. Mantinha-se conhecedora da produção das pedreiras, sobre a situação das fazendas e sobre os aluguéis dos imóveis, mantinha o que restou fortuna do marido.

Para Serejo, Amélia seria uma senhora consciente do valor do que tinha conservado. Foi ela que acompanhou a equipe de reportagem por sua casa, apresentando cada detalhe, os trincos, as janelas, os objetos. Teria sofrido uma queda, o que acarretou dificuldades para a locomoção em decorrência de uma calcificação quando quebrou o fêmur. Após a queda passou a dormir com uma acompanhante que passou a conduzi-la até o banheiro que ficava em frente ao seu quarto. Da janela do seu quarto avistava a Igreja do Rosário, por vezes sentava durante as tardes em um dos bancos no terraço de sua residência (SEREJO, 1978:23).

Sobre Amélia Machado, Salésia Dantas nos informa que possuía muitos afilhados, muitos a chamavam de madrinha, inclusive os filhos das domésticas fiéis a tratavam como tal. Após a morte do marido, ficou conhecida por administrar o comércio de cereais e laticínios, com a chegada da velhice, passou a administração para seu filho adotivo e passou a maior parte dos dias em uma cadeira de rodas na varanda. Era uma

mulher elegante que conservava as cores sóbrias no vestir, costumava usar um “*tailleur azul-marinho com golas de renda francesa*”, costumava tricotar e ler os jornais na companhia da nora Joana D’arc Micussi e das quatro netas (DANTAS, 1999).

Em sua viuvez Amélia transformou-se em uma mulher empreendedora, uma mulher que precisou tocar os negócios do seu falecido marido. Nesse período de sua vida adquiriu os contornos de uma mulher forte e rígida em relação aos seus bens. Em sua velhice seu filho adotivo passou a gerir os imóveis, fazendas e os lucros na pedreira. Apesar de sua popularidade, era uma mulher que gostava de se conservar, mas costumava ainda receber os familiares e íntimos amigos em sua casa. As narrativas e memórias de quem a conheceu nos auxiliam a compreender o cotidiano, os valores e os hábitos dessa mulher.

3.2 – A VIÚVA MACHADO, UMA ENTIDADE ASSUSTADORA.

Nessa parte de nossa pesquisa iremos adentrar nas feições mais sombrias que Amélia adquiriu. Ela ganhou as feições de um monstro, uma criatura assustadora que capturava e devorava o fígado das crianças. Essa lenda foi criada pelo imaginário de uma parcela da população. As origens para a criação da lenda jamais serão exatas, pois estamos trabalhando sob as bases do imaginário. Aqui iremos levantar hipóteses sobre a criação da lenda, trabalhando as imagens que a compunham.

3.2.1 – As hipóteses sobre a construção de um monstro: a Viúva Machado o *papa-figo* da Cidade do Natal.

Sobre a criação da lenda da Viúva Machado algumas hipóteses foram levantadas por familiares, pesquisadores, pela própria Amélia e por nós. Não iremos trilhar um caminho de verdades e certezas que nos conduziram ao local fixo, mas iremos trilhar caminhos possíveis, mas caminhos tortuosos, escuros pela ação do tempo e da subjetividade.

Como visto anteriormente, existiam em Natal muitas outras viúvas que passavam a administrar os negócios do seu marido, porém Amélia possuía grande destaque pela importância também do seu esposo, por seus empreendimentos, posses e incentivo à aviação.

A projeção da imagem de Amélia ressaltou os elementos que envolveram a vida dessa mulher, a viuvez, a ausência de filhos, a postura empreendedora. De acordo com a própria Amélia os motivos para a criação dos boatos sobre ela foi “*Talvez a inveja pela posição financeira do meu marido e minha tenha sido a causa dessa coisa*” (SEREJO, 1978). A opinião de Amélia sobre os motivos da produção da lenda também foram transmitidas para Luiz G. M. Bezerra. “*Ela dizia: Luiz isso é inveja, de mim e do meu marido, queriam me botar para trás, mas eu nunca levei a sério*” (BEZERRA, 26.10.2011). De acordo com essa ideia, Zélia Furtado aborda as explicações apontadas pela família para justificar o motivo dos boatos:

Aborrecida com os boatos e especulações acerca da Viúva Machado, a família [...], diz que os boatos foram ocorridos pela inveja que algumas pessoas sentiam da situação financeira e posição privilegiada de destaque das quais D. Amelinha desfrutava na sociedade natalense da época (FURTADO, 2001: 19).

O sentimento de inveja pode estar atrelado à construção da Viúva Machado, para, além disso, podemos compreender a criação da lenda com uma perspectiva mais ampla: a da compreensão da mulher na sociedade do início do século XX, mais precisamente na Natal do início desse século. Natal era uma cidade que passou a incorporar os valores e os hábitos da sociedade burguesa, assim esses valores olhavam as mulheres como seres inconstantes.

Dentre os trabalhos que abordam a vida de Amélia D. Machado podemos mencionar a contribuição da pesquisa de um grupo de 36 estudantes do curso de Pedagogia da UFRN, do primeiro período da turma de 1997, na disciplina Antropologia da Educação – orientados pelo professor João Batista Cortez, professor do Departamento de Educação da UFRN. Em busca de pesquisar a vida de Amélia Machado, esses estudantes divididos em grupos, entrevistaram intelectuais, empregados domésticos, professores, padres, bispos, comerciantes, crianças e os frequentadores das feiras livres. Essa pesquisa alcançou muitos resultados, que podem ser vistos, por exemplo, na Coleção Mossoroense, série C, volume 1079 de maio de 2000, intitulada: Um vice Cônsul de Portugal, uma mossoroense valente que fez História em Natal, Exupéry, Diógenes, O Baobá da resistência e outros Baobás e no artigo intitulado Amélia Machado: de mulher a mito, do professor João Batista Cortez, publicado no Diário de Natal de 23 de fevereiro de 2002. As questões que foram debatidas na

pesquisa dos alunos de Pedagogia se concentram no tema da lenda da Viúva Machado. Esse aspecto de sua vida com certeza é o mais citado quando fazem referência a ela.

Em outro texto que conta com a participação de Cortez, com autoria também de Sanzia Pinheiro Barbosa e Walter Pinheiro Barbosa Junior, os autores situam a lenda dentro da perspectiva das desigualdades sociais em Natal no início do século XX. O texto descreve a lenda e defende a ideia de que teria sido criada pela parcela da população que era economicamente desprivilegiada. Para os pesquisadores, os mais pobres que estavam excluídos do consumo das mercadorias, se revoltavam e construíam imagens acerca dos mais ricos da cidade. Essa camada da população culpava Amélia pelo desaparecimento das crianças mais pobres. A pesquisa reafirma uma suposição levantada pela própria Amélia: a inveja da população teria conduzido a produção da lenda (CORTEZ; BARBOSA; BARBOSA JR, 2001:1-4).

Acreditamos que apenas a inveja não conduziu a elaboração da lenda. A lenda não possuiria uma explicação objetiva e única. Além disso, a cidade possuía outros sujeitos pertencentes a elite e que não foram alvo de narrativas fantasiosas. Acreditamos que a elaboração da lenda é um caminho complexo e incerto, porém algumas suposições podem ser feitas. Essas suposições estão vinculadas a vida de Amélia e aos discursos, valores e expectativas que eram lançadas sobre as mulheres em uma sociedade como a natalense, que passava a adotar ou a ter contato com os valores burgueses e a sua concepção de família e de mulher. A incorporação dos hábitos burgueses era uma posição da elite, no entanto toda cidade entrava em contato com esses valores, seja observando o aparecimento dessas elites, as mudanças urbanas, e até mesmo pela exclusão. Os discursos eram difundidos em diferentes meios de comunicação na época, os jornais com seus anúncios publicitários e até mesmo pelo cinema.

Ao contrário do posicionamento de que a lenda teria se originado nas classes populares, Serejo, em entrevista afirmou acreditar que a lenda teria surgido no seio da classe privilegiada da cidade. *“A aristocracia que a consagra é a aristocracia que irá fabular contra ela, que vai jogar sombras sobre a personagem”* (SEREJO, 25.10.2011).

A imagem forte de D. Amélia Machado causava incomodo e conflitos, confrontando a imagem de fragilidade feminina. Sobre o efeito que a mulher forte causava na sociedade, Balzac diz que: ‘A mulher forte não deve ser mais que um símbolo, ela apavora quando é vista em realidade’. (MICHAUD, 1993: 157). Além disso, Amélia era uma mulher só, sem filhos e marido. Vistas como um *“antimodelo da*

mulher ideal, assim as mulheres sós têm acesso à visibilidade[...] [o termo] aplica-se às mulheres sem marido, viúvas ou celibatárias, com ou sem filhos. ” (DAUPHIN, 1993: 477). O olhar da sociedade sobre a condição de viuvez feminina transitava entre a piedade, encarando essas mulheres como seres desamparados e a desconfiança quanto a sua conduta moral e sexual, bem como o incomodo que causavam essas mulheres quando elas passavam a assumir as rédeas dos seus próprios bens, função que naturalmente cabia ao chefe de família, o homem, o marido falecido.

De acordo com a psiquiatria, as mulheres estavam associadas à natureza, seriam sujeitas aos instintos e emoções, as mulheres seriam também frágeis, sedutoras e doces. As que revelavam atributos opostos seriam consideradas antinaturais. Além das qualidades positivas, muitos aspectos negativos eram também associados às mulheres, elementos eram também elementos traiçoeiros e amorais. O olhar sobre a mulher era, portanto ambíguo. *“No século XIX ocidental, a velha crença de que a mulher era um ser ambíguo e contraditório, misterioso e imprevisível, sintetizando por natureza o bem e o mal, a virtude e a degradação, o princípio e o fim”*. Diante disso, a mulher oferecia perigos, deveria ser submetida a um conjunto de medidas normalizadoras que tinham como finalidade assegurar o papel social da mulher de esposa e mãe.

Se uma mulher estava naturalmente predestinada ao exercício desses papéis, a sua incapacidade e/ou recusa em cumpri-los eram vistas como resultantes da especificidade de sua natureza e, concomitantemente, qualificadas como antinaturais (ENGEL, 2011: 338-354).

Muitas suposições surgiram em relação à criação da lenda e a relação com a condição da mulher no período estudado. O Folclorista Gutenberg Costa acredita que com a viuvez, de mulher culta e religiosa, Amélia passou a ser rica comerciante e a partir daí sofreu discriminação *“onde mulher era para ficar na cozinha, não à frente de armazéns, fazendas, sítios ou até salina. Isso era coisa para homem!”* (COSTA, 1999, p. 155). Em entrevista, Serejo afirmou acreditar que a lenda teria surgido por Amélia ser *“uma mulher forte administrando os bens que recebera do marido. Eu acho que em torno dessa mulher forte, pouco comum naquela época, nasceu essa lenda de uma mulher que comia fígado de menino”* (SEREJO, 25.10.2011). Serejo posicionou a

figura forte de Amélia, uma postura que destoava com o que se esperava de uma mulher, para ele, Amélia possuía uma postura de independência:

Talvez essa relação dura dela de uma senhora dona da casa como se fosse uma senhora da casa grande do engenho, talvez isso aristocrático demais tenha contribuído, quem sabe é difícil estabelecer o disparo, onde é que está esse gatilho, mas possivelmente o ar de dona do pedaço eu acho que esse ar dela tinha, eu não encontrei, embora muito suave e tal, ela era dona absoluta de sua história, era dona absoluta da casa, ela ainda dominando, ela ainda definindo a vida como dona daquela casa (SEREJO, 25.10.2011).

Sobre a criação do ser assustador chamado Viúva Machado, Dácio Galvão acredita que a projeção da lenda sobre a pessoa de Dona Amélia Machado, foi o alto preço pago por sua postura de mulher independente em meio a uma elite conservadora e dominada por imagens de poder masculinos. Para Dácio Galvão:

A tradição oral não perdoou [...] Há quem identifique no plano sociológico a oralidade e o imaginário atrelados neste caso, às classes dominantes, desconstruindo uma personalidade expressiva provavelmente por não perdoar suas antecipações feministas [...] Dona Amélia por ter vivido em um período predominante comercial, onde o monopólio exclusivo dos homens era visível, destoava do contexto sócio – econômico – cultural. Rompia uma tradição onde os valores femininos eram socialmente inferiores aos masculinos (GALVÃO, 2003).

Indiscutivelmente, D. Amélia Duarte ao assumir os negócios do falecido marido, assumia uma posição incomum na sociedade natalense na década de 1930 e ia contra o ideal de estereótipo feminino que era perpetuado pela sociedade. Essas preocupações eram articuladas com os discursos higienistas, esses discursos, de acordo com Telles, visavam formar a figura da “mãe burguesa”. A amamentação, os cuidados com a educação dos filhos eram cuidados referentes a essa mãe. Ao mesmo tempo essas figuras se opõem a das mulheres pobres que tem que trabalhar para sustentar os seus filhos, e, sobretudo se opõem à figura da meretriz. Essas últimas serão alvo da investigação dos sanitaristas que passaram a investigar seus hábitos e a diagnosticar

suas doenças. A sexualidade feminina deveria ser domesticada, as donas de casa não teriam sexualidade, já a prostituta, o seu oposto, era turbulenta, fumava, bebia, era também ignorante e possuía um apetite sexual excessivo (TELLES, 2011: 430).

Acerca do trabalho feminino Rago nos lembra das camadas menos favorecidas da sociedade. Para essas mulheres as fábricas foram destino, tornando-as operárias. Porém, as mulheres que estavam nessas condições eram descritas como moças frágeis e infelizes, eram prezas desprotegidas para a ambição masculina. Essas trabalhadoras eram compreendidas de diferentes formas. Para os jornalistas elas eram frágeis e infelizes, para os patrões elas eram perigosas, para os militantes políticos eram passivas e inconscientes e para os médicos e juristas eram compreendidas como seres perdidos e degenerados. Um grande número de mulheres trabalhava nas indústrias de fiação e tecelagem desde o final do século XIX no Brasil. Muitas delas eram estrangeiras, imigrantes vindas da Europa. Os homens ocupavam os setores da metalurgia, mobiliário e calçados. Para além das fábricas, muitas mulheres eram costureiras e completavam o orçamento doméstico com seus trabalhos de costura em casa. Essa contratação era feita inclusive pelos próprios industriais, fazendo com que essas mulheres trabalhassem até 18 horas por dia. Muitas mulheres, para complementar o orçamento chagavam inclusive a se entregar a prostituição. Para trabalhar as mulheres enfrentavam inúmeras barreiras. A desqualificação intelectual e a intimidação física faziam parte dessas, além do assédio sexual.

Para Rago o que mais chama atenção quando se pensa a relação entre mulher e trabalho no final do século XIX e início do século XX não é o discurso de vitimização, mas a relação entre trabalho e moralidade social. O mundo do trabalho representa uma ameaça para a honra feminina. Na fala dos médicos higienistas, dos juristas, operários e jornalistas, as fábricas são antros de perdição, são associados a “bordéis”. O trabalho da mulher fora do lar destruía a família, tornaria frouxos os laços familiares. Esses fatores teriam relação direta com a criação dos filhos, futuros homens, pois esses cresceriam soltos, sem a vigilância e cuidados das mães. Quando trabalhavam fora do lar as mulheres deixavam automaticamente de ser mãe dedicada e esposa carinhosa.

Diferentes pesquisas apontavam que as trabalhadoras alimentavam as classes de prostituição. As operárias e modistas contribuiriam para a classe de meretrizes. Nas famílias operárias as jovens não recebiam educação adequada para se guiarem pela razão. Apresentando uma postura diferente, as feministas defendiam o trabalho fora de

casa, apontando benefícios. Uma mulher profissionalmente ativa e participante em termos políticos estava comprometida com os problemas da pátria e teria condições melhores de desenvolver seu lado materno.

Diante disso, em relação ao dinheiro, os membros do Apostolado Positivista do Brasil compreendiam que “*a mulher não deveria possuir dinheiro – um objeto sujo, degradante e essencialmente masculino, portanto, contrário à sua natureza*”. A mulher deveria permanecer em seu local natural, o lar, e deveria evitar contatos com o mundo público. (RAGO, 2011: 578-592).

Outro fator que pode ter contribuído para a criação da lenda foi a ausência de filhos de Amélia. O texto que anuncia a sua morte também evidenciava que Manoel Machado faleceu aos 53 anos, deixando viúva, sem filhos, a exma. senhora d. Amélia Duarte Machado (A REPÚBLICA, 25.11.1934: 2). Essa hipótese se refere também a relação que a lenda da Viúva Machado possui com as crianças. Um ser que é um assassino infantil. De acordo com reportagem de Serejo: “*Dos seus 14 partos não sobreviveu um só filho. Dos 14, 11 foram abortos e três viveram apenas alguns meses, embora um menino tenha vivido até um ano de idade. Sem filhos, a Viúva Machado administrava seus bens como se fosse um homem*” (SEREJO, 1978).

No início do século XX, principalmente nos anos 1920 e 1930, a ideologia da maternidade estava em alta, havia sido revigorada pelo discurso masculino. Ser mãe era a principal missão feminina em um mundo que buscava estabelecer fronteira entre a esfera pública e a esfera privada. A primeira definida como um espaço dos homens e a segunda como um lugar natural da mãe e da mulher. Amélia, não conseguiu ter filhos, o que contribuiu a favor da construção da lenda da Viúva Machado.

A maternidade poderia curar ou prevenir os distúrbios psiquiátricos relacionados à sexualidade e à fisiologia feminina, porém de forma contraditória a gravidez, o parto e o pós-parto seriam vistos como momentos propícios ao aparecimento de tais distúrbios. A literatura em grande medida utilizou-se da ficção para tratar de temas sociais, alguns autores que enveredavam pelos rumos da literatura eram profissionais de outras áreas como foi o caso de Afrânio Peixoto, seus textos representavam posicionamentos partilhados pelos psiquiatras da época. Nas primeiras décadas do século XX, em 1925, publicou *As Razões do Coração*. Na trama a personagem Cora, senhora que pertencia à alta sociedade carioca, casada com um homem de posição social e possuidor de estabilidade financeira, acabou louca por não

ter conseguido ter filhos, após submeter-se a um aborto, tornou-se estéril e passou a dedicar-se aos seus cães (ENGEL, 2011: 338-354).

A maternidade era vista como a verdadeira essência da mulher, inscrita em sua própria natureza. Somente através da maternidade a mulher poderia curar-se e redimir-se dos desvios que, concebidos ao mesmo tempo como causa e efeito da doença, lançavam-na, muitas vezes, nos lados do pecado. Mas, para a mulher que não quisesse ou não pudesse realiza-la – aos olhos do médico, um ser físico, moral ou psicologicamente incapaz – não haveria salvação e ela acabaria, cedo ou tarde, afogada nas águas turvas da insanidade (ENGEL, 2011: 338).

Questões referentes à maternidade também tomavam as páginas dos jornais, havia nos anúncios uma preocupação recorrente com o sistema reprodutor das mulheres, os jornais apresentam um grande número de medicamentos relativos ao sistema reprodutor feminino. Era o útero o órgão principal para a gestação, para que a mulher cumprisse o seu papel primordial, o de ser mãe. Esse órgão seria o foco principal de preocupação das mulheres, garantir a saúde do útero era garantir a felicidade. Ao mesmo tempo em que era um órgão importante, era também extremamente sensível, podendo um susto ou uma raiva causar transtornos gravíssimos.

Levantamos hipóteses sobre a criação da lenda da Viúva Machado, essas hipóteses dialogam com os discursos acerca do feminino no período estudado. Esses discursos comunicam valores, crenças e visões de mundo que fizeram parte da população natalense do início do século XX e que podem ter influenciado na construção da imagem sombria da Viúva Machado.

3.2.3 – O medo da mulher *papa-figo*.

Mesmo sem as certezas sobre a criação da lenda da Viúva Machado, sabemos que essa lenda amedrontou parcela da população e ganhou popularidade. Em entrevista, Vicente Serejo afirmou sobre a lenda que “*nenhum menino de sua época deixou de ter dentro dele essa lenda [...], a condição humana, você sabe, ela paira um pouco entre o trágico e grotesco, entre o belo e o feio*” (SEREJO, 25.10.2011).

O surgimento dessa lenda afetou a vida de Amélia, a mesma em entrevista demonstrou conhecê-la, atribuindo, como vimos, a inveja como motivo para a

construção dessa imagem assustadora. A figura da Viúva Machado ganhou vitalidade através das narrativas orais e dos relatos de memória de muitos que vivenciaram os medos da viúva.

A Viúva Machado é uma representação que se assemelha ao arquétipo do *papa-figo*, aquela personagem que captura crianças para comer seus fígados. Muitos passaram a explicar as feições monstruosas da viúva e sua conexão com o *papa-figo* por uma suposta doença que Amélia teria adquirido. Aqui iremos abordar o medo da viúva, esse medo delinea os traços das feições sombrias e materializa esse ser.

Acerca do *papa-figo* Gilberto Freyre no livro *Assombrações do Recife Velho* diz que em Recife o *papa-figo* é um homem rico e doente que ao não encontrar cura ou alívio para seu mal na ciência dos doutores teria recorrido ao saber misterioso dos negros velhos que depois de examinar o doente rico dissera à família: “*Ioiô só fica bom comendo figo de menino. ‘Figo’ significa fígado. Diz-se que o próprio negro velho se encarregou de sair pelos arredores do Recife com um saco ou surrão às costas. Ia recolhendo menino no saco falando que era osso para refinar açúcar*” (FREYRE: 1974: 61). Cascudo, em seu *Dicionário do Folclore Brasileiro* afirma que o *papa-figo*:

Papa-Figo. É uma pessoa que mata crianças para comer o fígado, curando-se de lepra ou morféia. Crêem que a lepra é degenerescência do sangue. Mal de sangue, mal de fígado. Recupera-se a pureza sanguínea obtendo-se um novo fígado que o gera. “E havia o papa-figo, homem que comia fígado de menino. Ainda hoje se afirma em Pernambuco que certo ricaço do Recife, não podendo se alimentar senão de fígados de crianças, tinha seus negros por toda parte pegando menino no saco de estopa”: Gilberto Freyre, *Casa Grande Senzala*, 368, Rio de Janeiro, 1933. Convergência à figura para o Negro Velho, o Homem do Saco, Lobisomem, todo ciclo do pavor infantil. Quando a comissão Rockefeller, no combate á febre amarela mandara retirar parte do fígado para verificação dizia-se ser um fornecimento em massa aos leprosoos ricos e nunca uma exigência da análise [...] (CASCUDO, 1984: 576-577).

Cascudo na citação acima fala da lenda do *papa-figo* em Pernambuco, reatualização simbólica construída sob um “ricaço do Recife” que supostamente comia

fígado de crianças. A consideração de Cascudo merece destaque quando se trata da lenda da viúva, pois o *papa-figo* da lenda do Recife, assim como D. Amélia, era bastante rico. Nessas afirmações existe um fato em comum nas duas associações ao mito do *papa-figo*: a excelente condição financeira das duas vítimas, tanto o “ricaço do Recife”, quanto a Amélia, compartilhando com a ideia que tinha a família de Amélia.

De acordo com a escritora e pesquisadora Zélia Furtado em artigo do jornal de Natal de 23 de abril de 2001, a Viúva Machado era portadora de hanseníase ou lepra. Devido a essa suposta doença, fez surgir em Natal à lenda de que tinha a necessidade de comer fígado de crianças criando uma associação com o *papa-figo*. A viúva, portanto, passou de membro da elite da cidade para uma figura amedrontadora (FURTADO, 2001: 19). Acerca das supostas enfermidades atribuídas a Amélia, Cláudio Galvão, seu afilhado, em entrevista diz que acredita que tudo não teria passado de uma confusão referente a uma intoxicação que Amélia adquiriu durante um tempo:

eu me lembro que ela foi relacionada com essa história de lepra, mamãe conversava com ele, e ela riu, com essa história do papa-figo, de vez em quando se falava nisso e ela levava na brincadeira [...] Quando ela teve uma intoxicação que inchou as orelhas, com as orelhas vermelhas, inchada, dizia-se que o leproso crescia as orelhas, alguém viu, ou uma empregada falou vai ver que é lepra, vai ver que uma falou para outra. Acho que foi pela década de 50, mamãe só parou no fim da década de 50 (GALVÃO, 05.06.2012).

Existia em Natal e em outras cidades brasileiras, uma grande preocupação com a lepra, atualmente conhecida como Hanseníase, sobretudo na primeira metade do século XX quando boa parcela da população não tinha muitas informações sobre a doença. O medo em relação à doença fazia com que os doentes ficassem reclusos em suas residências ou em casas especializadas.

O Regulamento do Serviço Sanitário do Estado do Rio Grande do Norte criou em 1921 o artigo 141, informando que enquanto o Estado não possuir um leprosário, a Diretoria Geral irá ordenar o isoamento em domicílio ou em prédio que se preste a tal fim. O artigo seguinte, o 142 informava sobre a proibição da entrega do leproso ao comércio (A REPÚBLICA, 23.09.1921: 2). Já na década de 1950, uma notícia apresenta as novas descobertas em relação ao tratamento da doença nos Estados Unidos da

América. A lepra era conhecida também como o mal de São Lázaro. As descobertas apontam drogas que permitem que os leprosos saiam às ruas e tenham contato com pessoas fora das instituições. Além disso, passou a ser possível corrigir as deformidades faciais causadas pela doença por meio de cirurgias plásticas (A REPÚBLICA, 22.06.1950: 2).

A associação de Amélia com a lepra deve-se a relação entre a lepra e o *papa-figo*. Segundo Cascudo era a doença do *papa-figo*. A partir da década de 1920 foi promovida em todo território nacional a construção de leprosários, medida amparada pelo Decreto nº 14 do Departamento Nacional de Saúde Pública, órgão vinculado ao Ministério da Saúde, instituindo, em 15 de setembro de 1920, a Inspetoria de Profilaxia de Lepra e Doenças Venéreas. Esse decreto estabeleceu, entre outras medidas, a fundação de asilos-colônias por todo o país. Na Cidade do Natal a construção do Leprosário iniciou em 20 de julho de 1926. O Governo do Rio Grande do Norte comprou um sítio, distante 6 quilômetros do bairro da Ribeira, local considerado afastado para abrigar os portadores da Hanseníase. Após a compra do terreno foi formada a Comissão Pró-Leprosário, fazia parte dessa comissão dentre outras figuras ilustres do Estado o médico Varela Santiago que além de fundador foi seu primeiro médico. (LOPES, 2005: 28-30).

Em sua definição de *papa-figo* Cascudo faz referência a Comissão Rockefeller: “Quando a comissão Rockefeller, no combate à febre amarela mandara retirar parte do fígado para verificação dizia-se ser um fornecimento em massa aos leprosos ricos e nunca uma exigência da análise” (CASCUDO, 1984:576-577). A comissão Rockefeller veio a Natal em 1930, por constatação, pela primeira vez na cidade da presença do *Anopheles gambiae*, causador da malária (VIEIRA, 1949: 18). Cascudo também menciona o exame de viscerotomia que consiste em coletar uma amostra do fígado para o diagnóstico de febre amarela, *malária*, esquistossomose, leishmaniose, e outras doenças que estavam associadas a lesões no fígado (INSTITUTO OSWALDO CRUZ, 2010). A cidade passava por um momento de transformação pela inserção na cidade da Comissão Rockefeller. Acreditamos que à presença da comissão na Natal da década de 1930 criou uma série de crenças que envolvia o trabalho da instituição, crenças que surgiam de forma lúdica e que refletiam um entendimento distorcido por parte da população dos exames realizados o que supostamente contribuiu para que o “povo” associasse a viúva com o *papa-figo*.

Em seu livro *Natal: Personagens e Populares*, o Folclorista Gutenberg Costa também compartilha a ideia da associação da Viúva Machado ao *papa-figo* quando se refere a lenda como “*O Boato da Mulher Papa-Figo*”. Para o autor a lenda é fruto da imaginação popular, e espalhou-se da Ribeira às Quintas. Em seu texto Gutenberg relatou que sua mãe não fugiu a regra de criá-lo com medo de sair de casa para não ser pego pela entidade mítica. O autor também descreveu com maior riqueza as crenças acerca do mito: “*umas contavam aos filhos que a pobre mulher possuía um poço bem fundo em seu quintal recheado de cobras venenosas para jogar as crianças, depois de retirar delas o fígado. Outras mães comentavam que ela vivia com desgosto por ser doente e ter tido 16 abortos [...]*” (COSTA, 1999, p. 153-55).

Podemos entender que devemos muito da crença da Viúva Machado ao imaginário infantil, porém não podemos deixar de pensar sobre o porquê da eleição de Amélia Duarte Machado como figura que intimidava as crianças por sua associação com o *papa-figo*. Essa escolha já pertence, portanto ao universo adulto dos pais que criavam e transmitiam essas narrativas a seus filhos. Sabiam eles o motivo real de tal construção? Gutenberg Costa lembrou ainda da fala da mãe: “*A Viúva Machado é rica e tem um empregado andando de carro em Natal, só para pegar criancinhas. São elas levadas a noite à sua casa e depois da retirada do fígado, são devolvidas com a barriga cortada recheada de dinheiro...*” (COSTA, 1999, p. 155).

Os diferentes textos de memória delineiam os contornos do monstro Viúva Machado, uma entidade que comia o fígado de crianças, assim como o *papa-figo*. Essas características aproximam Amélia do *papa-figo* abordado por Cascudo e Gilberto Freyre, personagens já formalizados na cultura popular. É importante ressaltar que a Viúva Machado era uma entidade única, construída em condições particulares referentes a personagem, ao tempo e ao meio em que ela estava inserido.

3.2.4 – Espaço do medo: a casa de Amélia.

Os textos acima nos fornecem elementos importantes sobre a crença na lenda da Viúva Machado, a forma como era delineada e transmitida às crianças. A teia de representações envolveu não apenas a pessoa de Amélia Duarte Machado, mas o espaço onde residia, e sua rua. A lenda tomou proporções maiores que o do bairro onde residiu Amélia Duarte, incluiu outros bairros. Os relatos estão envoltos em elementos

simbólicos, amedrontadores, que povoaram a infância dos autores, e talvez possam unir nessas representações uma parcela significativa do universo infantil cercado por figuras e elementos fantasiosos em mentes ainda em formação.

Gutenberg Costa ao relatar os medos que possuía em relação à Viúva Machado, mencionava a casa de Amélia, como espaço de mistério e medo. Relatou as vontades que possuía de conhecer o lugar: “*Até hoje tenho vontade de entrar em seu casarão na Praça Dom Vital, 504, de lado da Igreja dos pretos, na Cidade Alta só para pedir-lhe perdão em nome dessa Cidade*” (COSTA, 1999, p. 153-55).

Em seu poema Iracema Macedo também, situa a casa de Amélia, a primeira frase do poema faz referência a casa: “*Do fundo de minha casa/ vejo navios que partem*”. O texto de Macedo também cita elementos pertencentes a casa e que povoaram o imaginário da população como as estátuas do jardim: “*Mandei construir as estátuas no jardim/ Serei eu mesma as crianças que degolo?*” (MACEDO, p.59, 2000).

Para Vicente Serejo, em depoimento concedido para essa pesquisa, a casa foi cercada por uma onda de mistério.

Aqueles janelas sempre fechadas, aqueles portões de ferro sempre fechado, era raro as pessoas que entravam e que saíam eram só as pessoas de lá, porque no fim quando ela tava mais velha, ninguém ia ali praticamente, um ou outro amigo, então era uma lugar misterioso [...] era uma casa que você não via de janelas abertas, que você não via iluminada, como as casa antigas de festas não, uma casa sempre fechada, sempre sisuda, havia ali naquela época sempre uma certa sisudez, se não uma sisudez real uma sisudez nos olhos da gente, agente olhava para aquilo e achava uma casa fechada, misteriosa” (SEREJO, 25.10.2011). .

Localizada em Natal na Praça Dom Vital, no bairro da Cidade Alta, ao lado da Igreja do Rosário dos Pretos, nº 504, a casa de Amélia D. Machado possui dois andares, e é ornamentada com referências *Art Nouveau*. Podemos encontrar em sua fachada carrancas, estátuas de crianças, e um elaborado gradil. Essa casa está inserida no circuito patrimonial de Natal não apenas por ser do início do século XX, por ter sido construída em 1910 e pelos elementos franceses de sua decoração que atribuem a ela valores arquitetônicos, remetendo a um momento de modernização da cidade, e servir de moradia para o casal Machado (NESI, 1994: 69-70). Mas, a casa é também um espaço ligado ao medo, um local assombrado pela imagem da Viúva Machado, um ser

que sequestrava e comia o fígado de crianças, um local envolto por uma lenda que se espalhou pela Cidade do Natal.

O espaço nesse sentido adquiriu um contorno mágico, sobretudo através das narrativas que cercaram a mulher que lá residia. As imagens da casa e de Amélia Duarte Machado, portanto estão intrinsecamente conectadas, se afetam mutuamente. A representação da casa é construída e reconstruída de acordo com as representações sobre Amélia, permitindo pensar os personagens e os espaços como elaborações que se modificam no tempo e a cada discurso.

Podemos articular a casa de Amélia, às discussões sobre paisagem quando compreendemos que a casa é uma paisagem presente no imaginário da cidade. Para Simon Schama a paisagem é um produto da cultura, o olhar estabelece a diferença entre matéria bruta e paisagem. Nesse sentido podemos pensar que aqueles que acreditavam que a Viúva Machado era o *papa-figo* construíram paisagens diferentes daqueles que não consideravam isso, algumas pessoas poderiam passar na rua em que morava Amélia e nem perceber, ou não carregar de significados a sua casa, ou outras pessoas poderiam desviar o caminho e passar por outra rua simplesmente por lembrar que lá residia a Viúva Machado. Assim como atesta Schama percebemos que a paisagem não possui apenas aspecto visual, mas também simbólico, pois a maneira como percebemos uma paisagem está afetada por uma carga simbólica proveniente da memória vivida ou herdada. A memória nesse caso surge como elemento que interfere na leitura que se faz do espaço, criando uma paisagem, uma espécie de unidade imagética sobre um determinado espaço. A memória por meio da linguagem se transforma em discursos que vão pintando, compondo paisagens que estão intimamente ligadas a bagagem cultural (SCHAMA, 1996: 13-84).

Segundo Gaston Bachelard a memória e a imaginação podem construir espaços e esses espaços dessa maneira podem ganhar verticalidade, proporções que extrapolam suas dimensões físicas. A descrição não se retém ao físico, mas ao que se viveu, pois o espaço também se contamina pela atmosfera dos sentimentos que foram vivenciados. Nesse sentido para Bachelard o espaço possui uma dimensão poética, pois está marcado pela memória e pela imaginação (BACHELARD, 2008: 23-186).

Compreendemos assim, que os espaços também podem ser construídos pelo imaginário, como quando Calvino, na obra *As Cidades Invisíveis*, discorre sobre as cidades que Marco Polo descreve para Kublai Khan e o imaginário atua construindo

idades múltiplas através dos elementos da narrativa, na medida em que o olhar atribui forma a cidade, percorrendo as ruas como se fossem páginas em branco que são preenchidas pelas cidades particulares. As cidades são configuradas na obra de Calvino a partir das escolhas construídas pelo imaginário (CALVINO, 2001: 29-34).

Quando casada a casa de Amélia foi palco para a recepção de diferentes figuras de relevo social, a casa recebeu importantes aviadores da época, existem ainda suposições que tenha recebido o francês Exupéry. Com o advento da lenda a casa ganhou contornos assustadores, era espaço do *papa-figo*, local temido pelas crianças por ser residência de um monstro.

A casa de Amélia é um exemplar arquitetônico da época. Para a importância do casal Machado, era necessária a aquisição de uma residência a altura. Dentre os textos que analisam o espaço da casa podemos citar o livro intitulado *Natal Monumental*, publicado pela Fundação José Augusto em 1994, de autoria de Jeanne Fonseca Leite Nesi. O livro se caracteriza por ser uma coletânea de textos publicados no Jornal *O Poti*, textos que se preocupam em realizar uma espécie de inventário dos locais e espaços que merecem ser conservados e registrados como Patrimônio. Portanto, os textos contidos neste livro promovem uma minuciosa descrição dos bens, preocupando-se em atribuir a eles um passado conectado com a cidade ou com as práticas ou sujeitos que neles viveram.

A autora na qualidade de arquiteta apresenta um enfoque na descrição física da casa, descreve a estrutura, os ornamentos e materiais utilizados. Nesi articula todo momento ao seu discurso os detalhes artísticos do prédio com a trajetória de Amélia Duarte Machado. Para a autora a casa é conhecida como “*Casa da Viúva Machado*” por ter servido durante sessenta anos de moradia a Amélia Duarte Machado. Nesi reafirma no espaço a associação com a imagem da moradora, porém tenta elaborar uma trajetória também do espaço adquirido em 1920 por Manoel Machado, que adquiriu a casa do comerciante Jorge Barreto de Albuquerque Maranhão (NESI, 1994: 69-70).

Desse palacete destacam-se as peças artísticas, de bronze, especialmente encomendadas em Paris na “*Fonderies Du Val D’Osne-Voltaire-Paris*”, que confeccionava todas as peças de bronze solicitadas pela família Albuquerque Maranhão, para embelezar Natal, como foi o caso também das peças do Teatro Alberto Maranhão.

O ex-proprietário do palacete Jorge Barreto foi presidente da Junta Comercial do RN e do Banco do Natal. Ele é comumente confundido como sendo irmão ou filho

de Alberto Maranhão, quando, na verdade, era sobrinho. O comerciante Jorge Barreto era filho de Amaro Barreto de Albuquerque Maranhão Filho e de Louise Antoinette de Craine (TAVARES, 2009).



Figura 14: Fotografia da casa de Amélia Duarte Machado, foto feita pela autora em 2010.

Para Nesi, o palacete, que ainda conserva as suas feições originais, possui dois pavimentos, “*com cobertura de telhas francesas, em quatro águas*”. É edificação de relevante valor arquitetônico, ênfase dada pela autora principalmente por sua formação em arquitetura. O palacete teria sido construído com requinte técnico, com os melhores materiais em seu acabamento, elementos em sua maioria importados da Europa “*tais como: grades e colunas de ferro, ferragens das portas e janelas [...] móveis, cristais e porcelanas*”. Esse requintado casarão possui muitos luxos, mobília de jacarandá confeccionada no início do século e peças de artistas, encomendadas em Paris para a ornamentação do casarão. Dentre estas peças estão um chafariz e as estátuas de crianças, colocadas no jardim e que simbolizam o verão e a primavera. Todas as peças foram fundidas pela “*Fonderies Du Val D`Osne-Voltaire-Paris*”, a mais importante fundição francesa” (NESI, 1994: 69-70).

O “*passado histórico*” que Nesi se refere estaria ligado também a um momento em que Natal estava em processo de modernização, período do início do século XX em

que a cidade passou por intervenções urbanas, melhorias nos meios de transporte e na higiene e saneamento. Período também em que havia nos membros da elite natalense um desejo de equipar a cidade a exemplo das cidades europeias, principalmente Paris. Além disso, como Nesi se preocupa em articular a trajetória do espaço aos seus moradores, compreendemos que o “*passado histórico*” relativo ao casarão, sua importância como atribuído Nesi seria relativa também ao papel social desempenhado por Manoel Machado e a sua esposa, um período também em que o casal recebeu importantes personalidades e desempenhava importante papel social e econômico na cidade.

A casa de Amélia Duarte Machado de acordo com Nesi é uma casa arquitetonicamente elaborada e que participou também da história da cidade, por ter servido de recepção e hospedagem para sujeitos ilustres. Alguns outros discursos reforçam ainda as recepções que ocorriam na casa do casal Machado como é o caso de um convite de posse de Ivoncísio Meira de Medeiros que veio a público por uma matéria da Tribuna do Norte. O convite se refere a uma recepção oferecida pelo casal em sua residência para alguns aviadores franceses em 1927 (TRIBUNA DO NORTE, 2011).

Citando esse caráter Nesi reforça a imagem da casa como sala de recepção para a cidade do Natal na época, uma cidade pequena, e a casa, bem como seus bem relacionados proprietários seriam anfitriões a serviço também da cidade. Os posicionamentos de Nesi elevam o valor da casa e sua utilidade para a cidade, um discurso em grande medida, conectado com posturas de preservação e valorização patrimonial (NESI, 1994: 69-70).

O Palacete do casal Machado também ganhou destaque no artigo, já citado, do jornalista Vicente Serejo no tópico intitulado “*O Palacete*”. O texto promove um registro fotográfico da casa de Amélia Duarte Machado, fotografias que se preocupam em registrar detalhes internos e externos tais como a sala da casa com seus móveis de jacarandá, as estátuas francesas de bronze, os respiradouros do abrigo antiaéreo de guerra, as escadarias do *Clube Veneza* compartimento da casa dedicado a comemorações, uma estrutura em madeira que foi confeccionada no Pará e pré-moldado e montado na residência da mesma (SEREJO, 1978:23). Sobre o Clube Veneza, Cláudio Galvão que frequentava a casa de Amélia, informou:

Em cima era o clube Veneza, era um salão grande, de dança, que dançava ao som daquelas radiólas de dar corda, eu me lembro muitas vezes que eu chegava por lá e tava o samba comendo lá em cima, os amigos de Humberto dançando lá em cima, as farrinhas daquele tempo, bem composta, todo mundo bem vestidinho, paisagem belíssima do Potengi. Chamava Clube Veneza e esse prédio ainda está lá (GALVÃO, 05.06.2012).

Na citação acima Cláudio Galvão em suas memórias narra vivências na casa de Amélia, momentos de diversão de descontração, uma postura dos que viveram na casa e próximos do cotidiano da família. Do outro lado, vivia a população que achava a casa um espaço fechado e misterioso. Essas são duas versões da casa, pontos de vista diferentes acerca de um local que também, assim como Amélia possuiu contornos distintos.



Figuras 15 e 16: Clube Veneza e estatua de bronze do jardim, fotografia de Argemiro Lima **Fonte:** acervo de Luiz G. M. Bezerra.



Figuras 17 e 18: Gradil em frente à residência dos Machado e estrutura do abrigo subterrâneo construído para se proteger de possíveis bombardeios a Natal durante a II Guerra Mundial, fotografia de Argemiro Lima. **Fonte:** acervo de Luiz G. M. Bezerra.

Espaço vinculado às práticas e as representações sobre seus moradores, assim é a casa de Amélia Duarte Machado, um espaço repleto de significados materiais e simbólicos. Uma casa que trazia elementos diferentes para a maioria da população, como a estátua de bronze no jardim apresentada na imagem acima, uma figura que certamente causava estranhamento nas pessoas que não conheciam essa forma de arte e que eram acostumadas com casas bem mais simples. A arquitetura da casa é um aspecto que consideramos também contribuir para reforçar a lenda.

É articulado com as imagens sobre Amélia e seu esposo que a casa encontra as perspectivas temporais da cidade. Além de servir de moradia para Amélia, e por seus atributos físicos, a casa possui importância para a memória da cidade à medida que foi elemento de valor para os que vivenciaram a lenda da viúva ou para quem conheceu a Amélia.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Desde as primeiras linhas, a presente pesquisa analisou a vida de um sujeito e a relação dessa vida com a História da cidade. Quais seriam os critérios para a eleição da vida de alguém? O que tornaria essa eleição pertinente para a produção de um trabalho de História?

Essa escolha perpassou inúmeros critérios. A influência de nosso interesse pessoal é elemento importante para ser citado, tendo em vista que permeou o primeiro olhar sobre o tema. A escolha da seleção do tema também decorreu das particularidades da temática, o conhecimento sobre a existência de uma rica mulher que passou a ser conhecida como o *papa-figo* natalense foi aspecto que nos chamou atenção. A popularidade e a disseminação oral da lenda e a relevância do casal para a cidade evidenciaram o potencial histórico da pesquisa participando também da escolha. Diante desses aspectos não podemos esquecer a abertura de um campo de estudo histórico, desde a década de 1970 que ampliou as perspectivas e olhares sobre as mulheres, e sobre a relação entre os gêneros e o cotidiano.

Amélia, esse foi o nome de nossa personagem investigada, uma mulher de muitas vidas. Aos olhos da população da cidade foi ilustre dama da elite e monstro com apetite sangrento de fígado de crianças.

Possuidora de uma longa vida, Amélia viveu quase 100 anos, no entanto, as três primeiras décadas do século XX foram decisivas para sua vida. Em 1904 saiu das sombras do anonimato e casou-se com um dos mais ricos comerciantes da cidade, trinta anos depois em 1934, tornou-se viúva e passou a assumir a responsabilidade de manter em pé a firma e os bens deixados pelo falecido, mantendo o emprego de sócios, empregados e o luxo de sua residência.

Para compreender a vida dessa mulher e seus diferentes rostos trabalhamos com a ideia de representação, imagens que são elaboradas por discursos e por valores. Quando pensamos nessas imagens é inevitável articulá-las com o tempo em que foram produzidas, com os valores que circulavam na época, valores que faziam parte do comportamento e do modo de vida das pessoas. Esses valores criavam normas e comportamentos que eram projetados no cotidiano de homens e mulheres.

Na pesquisa vimos que a Natal de Amélia era uma cidade que crescia e que vivia pautada nos ideais de progresso físico e tecnológico. Esse progresso traria

mudanças de comportamentos da sociedade que deveriam deixar de lado as antigas práticas coloniais, e assumir comportamentos mais civilizados, ou seja, mais próximos a cultura europeia. Esses valores da sociedade burguesa faziam com que a cidade passasse por profundas transformações, tendo em vista a influência e o poder de uma elite política, econômica e intelectual na reestruturação do espaço físico e na projeção dos novos valores sobre a população, que se participava desse processo, seja trabalhando nas diferentes indústrias que abriram na cidade, seja pela observação ou exclusão dos espaços mais requintados frequentados pelas elites.

A modernização da cidade fez com que a cidade do Natal ganhasse porte de uma capital e elevou os índices populacionais pela entrada na cidade de muitos sujeitos vindos do interior do estado em busca de novas oportunidades de trabalho, ou pela presença de muitos imigrantes europeus italianos, portugueses, americanos e franceses que aportavam em Natal desde o final do século XIX atraídos pelo potencial comercial da cidade que estava se transformando.

Essa Natal de Amélia estava impregnada pelos discursos morais de família e mulher. Esses discursos eram divulgados pelo cinema, pela incorporação de novos hábitos da população e pelas publicidades impressas nos jornais. Em relação às mulheres, os novos hábitos projetavam sobre ela os cuidados com o lar, com seu marido e com os filhos. Seria na maternidade que a mulher se realizaria. Assim publicidades de produtos que garantiam a saúde de útero e ovários eram recorrentes nos jornais, tendo em vista a preocupação com a maternidade.

Para além da casa, a Natal de Amélia viu aparecer inúmeros espaços de sociabilidade, em que por meio de uma conversa polida e de encontros sociais as pessoas poderiam interagir, inclusive as mulheres que tinham também como função contribuir com a figura pública de seus maridos. Por vezes, essas mulheres faziam de suas casas, centros de recepções através da promoção de festas, almoços e jantares oferecidos a pessoas ilustres da população e também para familiares. Nessa Natal, já que a mulher deveria ser o anjo do lar, a guardiã da família, o mundo do trabalho era algo distante para as mulheres, esse universo envolto em negociações financeiras, dinheiro e transações comerciais era mundo em que as mulheres não participavam.

As mulheres estavam conectadas a figura de seus pais e maridos, elas viviam sob a representação social dos mesmos, quando ficavam sós, quando se tornavam

viúvas passavam a ter as suspeitas já lançadas as mulheres mais acentuadas, estavam entre o desamparo e a histeria.

A vida de alguém é um caminho traçado por ele, é feita por escolhas, por ações, mas também por condições que são apresentadas ao indivíduo. Assim, podemos pensar que após a viuvez Amélia tornou-se uma figura dissonante em relação às expectativas da época para as mulheres.

Viúva, empresária de destaque na cidade, uma mulher sem filhos e que teve muitos abortos, esses elementos tornavam Amélia uma mulher diferente da imagem que a cidade pretendia seguir e que estava acostumada a ver. É possível inferir que esses elementos conduziram a construção da lenda da Viúva Machado e de sua associação com o *papa-figo*. Amélia era uma mulher que destoava e possivelmente causava incomodo na população daquela provinciana Natal que estava assistindo seu recente desabrochar para outras posturas, para outros exemplos de mulheres de comportamentos tidos como avançados, exemplo disso, é a personagem Gizinha de Polycarpo Feitosa. A personagem representa a entrada de valores demasiado modernos para a cidade, as mulheres que seguiam esses comportamentos sinalizavam uma sociedade em ruínas, posicionamento que reafirma a postura conservadora da cidade diante de suas mulheres.

Longe de acreditar que essa pesquisa iria desvendar e iluminar a escuridão que gira em torno da vida de Amélia Duarte Machado e de seus diferentes rostos: a menina mossoroense, a esposa do comerciante, a dama da sociedade, a católica caridosa, a mulher sem filhos, a excêntrica Viúva Machado, a comerciante empreendedora, a senhora reclusa, *o papa figo* etc., trabalhamos na perspectiva das hipóteses, do provável, das associações. Nesse trabalho, buscamos lançar questionamentos sobre a vida de Amélia e relacionar em que ponto essa vida se insere dentro da História de Natal, concluímos que para cada rosto de Amélia, existem múltiplas maneiras de encontrar Natal em cada traço de suas feições.

REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE Jr. Durval Muniz de. A Hora da Estrela: História e Literatura, uma questão de gênero? In: _____ *História: a arte de inventar o passado*. Ensaios de teoria da história. Bauru, SP: EDUSC, 2007.

ALMEIDA, Júlia Lopes de. *A Viúva Simões*. Disponível em: <<http://www.biblio.com.br/defaultz.asp?link=http://www.biblio.com.br/conteudo/JuliaLopesdeAlmeida/aviuvasimoes.htm>>. Acesso em 21.11.2012.

ANDRADE, Júlio César de. *Comerciantes e Firmas da Ribeira (1924-1989)*. Natal: Fundação José Augusto, 1989.

ARRAIS, Raimundo. Estudo introdutório. In: CASCUDO, Luís da Câmara. *Crônicas de origem: a cidade do Natal nas crônicas cascudianas dos anos 20*. Natal, RN: EDUFRN, 2005.

_____. *O Pântano e o Riacho: a formação do espaço público no Recife do século XIX*. São Paulo: Humanitas/FFLCH/USP, 2004.

_____; ANDRADE, Alenuska; MARINHO, Márcia. *O corpo e a alma da cidade: Natal entre 1900 e 1930*. Natal, RN: EDUFRN, 2008.

ASSOCIAÇÃO COMERCIAL DO RIO GRANDE DO NORTE (ACRN). Disponível em: <http://www.acrn.org.br/historico.php>. Acesso em: 01/07/2012.

BACHELARD, Gaston. *A poética do espaço*. 2ed. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

BENJAMIN, Walter. O Narrador: Considerações sobre a obra de Nikolai Leskov. In: _____. *Magia e Técnica, Arte e Política*. 6 ed. São Paulo: Brasiliense, 1993.

BEZERRA, Luiz G. M. João Machado. In: *O POTIGUAR*. Natal, RN, ano VI, n° 40 agosto-setembro de 2004.

BORGES, Vavy Pacheco. *Em busca de Gabrielle: séculos XIX e XX*. São Paulo: Alameda, 2009.

BOURDIEU, P.. A ilusão biográfica. Paris: 1986. In: M.M. FERREIRA e J. AMADO (orgs.), *Usos & abusos da história oral*. Rio de Janeiro, Fundação Getúlio Vargas, 1996.

CALVINO, Italo. *As Cidades Invisíveis*. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

CARDOSO, Rejane. Um marco na História do Jornalismo. *Preá*. Natal: Fundação José Augusto, ano 9, n° 25, set. – dez., 2011.

CASCUDO, Luís da Câmara. *Dicionário do folclore brasileiro*. 5.ed. Belo Horizonte: Itatiaia, 1984.

_____. *História da Cidade do Natal*. 2 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1980.

CASTRO, Paulo Venturele de Paiva. Guarapes. In: *Revista Potiguar*, ano VI, nº 33 abril-maio de 2003.

CERTEAU, Michel de. *A invenção do cotidiano: 1. arte de fazer*. 4.ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1999.

CHAMBEL, Rui. *A viúva Alegre*. Disponível em: <http://chambel.net/?p=1164>. Acesso em 20.10.2013.

CORTEZ, João Batista. Amélia Machado: de mulher a mito. *Diário de Natal*, Natal, 23 fev., 2002.

_____; BARBOSA, Sanzia Pinheiro; BARBOSA JUNIOR, Walter Pinheiro. Natal: as desigualdades sociais e a história da Viúva Machado. *Trabalho apresentado em VII Seminário de Pesquisa do CCSA*. Natal, 2001.

COSTA, Gutenberg Medeiros. *Natal: personagens e populares*. Natal: RN Econômico, 1999. 212 p.

D'INCAO, Maria Ângela. Mulher e família burguesa. In: PRIORE, Mary Del (org.). *História das mulheres no Brasil*. 10 ed. São Paulo: Contexto, 2011.

DANTAS, Salésia. Dona Amelinha de muitos afilhados. *Diário de Natal*, 15, dez., 1999, Caderno "Muito", p.3.

DAUPHIN, Cécile. Mulheres sós. In: *História das Mulheres no Ocidente: O século XIX*. [s. local]: Edições Afrontamento, v. 4, 1993.

DEL PRIORE, Mary. *História do amor no Brasil*. 2 ed. São Paulo: Contexto, 2006.

ENGEL, Magali. Psiquiatria e feminilidade. In: PRIORE, Mary Del (org.). *História das mulheres no Brasil*. 10 ed. São Paulo: Contexto, 2011.

EUDES, João. Uma mossoroense valente que fez História em Natal. In: COLEÇÃO MOSSOROENSE. *Um vice Cônsul de Portugal, uma mossoroense valente que fez História em Natal, Exupéry, Diógenes, O Baobá da resistência e outros Baobás*. Mossoró: Fundação Guimarães Duque; Fundação Vingt-un Rosado, série C, vol. 1079, maio de 2000.

FALCI, Miridan Knox. Mulheres do Sertão Nordestino. In: PRIORE, Mary Del (org.). *História das mulheres no Brasil*. 10 ed. São Paulo: Contexto, 2011.

FEITOSA, Polycarpo. *Gizinha*. Natal: Edições da Fundação José Augusto, 1965.

FREYRE, Gilberto. *Assombrações do Recife Velho*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1974.

FREITAS, Sônia Maria de. *História oral: possibilidades e procedimentos*. 2 ed. São Paulo: Associação Editorial Humanitas, 2006.

FURTADO, Zélia. Viúva Machado uma figura mítica da Infância. *Jornal de Natal*. Natal, 23, abr. de 2001.

GALVÃO, Dácio. Lendas potiguares. In: *Galante*. Natal: Fundação Hélio Galvão, v.22, n.22.abr. de 2003.

GUIMARÃES, Cinara Leite. Os discursos social e erótico em A Viúva Simões: avanços e recuos na representação feminina oitocentista. In: *Anais do XIV Seminário Nacional*. http://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/bitstream/handle/10438/3405/Dissertacoes_Solang_e.pdf?sequence=1. Acesso em 24.11.2012.

HOLANDA, Aurélio Buarque de, *O Novo Dicionário Aurélio da Língua Portuguesa*. 3ª edição, Rio de Janeiro, Editora Positivo, 2004.

INSTITUTO OSWALDO CRUZ. Coleção Febre Amarela. Disponível em: <http://museudapatologia.ioc.fiocruz.br/index.php/colecao-de-febre-amarela/cfa>. Acesso em: 14/11/2010.

JUNTA COMERCIAL DO RIO GRANDE DO NORTE (JUCERN). Disponível em: <http://www.jucern.rn.gov.br/contentproducao/aplicacao/jucern/instituicao/gerados/historico.asp>. Acesso em: 01/07/2012.

LAMARTINE, Pery. *Saint Exupéry na América do Sul*. Natal, RN: Sebo Vermelho, 2008.

LEVI, Giovanni. Os usos da biografia. Paris: 1989. In: M.M. FERREIRA e J. AMADO (orgs.), *Usos & abusos da história oral*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1996.

LIMA, Ivonaldo Miranda de Lima. *Os femininos poéticos e os poéticos femininos: imagens de mulheres analisadas pelas páginas do jornal A República (1916-1925)*. Natal, RN, 2005 (Monografia de História).

LIMA, Sandra Lúcia Lopes. Imprensa feminina, revista feminina. A imprensa feminina no Brasil. In: *Projeto História*, São Paulo, n. 35, p. 221-240, dez de 2007.

LOPES, Eduardo Matos. *A cidade (in)desejada: o Leprosário São Francisco de Assis em Natal na década de 1920*. Natal, RN, 2005. (Monografia em História).

LOURO, Guacira Lopes. Mulheres na sala de aula. In: PRIORE, Mary Del (org.). *História das mulheres no Brasil*. 10 ed. São Paulo: Contexto, 2011.

MACEDO, Iracema. *Lance de dardos: poesia*. Rio de Janeiro: Edições Estúdio 53, 2000.

MAKRAKIS, Solange. *O Registro Civil no Brasil*. Rio de Janeiro, FGV, 2000. Dissertação de Mestrado. Curso de Mestrado em administração Pública, Rio de Janeiro, 2000. Disponível em:

http://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/bitstream/handle/10438/3405/Dissertacoes_Solange.pdf?sequence=1 Acesso em: 30.07.2012.

MARINHO, Márcia Maria Fonseca. *Natal também civiliza-se: sociabilidade, lazer e esporte na Belle Époque natalense (1900-1930)*. Natal, RN, UFRN, 2008 (Dissertação de mestrado em História).

MARINHO, Márcia. *Natal também civiliza-se: sociabilidade, lazer e esporte na Belle Époque natalense*. Natal, RN: EDUFRN, 2011.

MEMORIAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO RN, Antônio José de Mello e Souza 2008. Disponível em: <http://www.mprn.mp.br/memorial/pgj05.asp>. Acesso: 25.05.2013.

MENEZES, José Rafael de. Amizades Bibliográficas. João Pessoa: Ideia Editora LTDA, 1999. In: COLEÇÃO MOSSOROENSE, série C, volume 1079. Mossoró: Prefeitura Municipal de Mossoró, 2000. P. 63-77

MICHAUD, Stéphane. Idolatrias: representações artísticas e literárias. In: *História das Mulheres no Ocidente: O século XIX*. [s. local]: Edições Afrontamento, v. 4. 1993.

MONTEIRO, Denise Mattos. *Introdução à história do Rio Grande do Norte*. 3 ed. Natal, RN: EDUFRN, 2007.

NESI, Jeanne Fonseca Leite. *Natal Monumental*. Natal: Fundação José Augusto, APEC, 1994.122p.

O NOVO DICIONÁRIO AURÉLIO DA LÍNGUA PORTUGUESA. 3ª edição, Rio de Janeiro, Editora Positivo, 2004.

PEIXOTO, Carlos. *A História de Parnamirim*. Natal: Z Comunicações, 2003. 222p.

PERROT, Michele. Escrever uma História das mulheres: relato de uma experiência. *Cadernos Pagu*, 1995.

POLLAK, Michael. *Memória, Esquecimento, Silêncio*. In: Estudos Históricos. Rio de Janeiro, vol. 2, n.3, 1989.

PONTES, Antônio Barroso. *Mundo dos Coronéis*. 2.ed. Rio de Janeiro: O Cruzeiro, 1970.

PORTELLI, Alessandro. Tentando aprender um pouquinho: algumas reflexões sobre a ética na história oral. In: *Projeto História*. São Paulo: EDUC, 1997, n. 15. Abr/97.

RAGO, Margareth. Trabalho feminino e sexualidade. In: PRIORE, Mary Del (org.). *História das mulheres no Brasil*. 10 ed. São Paulo: Contexto, 2011.

RICOEUR, Paul. *A memória, a História, o esquecimento*. Campinas, São Paulo: Ed. Unicamp, 2007.

SCHAMA, Simon. *Paisagem e Memória*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

SCHIMIDT, Benito Bisso. *Em busca da terra da promessa: a história de dois líderes socialistas*. Porto Alegre: Editora Palmarinca, 2004.

_____. *Construindo biografias... historiadores e jornalistas: aproximações e afastamentos*. In: Estudos Históricos, Rio de Janeiro, n.º 19, 1997.

_____. Nunca houve uma Mulher como Gilda? Memória e gênero na construção de uma mulher “excepcional”. In: GOMES, Angela de Castro e SCHMIDT, Benito Bisso (orgs.). *Memórias e narrativas (auto)biográficas*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2009.

SEREJO, Vicente; LIMA, Argemiro. Dona Amélia, Duarte dona Amelinha: a Viúva Machado. *O Poti*. Natal, 10, dez, 1978, p.23.

SILVA, Cícera Tamara Graciano Leal da. *Gênero e modernidade na Natal dos anos 1920: uma análise do romance Gizinha*. Natal, RN: 2006 (Monografia de História).

SOUZA, Itamar de. *Nova História de Natal*. 2 ed. Natal: Departamento Estadual de Imprensa, 2008. 800p.

TAVARES, Anderson. Jorge Barreto de Albuquerque Maranhão. BLOG: *História e Genealogia*. Disponível em: <http://www.historiaegenealogia.com/2009/10/jorge-barreto-de-albuquerque-maranhao.html>. Acesso em: 25/05/2011.

TELLES, Norma. Escritoras, Escritas e Escrituras. In: PRIORE, Mary Del (org.). *História das mulheres no Brasil*. 10 ed. São Paulo: Contexto, 2011.

VIANA, Helder. *O advento da mulher “moderna” na Belle époque natalense*. Trabalho apresentado em As várias faces da Belle époque natalense. Natal, 2008.

VIEIRA, F. Borges. *Cooperação Internacional e progresso da Higiene no Brasil*: palestra realizada sob os auspícios da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência, na Biblioteca Municipal, sessão de 27 de jan. de 1949. *Ciência e Cultura*, v.1, n 1-2. Disponível em: <http://cienciaecultura.bvs.br/pdf/cic/v62nspe1/v62nspe1a04.pdf>. Acesso em 14/11/2010.

VIVEIROS, Paulo Pinheiro de. *História da Aviação no Rio Grande do Norte*. Natal: Ed. Universitária, 1974.

JORNAIS

A REPÚBLICA, Natal, n° 395, 20 ago. 1896.

A REPÚBLICA, Natal, n°2, 04 jan. 1901.

A REPÚBLICA, Natal, n°243, 05 nov. 1908.

A REPÚBLICA, Natal, n°267, 16 dez. 1910.

A REPÚBLICA, Natal, n° 3, 3 jan. 1920.

A REPÚBLICA, Natal, n°. 38, 14 fev. 1920.

A REPÚBLICA, Natal, n° 42, 21 fev. 1920.

A REPÚBLICA, Natal, n° 73, 30 mar. 1920.

A REPÚBLICA, Natal, n° 78, 07 abr. 1920.

A REPÚBLICA, Natal, n° 88, 19 abr. 1920.

A REPÚBLICA, Natal, n° 95, 28 abr. 1920.

A REPÚBLICA, Natal, n° 121, 2 jun. 1920.

A REPÚBLICA, Natal, n° 47, 2 mar. 1921.

A REPÚBLICA, Natal, n° 86, 19 abr. 1921.

A REPÚBLICA, Natal, n° 94, 27 abr. 1921.

A REPÚBLICA, Natal, n° 128, 14 jun. 1921.

A REPÚBLICA, Natal, n° 205, 23 set. 1921.

A REPÚBLICA, Natal, n° 238, 05 nov. 1921.

A REPÚBLICA, Natal, n° 242, 09 nov. 1921.

A REPÚBLICA, Natal, n° 265, 08 dez. 1921.

A REPÚBLICA, Natal, n° 280, 28 dez. 1921.

A REPÚBLICA, Natal, n° 282, 30 dez. 1921.

A REPÚBLICA, Natal, n° 209, 23 set. 1922.

A REPÚBLICA, Natal, n° 253, 15 nov. 1922.

A REPÚBLICA, Natal, n° 2, 17 jan. 1923.

A REPÚBLICA, Natal, n° 165, 22 jul. 1923.

A REPÚBLICA, Natal, n° 1063, 11 jul. 1934.

A REPÚBLICA, Natal, n° 1076, 20 jul. 1934.

A REPÚBLICA, Natal, n° 1099, 17 ago. 1934.

A REPÚBLICA, Natal, n° 1118, 09 set. 1934.

A REPÚBLICA, Natal, n° 1178, 24 nov. 1934.

A REPÚBLICA, Natal, n° 1179, 25 nov. 1934.

A REPÚBLICA, Natal, n° 1180, 07 dez. 1934.

A REPÚBLICA, Natal, n° 1198, 19 dez. 1934.

A REPÚBLICA, Natal, n° 1354, 09 jul. 1935.

A REPÚBLICA, Natal, n° 1359, 14 jul. 1935.

A REPÚBLICA, Natal, n° 1361, 18 jul. 1935.

A REPÚBLICA, Natal, n° 1370, 28 jul. 1935.

A REPÚBLICA, Natal, n° 1381, 10 ago. 1935.

A REPÚBLICA, Natal, n° 1382, 11 ago. 1935.

A REPÚBLICA, Natal, n° 1399, 01 set. 1935.

A REPÚBLICA, Natal, n° 1400, 03 set. 1935.

A REPÚBLICA, Natal, n° 1402, 05 set. 1935.

A REPÚBLICA, Natal, n° 1408, 13 set. 1935.

A REPÚBLICA, Natal, n° 1409, 14 set. 1935.

A REPÚBLICA, Natal, n° 1422, 29 set. 1935.

A REPÚBLICA, Natal, n° 1435, 15 out. 1935.

A REPÚBLICA, Natal, n° 1438, 18 out. 1935.

A REPÚBLICA, Natal, n° 1439, 19 out. 1935.

A REPÚBLICA, Natal, n° 1441, 22 out. 1935.

A REPÚBLICA, Natal, n° 1454, 09 nov. 1935.

A REPÚBLICA, Natal, n° 1459, 15 nov. 1935.

A REPÚBLICA, Natal, n° 1460, 17 nov. 1935.

A REPÚBLICA, Natal, n° 1461, 19 nov. 1935.

A REPÚBLICA, Natal, n° 1465, 28 nov. 1935.

A REPÚBLICA, Natal, n° 1471, 05 dez. 1935.

A REPÚBLICA, Natal, n° 1474, 08 dez. 1935.

A REPÚBLICA, Natal, n° 1511, 25 jan. 1936.

A REPÚBLICA, Natal, n° 1531, 18 fev. 1936.

A REPÚBLICA, Natal, n° 224, 3 out. 1943.

A REPÚBLICA, Natal, n° 224, 24 dez. 1943.

A REPÚBLICA, Natal, 13 jul. 1948.

A REPÚBLICA, Natal, n° 37, 15 fev. 1950.

A REPÚBLICA, Natal, n° 142, 22 jun. 1950.

A REPÚBLICA, Natal, 07 dez. 1957.

DIÁRIO DE NATAL, Natal, n° 2.622, 22 out. 1904.

DIÁRIO DE NATAL, Natal, n° 4089, 8 dez. 1910.

TRIBUNA DO NORTE, Natal, 25 dez, 1999.

TRIBUNA DO NORTE. *Na casa de Fernando Pessoa*. Disponível em: <<http://tribunadonorte.com.br/noticia/na-casa-de-fernando-pessoa/165092>>. Acesso em 30.09.2011.

ENTREVISTAS

BEZERRA, Luiz Gonzaga Meira. Entrevista. Natal, 26.10.2011.

GALVÃO, Cláudio Augusto Pinto. Entrevista. Natal, 05.06.2012.

SEREJO, Vicente. Entrevista. Natal, 25.10.2011.